

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA



revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXV, nº 71, Julho - Dezembro/2012

71



cinema hollywoodiano
tráfico de mulheres
mercado regulatório
extrema-direita

olhar
barrados
piauienses
nordestinos

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cutti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia. Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrini anos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Libero)

Giralda Seyferth (Museu. Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Principe (CSEH/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Ct. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (JFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Róvua Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)

Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225

Bairro Liberdade

01514-000 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340.6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	05
<i>Dirceu Cutti</i>	
Feios, sujos e muito, muito malvados: Migrantes italianos e latinos entre as sombras de Hollywood Breve introdução	07
<i>Maurizio Russo</i>	
As interações entre Relações Internacionais e Migrações Internacionais e os desafios para a soberania do Estado no atual contexto globalizado.....	33
<i>Leonir Mário Chiarello</i>	
Tráfico de Mulheres: Um novo/velho drama amazônico	47
<i>Lúcia Isabel da Conceição Silva</i> <i>Marcel Theodoor Hazeu</i>	
Ascensão da extrema-direita na Europa e a questão migratória	61
<i>Lucas Valente da Costa</i>	
Entre o rural e o urbano: Piauienses na citricultura paulista.....	81
<i>Lidiane M. Maciel</i>	
Sociedade Beneficente Brasil Unido: Entidade de amparo ao migrante nordestino em São Caetano do Sul	91
<i>Cristina Toledo de Carvalho</i>	
Resenha.....	103
Feito com mais de mil pedaços (relato)	109
<i>Regina Petrus</i>	

O tema das migrações atrai os mais diversos olhares, as mais diferentes análises, ações e reações. Há ângulos dessa realidade que pautam, cotidianamente, governos, imprensa, ONGs, estudiosos; outros, para virem à tona, aguardam o olhar paciente do investigador. *Travessia* brinda o leitor com ambos.

Na perspectiva do segundo, enquadram-se quatro textos. No de abertura, Maurizio Russo, apesar de defini-lo como “breve introdução”, faz-nos percorrer um longo percurso – o da produção cinematográfica hollywoodiana clássica – e, à guisa de um cicerone, passo a passo, vai descortinando um roteiro que a baliza: a visão estereotipada acerca dos migrantes italianos e latinos. No de encerramento, em forma de relato de uma visita realizada à Casa de Acolhida para Refugiados no Rio de Janeiro (que, infelizmente, não tardou em cerrar suas portas), Regina Petrus, sem se desfazer do olhar aguçado de pesquisadora, sempre a exigir objetividade/racionalidade, dá asas a seu veio militante e, soltando a pena, com aguda perspicácia, socializa o que razão e emoção colheram.

Dois outros artigos se debruçam sobre personagens que até ontem apareciam na ordem do dia, mas que, rapidamente, foram perdendo espaço pelos novos imigrantes: os nordestinos. Lidianie Maciel, com base em pesquisa de campo realizada em 2012, aborda o processo migratório “permanentemente temporário” de famílias do município de Jaicós, no Piauí, em direção ao município de Matão, no interior paulista, para a colheita da laranja. Cristina Toledo de Carvalho resgata o surgimento, no ano de 1950, em São Caetano do Sul, município do Grande ABC paulista, da Sociedade Beneficente Brasil Unido, entidade de caráter mutualista e filantrópico, de nordestinos para nordestinos.

Noutro viés, abordando temáticas que podemos definir como “mais candentes” no momento, situam-se os demais escritos. Dentre eles, pela exposição midiática atual, por ser tema da Campanha da Fraternidade de 2014, sobressai-se o artigo de Lúcia Isabel da Conceição Silva e Marcel Theodoor Hazeu. Os autores, fundados em pesquisa, analisam o tráfico de mulheres da Amazônia para o Suriname, contextualizando-o no processo de ocupação da Amazônia e das relações de gênero aí estabelecidas.

Lucas Valente da Costa nos transporta ao Velho Continente europeu. Lá, todos sabemos, é grande o número de organizações e, muito maior de

pessoas que acolhem migrantes e refugiados e defendem os seus direitos. Mas há, também, parcelas da população que rechaçam a sua presença, sobretudo em períodos de recessão econômica, tal como a iniciada em 2008. Resultados de eleições parlamentares recentes no âmbito da União Europeia demonstram como partidos de extrema-direita, com propostas xenofóbicas, vêm ganhando terreno. É este o foco do autor, que procura relacionar o hiato existente entre o apoio recebido por tais partidos com o impacto real dos migrantes na economia.

Leonir Mário Chiarello, num texto denso, discute os limites existentes na interação entre as relações internacionais e as migrações internacionais, entre os quais, a ausência de um marco regulatório. O problema, aponta, reside no paradigma existente – estatal e nacional – que por sua vez determina as perspectivas teóricas das migrações e das relações internacionais. Diante do caráter transnacional das migrações e do atual contexto globalizado, é necessário criar um novo paradigma, que alguns já definem como sendo o da governança global e ética das migrações.

Finalmente, na esteira dos temas “quentes”, recolocando em outro patamar a discussão encetada por Chiarello, Sidnei Marco Dornelas nos traz a resenha do livro *Barrados: um ensaio sobre os brasileiros inadmitidos na Europa e o conto da aldeia global*.

Dirceu Cutti

Feios, sujos e muito, muito malvados

Migrantes italianos e latinos entre as sombras de Hollywood - breve introdução

*Maurizio Russo **

Eu não sigo ordens de ninguém, a não ser desta [aponta para a própria metralhadora]. Com esta conquistei a Zona Sul e agora me apossarei também da Norte: será a máquina de escrever com a qual gravarei meu nome sobre a cidade inteira.

Antonio 'Tony' Camonte (Paul Muni) em *Scarface, The Shame of a Nation* (1932)¹.

O imaginário fílmico sobre a migração, objeto de estudo complexo

Estudando a natureza e os mecanismos de produção do imaginário cinematográfico, é possível reconstituir uma história da imagem do migrante na sociedade, destacando os estereótipos que definiram a imagem do outro, o estrangeiro. Relacionar a evolução desses estereótipos com a história das sociedades constitui uma contribuição para compreender as raízes de fenômenos atuais, como a xenofobia.

Mas também é possível reconstruir a história da imagem do migrante que se constrói através de um cinema de autor militante, ou preocupado com os problemas sociais. Um cinema que não está direcionado a vender no mercado histórias cinematográficas cheias de estereótipos pejorativos sobre os migrantes,

* *Doutor em História contemporânea pela Université de Nancy 2 (France); membro do Diversitas/USP.*

nem utilizar ou fomentar o sentimento xenófobo, o medo do outro ou a fácil banalização ou ridicularização daquele que é culturalmente diverso².

De uma maneira muito geral, podemos dividir este complexo objeto de estudo em dois campos, relacionados numa dialética estética fílmica e unidos por terem como centro de reflexão o fenômeno migratório, sob diferentes aspectos, diferentes perspectivas, diferentes períodos históricos.

De uma maneira esquemática:

a) pode-se analisar a visão estereotipada e pejorativa dos migrantes de um cinema pouco sensível a temáticas sociais, humanitárias, culturalmente pluralistas;

b) ou, estudar a reflexão séria do cinema como um olhar crítico, ou como evidência de um fenômeno socialmente relevante como a migração.

No primeiro caso, o nosso objeto de estudo será composto de um corpus de filmes diferentes entre si, que não têm, necessariamente, a migração como o centro da narração, mas poderiam pertencer à mesma vertente temática (*western*, *gangster-movie*, comédia, drama) ou ao mesmo período. Por exemplo, o cinema mudo de gênero policial produzido nos Estados Unidos nos anos 1910 e 1920, quando Hollywood constrói sua primeira visão estereotipada do migrante italiano. Ou, os filmes hollywoodianos nos quais aparece a fronteira Estados Unidos – México, para definir a imagem do latino que é apresentada nesses tipos de filmes.

Obviamente, pode-se também fazer um estudo abarcando todos os filmes ou os filmes mais representativos de um determinado país, ou de um determinado período cronológico.

A maioria desses filmes é parte de uma produção que segue as tendências de mercado, com grande atenção aos cânones standardizados do filme hollywoodiano “clássico”. Eles produzem e reproduzem estereótipos. O estereótipo fílmico (imagem, música, frases, situações) apresenta uma forma segura de oferecer ao público um produto já conhecido, que não requer esforço de compreensão. Um cinema ligado ao conceito de *industry of entertainment*, própria de Hollywood, mas que não é monopólio dos Estados Unidos (um exemplo típico é Bollywood; porém, o fenômeno também existe na França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Coreia, etc.).

No segundo caso, o objeto de nosso estudo será constituído de filmes que representam uma voz crítica na sociedade, que resultam de uma preocupação de denunciar, testemunhar ou documentar um fenômeno importante como a migração. Trata-se, frequentemente, de um cinema que nasce do comprometimento intelectual do diretor (exemplos desse tipo de cineasta comprometido são Pier Paolo Pasolini, Ettore Scola, Ken Loach, Marco Bechis, Israel Adrián Caetano, Mathieu Kassovitz, Andrea Segre, Abdellatif Kechiche, Eran Riklis, entre outros).

Estes filmes falam de migração, das relações com os outros, das fronteiras sociais e culturais, dos problemas sociais. Visam ampliar e questionar a consciência sobre a questão da migração. São testemunhas de um fermento

cultural/político que se preocupa com o problema da migração. Eles são, muitas vezes, uma voz crítica sobre a sociedade na qual são produzidos e circulam.

Um exemplo deste tipo de cinema é *Il cammino della speranza*, de Pietro Germi (Itália, 1950). Um filme que é representante de um fenômeno cultural nascido de uma forte exigência de crítica social. O filme de Germi entra completamente no período histórico e no fenômeno cultural do neorealismo, corrente artística que, antes de ser cinematográfica, foi, sobretudo, um importante fenômeno literário (Elio Vittorini, Cesare Pavese, Beppe Fenoglio, Alberto Moravia, Vasco Pratolini, Carlo Cassola, e a produção inicial de Italo Calvino). O filme inspira-se no romance neorrealista *Cuori negli abissi*, de Nino Di Maria, publicado em 1949: história verídica da vida infernal dos mineiros de Somatino, na Sicília, que desesperados, tentam migrar irregularmente para a França, morrendo congelados na travessia dos Alpes.

Il cammino della speranza – a narração da migração clandestina dos mineiros que buscam chegar à França – permanece como um testemunho importantíssimo da migração europeia contemporânea, desfazendo um mito entre os mais sólidos do discurso xenófobo e antimigratório europeu: o fato de que as migrações dos europeus seguiam percursos legais, enquanto os novos fluxos migratórios que chegam à Europa são quase todos irregulares.

Outros exemplos deste tipo de cinema são *La haine*, de Mathieu Kassovitz (França, 1995); *O homem que virou suco*, de João Batista de Andrade (Brasil, 1981); *Bolívia*, de Israel Adrián Caetano (Argentina-Holanda, 2001); *Le Havre*, de Aki Kaurismäki (Finlândia-França-Alemanha, 2011). Todos estes filmes são expressões de contextos culturais, intelectuais, sociais, políticos diferentes, mas tendo em comum o desejo de evidenciar (de diferentes formas, com estéticas diversas e impacto diferenciado sobre a sociedade da qual eles são expressão) o problema dos migrantes.

Este cinema é um sintoma de uma reflexão cultural-político-social sobre o problema migratório que abre (ou deseja abrir), na sociedade, espaços para reflexão.

Em ambos os casos, deve-se ler o produto *filme* em uma relação dialética com o período histórico em que este se localiza, entendendo o termo “produto” não apenas no sentido econômico-comercial, mas também no sentido cultural e político. A relação do filme de autor com o âmbito intelectual em que ele é produzido constitui um aspecto fundamental da análise, assim como o adequado contexto histórico, social e político.

O “cinema de autor” não é, de fato, um acaso e, muitas vezes, corresponde a uma verdadeira e própria reflexão sobre o assunto tratado. É o caso daqueles que vivenciaram pessoalmente a migração, como Martin Scorsese, autor de *Italianamerican*, curta-metragem de 1974, sobre a italianidade de sua própria família; de Gianni Amélio, diretor de *Lamerica* (Itália, 1994) e *Così ridevano* (Itália, 1998); ou do escritor e *filmmaker* argentino Edgardo Cozarinsky, autor de *Boulevards du crépuscule, sur Falconetti, Le Vigan et quelques autres... en Argentine* (Suíça, 1992).

Mesmo querendo considerar e analisar somente o cinema que trata da migração sob uma perspectiva crítica, (interrogando sobre a responsabilidade da sociedade que recebe ou que expulsa os migrantes), não podemos ignorar a enorme produção da filmografia hollywoodiana que produz e tem produzido (desde os primeiros filmes mudos), como também difunde e tem difundido uma enorme quantidade de estereótipos sobre o migrante. Estereótipos que são reproduzidos cotidianamente nos discursos que escutamos na rua, nos cafés, no metrô; que são utilizados nos comícios eleitorais de movimentos xenófobos (por exemplo, os preconceitos sobre o árabe/terrorista difundidos pela *Lega Nord* italiana – uma banal sopa requentada, de estereótipos fílmicos a bom preço); que ricocheteiam dos jornais aos debates televisivos.

É importante tentar determinar como os modelos que descrevem os migrantes (italianos, latinos, etc.), e que são impostos globalmente, a partir de Hollywood, são incorporados nas filmografias nacionais de outros países; pois, mesmo que um cinema comprometido ou intelectual não utilize estes estereótipos, os filmes produzidos nunca se colocam no vazio, na ausência de produção fílmica. Há um imaginário fílmico pré-existente, que não pode ser ignorado; um imaginário fílmico hegemônico, produtor de estereótipos, que deve ser levado em consideração.

O mundo através da lente hollywoodiana

“Nós olhamos o mundo através da lente hollywoodiana dos filmes que inundam nossas sociedades”. Esta afirmação de Pierre Sorlin sintetiza de forma muito eficaz a situação do cinema mundial contemporâneo (SORLIN, 1991, p. 4). Ela contém uma grande verdade, que resume o grande poder do cinema hollywoodiano: a) a afirmação de um modelo-industrial fílmico que acaba sendo considerado como “clássico” (história linear, maniqueísmo moral, presença de atores-star, personagens com características bem identificáveis, trilha sonora que acompanha a história, etc.) (cf. BORDWELL, 1986); b) a grande capacidade da indústria hollywoodiana de dominar a distribuição mundial.

Sorlin afirma que, em muitos países, os produtos hollywoodianos representam 70% da distribuição, e que este índice nunca é inferior a 40%. Tal observação também traz uma consideração implícita sobre os valores contidos nessa grande quantidade de filmes presentes no mercado cinematográfico, bem como sobre a estética fílmica que se faz intérprete e veículo desses valores. No seu famoso ensaio sobre fotografia, Andre Bazin destaca a novidade da fotografia em relação à pintura, indicando-a na sua objetividade, enfatizando que o cinema é, acima de tudo, uma linguagem (BAZIN, 1958). Esta linguagem se compõe e se nutre, em grande parte, de estereótipos: estereótipos artísticos (literários, pictóricos); mas, sobretudo, fílmicos. Estereótipos que são imagens, metáforas, ideias, músicas, alegorias, gestualidades, frases, atitudes, formas de apresentar uma personagem ou uma situação. Uma complexa construção polissêmica, porque o cinema é uma linguagem que contém uma polissemia de estereótipos.

Rodolfo Pietro Filiberto Guglielmi, na arte, “Valentino”

Falando de migrantes, o contexto não muda. Existem estereótipos que provêm do cinema hollywoodiano em relação aos migrantes, e os estereótipos têm sua própria história e sua própria evolução. Um dos primeiros estereótipos a ser atribuído ao migrante, e que prevaleceu como marca forte e universal, foi seguramente aquele associado à personagem do amante latino, criado em torno do ator migrado italiano Rodolfo Pietro Filiberto Guglielmi, cujo nome artístico era Rodolfo Valentino. Como explica Giorgio Bertellini, Valentino foi, nos anos 1920, a estrela ícone para a crescente comunidade ítalo-americana, e, principalmente, o estereótipo da virilidade exótica, a qual era estranhamente ligada à repulsão que a mentalidade xenófoba reservava aos “retrógrados” e “bárbaros” migrantes italianos. Encarnação do amante da masculinidade magnética, a figura de Rodolfo Valentino se contrapõe a outro grande modelo de virilidade italiana daqueles anos: o de Benito Mussolini, o Duce, masculino e amante, que doma mulheres e se permite ao luxo, na catolicíssima Itália, de ter uma esposa – Rachele Guidi, mãe-reprodutora, que lhe deu cinco filhos –, e diversas amantes, das quais a mais famosa foi Claretta Petacci (que permaneceu com Mussolini até o fim, e foi com ele fuzilada, em 28 de abril de 1945).

A comunidade italiana nos Estados Unidos era cercada, na época, pela desconfiança e pelo preconceito. Seus membros eram descritos como pessoas que mostravam tendências naturais para a desonestidade, a criminalidade e a obsessão sexual. Os italianos eram colocados no centro de uma visão xenófoba de tipo racista, que distinguia entre os europeus do Norte e europeus do Sul, paradoxalmente baseada em teorias eugênicas de alguns antropólogos e criminologistas italianos, Cesare Lombroso e Alfredo Nicephorus; e, posteriormente, retomada pelo sociólogo americano Edward Alsworth Ross, que argumentou: “Do ignorante, supersticioso napolitano ou siciliano, herdeiro de séculos de desgoverno Bourbon, não se pode esperar que nos comprove o brio de sua raça.”³ Para Ross, os filhos de migrantes do sul da Itália, nascidos nos EUA, apresentavam um menor grau de inteligência em relação àqueles oriundos do norte italiano; ele duvidava da capacidade deles de aprender, em virtude da origem racial: “Depois de passar por mil perturbações, parece que essas crianças, com a herança dos antepassados sarracenos ou bérberes gravada em suas bochechas, são duas vezes mais vulneráveis a ficar para trás que os alunos da mesma idade, filhos dos imigrantes do norte da Europa, que não falam inglês.”⁴

Nesse período, o cinema dos EUA constrói sua visão estereotipada do italiano e, especialmente, do migrante italiano: um indivíduo grosseiro e primitivo, de duvidosa moralidade; um criminoso, mafioso e conspirador. Filmes como *The Black Hand* (A Mão Negra, 1906); *In Little Italy* (Na Pequena Itália, 1909); *Italian Blood* (Sangue Italiano, 1911); *The Last of Mafia* (O Último Mafioso, 1915) criaram um estereótipo do migrante italiano que continha todas as

características negativas listadas⁵. Esta versão dos imigrantes italianos, inspirada em imagens narrativas cheias de “exóticos pitorescos e, mais frequentemente, na criminalidade da máfia” (BERTELLINI, 2005, p. 702), muda ligeiramente em 1915, com o trabalho do ator e diretor George Beban,⁶ que inaugurou uma espécie de melodrama racial de fundo sentimental, que oferecia uma imagem “menos repulsiva e mais paternalista dos migrantes italianos” (histórias de abusos racistas, pobreza e trágica fatalidade espetacularizada): *The Italian* (O Italiano, 1915), *The Sign of the Rose* (O Sinal da Rosa, 1915-22), *Pasquale* (Pasquale, 1916), *The Loves of Ricardo* (Os Amores de Ricardo, 1926). Pode-se entender esse tipo de cinema como uma visão de uma comunidade que busca se integrar. A descrição das injustiças sofridas, ou de uma vida difícil e dramática, tem como objetivo despertar um sentimento de solidariedade entre o público; porém, mesmo buscando a integração, o italiano é visto como um ser passional e violento, de comportamento excessivo, sexualmente exagerado e instintivamente agressivo.

Era este o panorama, quando Valentino surgiu como o *Divo* do perfil exótico (de pele escura e pertencente àquela parte da Itália, da qual provinham os migrantes vistos com desprezo e considerados inferiores). Amante latino de olhar carismático, mas também símbolo de uma virilidade mais ambígua e mais refinada do que aquela proposta pelo Duce, Valentino era, ao mesmo tempo, identificado com aqueles migrantes considerados inferiores, que, como ele, eram oriundos do sul da Itália. Nos primeiros filmes, Valentino aparece em papéis de estrangeiros exóticos ou italianos: um gigolô aristocrata, em *A Married Virgin* (1918); um gângster, em *Virtuous Sinner* (1919); um príncipe, em *Passion's Playground* (1920); um rico benfeitor milanês, em *Once to Every Woman* (1920); um escritor brasileiro, em *Stolen Moments* (1920).

O sucesso veio pela primeira vez com *The Sheik*, de George Melford (1921). A presença de Valentino, nesse filme, provocou protestos da parte de quem não queria um protagonista *sex-symbol*, que não respeitasse os cânones da virilidade considerados normais na época. Embora o *sheik* Ahmed Ben Hassan, interpretado por Valentino, fosse filho de um pai inglês e de uma mãe espanhola, a sua pele, mais escura do que o normal, representava uma ruptura do estereótipo estético que queria um protagonista masculino com traços rigidamente caucasianos. O contraste entre o mediterrâneo Ahmed Ben Hassan e a pálida Lady Diana Mayo (interpretada por Agnes Ayres) tornou ainda mais evidente a dessacralização, e a imposição de um novo estereótipo. Em diversos estudos, a ascensão do *sex-symbol* Valentino foi considerada no contexto das mudanças do gosto do público, especialmente feminino, que tiveram lugar nos anos 1920; e também no do incremento das fantasias orientalistas no âmbito do imaginário consumista (cf. BERTELLINI, 2005). Em 1921, Valentino foi também o protagonista de *The Four Horsemen of the Apocalypse*, de Rex Ingram, no qual interpreta a personagem de Julio Desnoyers, neto do fazendeiro argentino que vai viver em Paris (neste filme, vale recordar a famosa cena do tango).

Em 1922, foram lançados os filmes: *Blood and Sand*, de Fred Niblo, no qual Valentino interpreta Juan Gallardo, um toureiro espanhol que se deixa matar na arena, por causa de uma desilusão amorosa; *Beyond the Rocks*, de Sam Wood, em que Valentino interpreta Lord Brancondale, um rico *playboy* inglês de origem italiana; *The Young Rajah*, de Philip Rosen, em que Valentino interpreta Amos, uma criança indiana que cresce em uma família dos EUA, até o dia em que volta para a Índia, com o objetivo de salvar o seu povo; e *Moran of the Lady Letty*, de George Melford, no qual Valentino interpreta Ramon Laredo, jovem hispânico tomado à força para trabalhar num navio. Em 1924, ele atuou em *A Sainted Devil*, de Joseph Henabery, interpretando o rico fazendeiro argentino, Don Alonzo Castro. Em 1925, ele foi protagonista de *Cobra*, de Joseph Henabery, no papel do conde italiano Rodrigo Torriani, libertino encantador, cuja fraqueza eram as mulheres. Ainda em 1925, em *The Eagle*, de Clarence Brown, ele interpreta o papel do tenente do exército russo, Vladimir Dubrovski, que se torna o bandido mascarado Águia Negra, devotado a ajudar os pobres. Em 1926, ele interpreta seu último filme, *The Son of the Sheik*, de George Fitzmaurice. Neste filme, que é a continuação de *The Sheik*, de 1921, Valentino desempenha um papel duplo: o de sheik Ahmed Ben Hassan, e o de filho do sheik, também chamado Ahmed; e nele também reaparece a atriz Agnes Ayres, no papel de Diana, a esposa do sheik.

A carreira curta, mas intensa, de Rodolfo Valentino, ajuda a criar e promover o estereótipo do *latinlover* de origem mediterrânea, uma versão refinada (e, até mesmo, efeminada) do italiano selvagem, irracional e sexualmente obsessivo. O olhar magnético e carismático de Valentino, que conquista as mulheres em virtude de uma atração irracional (quase animalesca), está profundamente vinculado às virtudes animalescas atribuídas aos imigrantes italianos, considerados inferiores, porque são irracionais e sub-humanos. A imagem dos migrantes italianos, seres violentos, vistos como bárbaros que somente se dedicam à reprodução, refina-se e purifica-se de seus aspectos desagradáveis, para ser proposta ao mercado consumidor cinematográfico em formação nos anos 1920. Tratava-se de um público, sobretudo feminino, embora também masculino (Valentino ditava moda, em termos de escolhas estéticas: roupas, penteados, estilos de vida), que tem os gostos em evolução, propenso a um orientalismo mediterrâneo, no qual o estereótipo do macho reprodutor é revisitado de uma forma mais elegante, mas com um fundo irracional.

Mafiosos e Gângsteres: o imaginário fílmico da perversão social

O amante latino, encarnado por Valentino, é uma versão refinada da antiga visão estereotipada dos italianos, ele é reduzido ao essencial de sua capacidade de supermacho reprodutor, que atrai a fêmea sem explicação e sem falar, pela força quase hormonal do seu olhar. Entretanto, a força essencial do estereótipo xenófobo original destinava-se a prevalecer e, depois de alguns anos, retorna ao auge o ítalo-americano mafioso. De origem italiana, mas de nacionalidade norteamericana, o ítalo-mafioso descrito pelo cinema americano, nos anos 1930,

é nativo dos Estados Unidos, mas tem traços de caráter e comportamentais relacionados com sua origem étnica e racial (italiana, mas também irlandesa). Desenvolvendo-se desde a época do proibicionismo, e, especialmente, do advento do som, a versão cinematográfica do ítalo-americano mafioso (seguindo a visão do nativismo e do darwinismo social) confirma a ideia de que a origem racial torna impossível a inclusão construtiva na sociedade.

Esse imaginário fílmico do mal e da perversão social coaduna perfeitamente com o quadro jurídico específico, inventado para o cinema da época: o *Motion Picture Production Code*, também conhecido como o Código Hays (em homenagem ao seu inventor, o senador republicano William Harrison Hays), que determinava tudo o que era moralmente aceitável na produção cinematográfica. O *Production Code* foi adotado pelos Motion Picture Producers and Distributors of America⁷, em 1930, e aplicado de forma ativa a partir de 1934; ele definia as regras para proteger os padrões morais do público, e proibia que os criminosos fossem retratados como personagens positivas⁸. Com a proibição de direcionar a simpatia do público para o crime e os comportamentos desviantes, o mal ou o pecado, tornou-se extremamente funcional dispor de algum grupo étnico que tivesse por natureza essa vocação: ítalo-americanos e irlandeses-americanos eram “naturalmente” condenados a ser maus, uma vez que já chegaram com essa vocação, e permaneceram essencialmente corpos estranhos à sociedade americana, devido às conotações raciais (com o agravante, no que se refere aos italianos, de eles serem procedentes do sul Mediterrâneo, uma região ainda mais inferiorizada).

Em 1928, é lançado *The Racket*, de Lewis Milestone: o primeiro de uma longa série de filmes de gângsteres que representam uma verdadeira mina de ouro para a cinematografia dos EUA. Seu protagonista negativo é um gângster de nome italiano, Nick Scarsi (reminiscência de Scarface, com o apelido de Alphons Capone); enquanto, numa clássica contraposição maniqueísta, o protagonista positivo é um bom policial de nome irlandês, James McQuigg. Em 1930, *Little Cesar*, de Mervin Leroy (primeiro grande filme do gênero), narra a rápida ascensão e decadência de Cesare Rico Bandello, dito “Rico” (interpretado por Edward G. Robinson), que sonha em estar no topo do mundo do crime. A concentração absoluta de Rico pela conquista do poder, e sua arrogância e temperamento violento tornam-no predestinado a um fim trágico, pagando invariavelmente com a vida por seus pecados (inclusive, talvez, o da origem italiana). Suas características, associadas ao completo desinteresse pelas mulheres (particularidade que também causou controvérsia quanto à suposta homossexualidade da personagem), colocam-no numa linha de descontinuidade em relação ao estereótipo construído sobre Valentino, herói positivo, que continha em si uma força irracional e primitiva, mas a canalizava, através de seu olhar, à conquista das mulheres.

Na mesma linha de *Little Cesar*, encontra-se a outra grande obra-prima desse gênero cinematográfico: *Scarface*⁹, de Howard Hawks e Richard Rosson, também produzido em 1930, mas somente lançado em 1932, devido aos

problemas de censura derivados da entrada em vigor do Código Hays. Visando resolver vários problemas com a censura, o filme teve seu final gravado três vezes, levando Howard Hawks, que também foi o produtor, a acrescentar ao título *Scarface*, o subtítulo *The Shame of a Nation* (A Vergonha de uma Nação). A personagem principal do filme, Tony Camonte (chamado Scarface), era inspirada na figura real de Alphonse Gabriel Capone, nascido no Brooklyn, em 1899. Filho de um barbeiro e de uma lavadeira de origem da Campania (região do sul da Itália), ele se tornou o “número um” do crime organizado em Chicago, e foi conhecido pelo nome de Al Capone ou Scarface Al. O filme conta a ascensão ao poder de Tony Camonte (interpretado por Paul Muni) e de seu braço direito, Guino Rinaldo (interpretado por George Raft). Cego pelo ciúme de sua irmã Francesca, “Cesca” (interpretada por Ann Dvorak), Tony mata o próprio amigo Rinaldo, e, em final trágico, é morto com Cesca em um tiroteio com a polícia. Violento, irracional, exagerado na ânsia de poder, Tony Camonte não segue nenhuma regra moral, nenhum princípio; sua única verdadeira lei é a da violência, levando-o a afirmar que não recebe ordens de ninguém, a não ser de sua metralhadora. Tudo isso faz de Tony Scarface Camonte (como também de seus amigos ítalo-americanos, e de sua própria irmã) a vítima ideal, para ser sacrificada em nome das rígidas regras do Código Hays.

Assassinos nas sombras

Numa época em que a indústria cinematográfica dos EUA era povoada de filmes violentos que se baseavam em histórias de conquista e opressão, de pessoas que faziam justiça com as próprias mãos, e de bandidos e aventureiros, o cinema *western* foi surgindo como um gênero independente. Apesar disso, muitos filmes (entre 1905 e 1915, foram produzidos cerca de 640-650 filmes de curta e média metragem), que tratavam de temas ambientados no *Wild West*, eram simplesmente rotulados como filmes de aventura, distinguindo-se entre *Indian Pictures* (estórias de nativos americanos); *Civil War Stories* (episódios da Guerra de Secessão) e *Western Pictures* (estórias do faroeste, a vida dos *cowboys* ou dos pioneiros).

Essa tendência, que, mesmo nos anos 1930, começou a se tornar um gênero fílmico plenamente reconhecido, foi precedida e preparada culturalmente por uma literatura dedicada a esses mesmos temas (como *The Last of the Mohicans*, escrito em 1826, por James Fenimore Cooper). O tema central da cultura *western* era a *frontier* (fronteira), que, ao contrário do conceito juridicamente definido pelo direito internacional, não apresenta uma linha clara entre os estados, mas corresponde ao limite da ecúmena ocupada pelos brancos. Um território ocupado por pioneiros e colonos, que se deslocam gradualmente, mas também inexoravelmente, para o Oeste: uma zona geograficamente vaga, hostil e selvagem, onde a lei ainda não foi imposta de maneira uniforme; uma região caracterizada por relações violentas.

A *frontier* é, portanto, um conceito fluido, em movimento, e que não é definido pelos tratados e regulado pela lei, mas sim, ligado a uma conquista constante e violenta. E o cinema *western* é a história ou as histórias dessa conquista violenta.

Desde *The Great Train Robbery*, de Edwin S. Porter, filme mudo de 1903 (o filme conta, em 10 minutos e 24 segundos, um roubo no trem), a violência é um dos protagonistas do gênero *western*. A idade de ouro do *western* começa na década de 1930, e continua até os anos 1950. Vem à luz obras consideradas clássicas como *Stagecoach*, de John Ford, e protagonizado por John Wayne (1939); *North West Mounted Police*; de Cecil B. De Mille, e interpretado por Gary Cooper (1940); *Red River*, de Howard Hawks e Arthur Rosson, com John Wayne e Montgomery Clift (1948); *High Noon*, de Fred Zinnemann, com Gary Cooper, Grace Kelly e Lee Van Cleef (1952); *Shane*, de George Stevens, com Alan Ladd (1953); *The Searchers*, de John Ford, com John Wayne (1956). Todos estes filmes movem-se no mesmo panorama moral vago e violento, determinado pelo conceito de *frontier*. Às vezes, os bandidos são os heróis no centro da história: como, por exemplo, em *The Lawless Breed*, com Rock Hudson (1952), que se baseia nas memórias de John Wesley Hardin, uma figura popular *do fora da lei* do século XIX, e que, no filme, esforça-se em convencer o filho a não se tornar um bandido.

A falta de legislação não é, muitas vezes, apenas um elemento do quadro contextual, mas torna-se também o centro da história: como em *The Man Who Shot Liberty Valance*, de John Ford, e interpretado por John Wayne, James Stewart, John Carradine e Lee Van Cleef (1962). Neste filme, é narrada a história de um advogado que vem do Oriente civilizado, e descobre um mundo onde suas crenças não são aceitas. O filme representa a afirmação de que, com um olhar de cidadãos do Oriente respeitosos das regras, não é possível compreender a *frontier*.

Mas como poderia a moral cinematográfica da época do Código Hays ignorar toda essa maré de violência, de sangue, de falta de lei? Evidentemente, a métrica moral com que se mede a violência é completamente outra.

No filme *Scarface*, acontecem cerca de 20 assassinatos, que, devido à orientação imposta pelo Código Hays, nunca são filmados diretamente: é muito famosa a cena de abertura, em que o assassinato do gerente de um restaurante (representando o início da história criminal narrada) é feito em longo plano-sequência, que incorpora a sombra do assassino aproximando-se da vítima, sem nunca mostrar diretamente o crime (tanto o assassino, como a vítima); embora mostrando, sem reservas, as mortes violentas dos bandidos. São especialmente dramatizadas, com grande ênfase e intenção moralizadora, as mortes de Scarface-Camonte, Rinaldo e Cesca. Já, em *Stagecoach*, de John Ford, é somente na cena do último ataque à diligência, que se assiste a aproximadamente quinze mortes violentas, em pouco mais de 7 minutos (incluindo as de alguns nativos pisados, ou puxados por cavalos).

Tudo isso levanta uma questão óbvia: por que Scarface e Rinaldo devem matar de forma oculta (obscurecidos pela censura que lhes nega a visibilidade

concedida a cada protagonista digno de respeito), enquanto John Wayne & co. podem se dedicar a abater, abertamente, à luz do sol, dezenas de pessoas e também dois inimigos, com um só golpe?

Essa flagrante diferença é reivindicada como legítima, e também justificada num diálogo que acontece em *Scarface*, de Hawks e Rosson, entre um jornalista e o chefe dos detetives de polícia:

Jornalista: Diga, chefe!

Chefe: O que você quer?

Jornalista: Este companheiro, Camonte.

Chefe: O que tem ele?

Jornalista: Uma história. É um tipo daqueles que o público gosta, é um tipo pitoresco.

Chefe: Pitoresco? O que há de tão pitoresco num piolho rastejando? Eis aí o erro de muitos de nossos jornalistas: fazem dessa máfia uma espécie de semideuses. Em que se transforma Camonte nos jornais? Num herói popular e romântico, num campeão esportivo. Os jornalistas tinham alguma desculpa para glorificar nossos velhos bandidos *Western*. Eles se enfrentavam no meio da rua ao meio-dia, mão na pistola e olho no olho; mas, não esses vermes, que dispararam por trás das pessoas.

A violência dos bandidos (e também a violência generalizada) pode, então, ser glorificada nos filmes *Western*, nos quais se aplica a moral incerta e aproximativa da *Frontier*; mas, deve ser condenada nos filmes que narram sobre as cidades civilizadas do Oriente. Entretanto, isso não acontece somente porque o gênero *Western* destaca um dos mitos fundadores dos EUA, aquele do *Far West*, (feito, em grande parte, de violência: Guerra de Secessão, guerras indígenas, massacres, duelos e tiroteios); mas também, porque sempre, graças a uma visão fortemente maniqueísta, o cinema-indústria vendia uma imagem do inimigo social, que era determinista, racista e darwiniana. Em *Stagecoach*, o inimigo é representado pelos *Indians*, selvagens e bárbaros que se movem silenciosamente na sombra, para atacar por trás. Eles não fazem parte do projeto civilizador simbolizado pela diligência ou pelo trem que cruza as vastas pradarias. Mesmo que estivessem presentes nas pradarias, antes da chegada da diligência e do trem, eles não poderiam participar do projeto, já que são seres inferiores desde o nascimento e, portanto, condenados à extinção; seu extermínio é um ato natural, que simplesmente acelera um final predestinado e previsível.

Em *Scarface*, os inimigos são os bandidos, nascidos cidadãos norte-americanos, mas que pelas disposições do Código Hays, estão condenados a agir na sombra. Tanto no primeiro caso, como no segundo, as sombras fazem parte daquela visão maniqueísta, simplista e moralista, que fez a fortuna do cinema hollywoodiano. Os bandidos do *Far West* enfrentavam-se durante o dia, olho no olho, num meio-dia de fogo. Eles eram, mesmo que bandidos, seres de luz e, portanto, do bem. O papel dos seres noturnos, silenciosos, que se movem nas sombras às quais pertencem, era destinado aos *Indians*, pois isso era conveniente

e integrava a sua própria essência perversa; era uma característica da sua raça. O seu pertencer ao mundo das sombras indicava-os como predestinados a desaparecer. Do mesmo modo, também pertencem ao mundo das sombras os gângsteres ítalo-americanos de *Scarface* e *Little Caesar*. Assim como os índios do gênero *Western*, eles não entram no projeto civilizador norte-americano, já que também pertencem a uma raça considerada inferior. Embora especificamente incluídos no tecido social e econômico, mesmo que nascidos na mesma cidade do Leste de onde partem os pioneiros civilizadores do *Far West*, eles permanecem, no imaginário fílmico, como corpos estranhos e nocivos que é permitido eliminar; eliminação esta, que é prevista como um evento positivo na estética fílmica do cinema de gângster daqueles anos.

II Padrino, a normalização do crime

Depois dos anos 1930, o gênero *gangster-movie* entra em declínio, mas a figura do gângster de origem italiana continua a ser uma constante. A personagem de Al Capone retorna em 1967, com *The St. Valentine's Day Massacre*, de Roger Corman. Contudo, é em 1972 que o mafioso ítalo-americano reconquista o papel de protagonista do cinema hollywoodiano, impondo-se, desta vez, como uma personagem negativa, mas carismática, e que tem regras morais, mesmo que não respeite a lei. *The Godfather*, de Francis Ford Coppola (com Marlon Brando, Al Pacino, James Caan, Robert Duvall, Diane Keaton), é a reafirmação – como nunca houve antes –, tanto do *gangster-movie*, como do mafioso italiano. O filme, que alcançou um enorme sucesso em todo o mundo, conta a saga da família Corleone, uma organização criminosa de origem siciliana, que controla a máfia em Nova York, no final dos anos 1940¹⁰. Com este filme, o gênero renasce e os estereótipos mudam, não mais retratando o bandido como um psicopata, mas como um hábil criminoso, capaz de manobrar os acontecimentos. O protagonista, Don Vito Corleone (Marlon Brando), encarna plenamente o estereótipo, que se tornou clássico, do mafioso que tem um código de honra próprio, que pratica o mal por ideal, por valores compartilhados (família, amigos, o próprio povo). Ele é temido, mas também respeitado; administra a lei (sua própria lei e a da família) e gerencia os negócios da família, mais como um *businessman*, do que como um *bandit* ou um *mobster*.

Os novos temas do *Gangster-movie*, bem como os novos estereótipos estéticos sobre os ítalo-americanos, são também utilizados por Martin Scorsese, naquela que foi chamada a sua trilogia da máfia: *Mean Streets* (1973)¹¹, *Goodfellas* (1990)¹² e *Casino* (1995)¹³.

Para completar o quadro, devemos lembrar também outros filmes importantes que retratam mafiosos ítalo-americanos: *Capone*, de 1975, dirigido por Steve Carver, com Ben Gazzara e um jovem, Sylvester Stallone; *Untouchables*, de 1987, dirigido por Brian De Palma, e estrelado por Kevin Costner (Eliot Ness), Charles Martin Smith, Andy Garcia, Robert de Niro (Al Capone) e Sean Connery;

Miller's Crossing, de 1990, dirigido pelos irmãos Coen, com Gabriel Byrne, Marcia Gay Harden e John Turturro; *A Bronx Tale*, de 1993, dirigido por Robert de Niro, com o próprio, além de Chazz Palminteri; *Donnie Brasco*, de 1997, dirigido por Mike Newell, e estrelado por Al Pacino e Johnny Depp.

Devemos também mencionar *Once Upon a Time in America*, de 1984, dirigido por Sergio Leone, e interpretado por Robert De Niro, James Woods e Elizabeth McGovern. O filme narra a história de David Aaronson, chamado "Noodles" (Robert De Niro), e seus amigos do gueto judeu e do ambiente do crime organizado em Nova York, do proibicionismo e pós-proibicionismo. Embora o *gangster* ítalo-americano faça apenas parte do contexto, o filme é um importante testemunho da evolução da imagem do ítalo-americano criminoso.

Um lugar especial entre esses diretores deve-se a Martin Scorsese. Filho de ítalo-americano e autor de um interessante documentário sobre seus pais, *Italianamerican*, de 1974, em que aborda a experiência de imigrantes italianos em Nova York, da família Scorsese. Os argumentos são: a família, a fé, as origens, os parentes italianos, a vida na Itália do pós-Guerra, as condições de vida dos imigrantes sicilianos nos Estados Unidos (também descritas em várias obras posteriores do diretor). Os temas centrais de seus filmes são a culpa, o pecado e a religião. Sua concepção do cinema, inspirada na *Nouvelle Vague* francesa, no *Neorealismo* italiano, e ainda, no cinema independente de John Cassavetes, representou importante ruptura dos paradigmas hollywoodianos. Exponente da *New Hollywood*¹⁴, Scorsese tem o mérito de incluir em seus filmes, especialmente em *Mean Streets*, certa perspectiva antropológica e sociológica, que além de explicar o ambiente, não reduz os protagonistas a simples estereótipos.

The Sopranos, a banalização do crime

Os estereótipos cinematográficos mudam, adaptando-se à sociedade (com a qual interagem), à cultura política e, especialmente, ao mercado. Eles são complexos, e compostos de imagens, discursos, conceitos, definições, ambientações, descrições. O simbolismo dos filmes, marcado pelos estereótipos, deve ser interpretado, contextualizado e comparado com outras obras cinematográficas anteriores e contemporâneas.

É evidente que a personagem de Al Capone, em sua evolução, desde o seu primeiro protótipo (o Nick Scarsi, em *The Racket*, de Lewis Milestone, de 1928), parece a encarnação do gângster violento e sem escrúpulos. Um corpo estranho que a sociedade só pode rejeitar, apagar, tal como "*a crawling louse*" ("um piolho rastejando"). Esta imagem se reforça e se concretiza, especialmente no filme *Scarface*, de Hawks e Rosson, de 1930, e permanece nas décadas posteriores.

Por outro lado, Vito Corleone (tanto o adulto, interpretado por Marlon Brando; como o jovem, com Robert De Niro) e também seu herdeiro, Michael Corleone (Al Pacino), são a evolução do gângster ítalo-americano, apresentado, desta vez, como um produto da sociedade; um desviante das regras da sociedade,

mas que tem ideais, princípios e, acima de tudo, interesses econômicos dignos de respeito.

Nos anos 1970, o cinema dos EUA estava construindo um novo estereótipo do perigo migrante. Os italianos perdiam, assim, a primazia, e retornavam apenas numa visão estereotipada útil ao mercado da imagem, mas agora destinada ao mercado televisivo. De 1959 a 1963, a série televisiva *The Untouchables*, transmitida pela ABC (American Broadcasting Company), oferece novamente ao grande público a imagem estereotipada do criminoso de origem italiana. Situado no início dos anos trinta, o seriado narra a história do agente Eliot Ness (interpretado por Robert Stack), que prendeu Al Capone, e também a de sua equipe, *The Untouchables* (Os Intocáveis)¹⁵. Tornou-se um dos programas mais populares da época, propagando amplamente (em suas quatro temporadas) o estereótipo do criminoso ítalo-americano. Nele, todos os criminosos falavam com sotaque italiano, e isso levantou muitas controvérsias, levando a que, na segunda temporada (1960-1961), começassem a também aparecer criminosos de outras origens culturais e migratórias¹⁶.

Recentemente, temos a série de grande sucesso na HBO¹⁷, *The Sopranos* (com seis temporadas, das quais a última foi transmitida tanto nos EUA, como na Itália, em 2006-2007). Ela retrata a vida de Tony Soprano (interpretado por James Gandolfini), ítalo-americano mafioso, chefe da família Soprano, originária de Avellino, e que vive em Nova Jersey, e tem contatos importantes com as gangues de Nova York, além de negócios com a camorra napolitana.

The Sopranos também provocou muitas polêmicas: o *National Italian American Foundation* criticou fortemente a série, alegando que ela facilita a divulgação dos estereótipos típicos ítalo-americanos, como mafiosos, adúlteros e portadores de uma subcultura que tem como principais características a violência e a vulgaridade intelectual. Estereótipos simplificados e negativos que, do ponto de vista verbal, manifestam-se em linguagem grosseira e agramatical usada pelos principais protagonistas.

O grande sucesso de *The Sopranos* vem do feito de interpretar e propor, através de estereótipos simplistas (que favorecem sentimentos racistas), a própria essência da sociedade americana. Nesta série, fica absolutamente claro que, em um mundo dominado por valores materiais, a luta pelo progresso na escala social não é apenas um jogo emocionante, como é o único jogo que importa. Suas personagens são motivadas pelos mesmos valores essencialmente materiais que movem a maioria dos americanos, dos guetos até Wall Street, incluindo os escritórios executivos de grandes empresas multinacionais.

O novo estereótipo afirmado por *The Godfather* transformou a imagem, já batida e pouco vendável do crime organizado numa grande saga familiar, ligando-a a um dos valores típicos da retórica cinematográfica hollywoodiana: a família. Como explica Rudolf J. Vecoli: “Este louvor da *via vecchia*, em que a autoridade patriarcal, lealdade pessoal e piedade filial criavam a ordem e a justiça, capturava um desejo geral de segurança num mundo cada vez mais amoral e caótico.

Enquanto as organizações de ítalo-americanos protestavam e faziam boicotes ao filme, muitos ítalo-americanos o acolheram como a encarnação icônica de sua herança e identidade” (VECOLI, 2002, p. 84). Tal processo, iniciado em 1972, com *The Godfather*, culmina em 1999-2006, com *The Sopranos*, quando da figura quase mitológica do Padrinho Don Vito Corleone, passa-se ao neurótico e combativo *Capo Famiglia* Tony Soprano.

Vito Corleone é tranquilo, altruísta e religiosamente respeitado; o depositário de uma sabedoria antiga que vem das velhas tradições de sua pátria original. Sua figura transforma, simbolicamente, a vergonha de ser um migrante numa qualidade positiva, um motivo de orgulho.

Tony Soprano, em contrapartida, é cheio de contradições, tem uma difícil relação com a mãe autoritária, vive o descompasso entre ser chefe da máfia e um pai afetuoso, e é incapaz de aceitar os diferentes papéis que deveria ter (amante, amigo, chefe da máfia), sendo, por isso, levado a fazer terapia. Tony representa o típico americano burguês de média cultura do século XXI, à mercê de acontecimentos e situações perturbadoras, que não compreende, – como a política internacional, as diferenças sexuais (por exemplo, a homossexualidade) –, e que é tomado de sentimentos de culpa e de desejos insatisfeitos.

Uma década após o lançamento de *The Godfather*, sinal explícito da mudança do estereótipo cinematográfico sobre ítalo-americanos, reaparece a figura de Al Capone, o mafioso infame que não merece piedade. Em *Scarface*, de 1983, escrito por Oliver Stone, dirigido por Brian De Palma, e estrelado por Al Pacino, Steven Bauer e Michelle Pfeiffer, verificam-se muitas mudanças em relação ao filme de Hawks e de Rosson, de 1932: a ação é transferida da Chicago do Proibicionismo para a Miami dos anos 1980, o centro do tráfico de drogas; o protagonista não é um ítalo-americano, mas um imigrante cubano, Antonio “Tony” Montana (Al Pacino).

O filme começa retomando um episódio histórico das relações entre Cuba e os Estados Unidos: o famoso *Éxodo del Mariel*. Em 1980, Fidel Castro permite que aproximadamente 125 mil cubanos saiam de Cuba para chegar aos Estados Unidos, tanto para responder à política norte-americana, que encoraja os cubanos a escapar da ilha e se exilar nos EUA, como para esvaziar as superlotadas prisões cubanas. Todos os migrantes cubanos embarcam na baía de Mariel. É com esses “exilados políticos” que Tony Montana chega a Miami. Sua personagem é descrita como violenta, irracional, cruel, sanguinária e obcecada com o luxo. A maneira de comportar-se – violenta e impulsiva –, faz dele uma personagem imprevisível. Seus movimentos são guiados por instintos primitivos e egoístas. Al Capone volta, portanto, em toda a sua essência violenta e animalesca; mas não é forçado a matar na sombra, ou escondido no quarto: haja vista a cena final, em que Tony, antes de morrer, enfrenta sozinho dezenas de assassinos enviados por um poderoso traficante boliviano. Na realidade, os principais protagonistas da cena são dois: Tony Montana e o que ele chama de “meu amiguinho”, um *Colt AR-15* com uma *Fake M203 grenade launcher*

(lançador de granadas). Percebendo que havia cinco assassinos *latinos* à porta e prestes a entrar em seu quarto, Tony explode porta e homens com uma granada de 40mm e exclama: “Digam olá para o meu amiguinho!”¹⁸. Assim como o *Scarface* de 1932, que recebia ordens somente de sua metralhadora, Tony tem como único amigo uma máquina de guerra. O *Colt AR-15 little friend* de Tony Montana tomou o lugar do *Tommy Gun* (submetralhadora Thompson) de Al Camonte.

No filme de De Palma, as mortes são sangrentas, violentas e explícitas. As armas têm um papel importante e existem em grande quantidade e variedade: pistolas (Beretta Modelo 81, Beretta M951, Colt Python, Smith & Wesson Modelo 36, M1911A1), rifles (Remington 870, Spanish Zabala Sawed-off Double-barreled Shotgun), metralhadoras e fuzis de assalto (MAC-10, Uzi, FN FAL, Heckler & Koch HK33, Valmet M82A, Colt AR-15 with Fake M203 grenade launcher, M16A1).

A cena da morte de Tony é um condensado altamente significativo da nova imagem do criminoso cinematográfico que está emergindo. No filme de De Palma, esta imagem é bem definida a partir de características gerais que formam a matriz comum para uma grande variedade de criminosos: o melhor exemplo é o pequeno exército de *narcos*, que enfrenta o protagonista na cena final. Quer seja um bandido com olhar selvagem e cabelo comprido, ou um gordinho com um rosto redondo e bigode; um assassino silencioso que golpeia mortalmente pelas costas, ou mesmo Tony Montana numa cara roupa de grife, o criminoso é perigoso, sempre armado, não dá valor à vida, suas ações são pura violência destrutiva e mortal, e, principalmente, o criminoso é hispânico.

Al Capone, o símbolo do criminoso psicopata, a personificação do mal, torna-se *latino*, enquanto ao ítalo-americano (mas também de origem irlandesa) destinam-se estereótipos criminais mais aceitáveis e socialmente “justificáveis”, até chegar à personagem de Tony Soprano.

Em *The Sopranos*, o ítalo-mafioso assume sempre mais as conotações de homem médio, no qual a violência e a ilegalidade são permitidas, pois servem para fazer carreira e melhorar a sua situação econômica ou a sua própria qualidade de vida ou da sua família. A moral que vale para o ítalo-americano Soprano não é aquela *super partes* da lei, mas aquela do egoísmo familiar, social e do individualismo. Obviamente, os latinos também (e, particularmente, os mexicanos) têm uma longa história de estereótipos que povoa o cinema holywoodiano, desde o início do século XX.

Feios, sujos *and greasers*: os latinos de Hollywood

Desde os primeiros filmes *western*, os mexicanos que se moviam no espaço da *frontier* tinham direito a seu próprio estereótipo, o *greaser*, do qual deriva a imagem do bandido mexicano e, mais tarde, latino. *Greaser* era a palavra com a qual eram chamados os mexicanos que trabalhavam como transportadores com carro puxado por uma mula. Esta definição (gordura/engordurado) deriva da

gordura utilizada para lubrificar o eixo dos carrinhos, (principal instrumento de trabalho dos mexicanos), indicando que eles eram sujos e repugnantes.

O *greaser-movie* representou um verdadeiro e próprio subgênero dentro do cinema *western*, alcançando bom êxito na era do cinema mudo: *Ah Sing and the Greasers* (1910); *The Greaser's Gauntlet* (1908); *Tony the Greaser* (1911); *The Greaser and the Weakling* (1912); *The Girl and the Greaser* (1913); *The Greaser's Revenge* (1914); *Bronco Billy and the Greaser* (1914); *The Greaser* (1915).

Nesses filmes, o *greaser* é o antagonista, o mau, *el bandido*. Tem pele escura, é baixo, sujo, com roupas imundas, besuntado (gorduroso), com longa barba, é desdentado, despenteado, e tem cicatrizes e sobrelhas espessas. Ele é naturalmente inclinado ao mal, ao vício e à crueldade. Suas ações não têm orientação moral: ele despreza a lei e a sociedade. A versão feminina do estereótipo/*bandido* mexicano é a prostituta: cabelos negros, lábios carnudos, corpo sexy, baixa inteligência, dependente de seus impulsos sexuais e dos homens. O corpo da mulher mexicana é reduzido à sua função essencial de objeto sexual (GIRVEN, 1994).

O estereótipo pejorativo do *greaser* está na raiz de muitos estereótipos sobre *latinos* desenvolvidos no cinema norteamericano (KLAHN, 1994; QUART Y AUSTER, 1984). Na construção do estereótipo do latino, a *frontier* desempenha papel fundamental. Entre 1921 e 1928, Hollywood produziu 75 filmes em que aparecia a fronteira entre Estados Unidos e México (GARCÍA, 1988), contribuindo substancialmente para a construção do estereótipo do México e dos mexicanos no imaginário coletivo dos norte-americanos. Especialmente nessa época, Tijuana assume um forte significado simbólico, convertendo-se em cidade de fronteira; considerada parte da *frontier* (com toda a carga simbólica de território bárbaro, sem lei, habitado por selvagens), ela é a própria imagem do México (entre 1924 e 1935, 19 filmes mostravam cenas de Tijuana). Não é por acaso que o primeiro filme sonoro que lida com os latinos que lutam com o sonho americano é chamado de *Bordertown*¹⁹. Dirigido por Archie Mayo, em 1935, o filme narra a estória de Johnny Ramirez, jovem advogado *mexican american* (americano de origem mexicana) interpretado por Paul Muni (o mesmo que estrelou *Scarface* em 1932). Depois de obter seu diploma de Direito na *Pacific Night Law School*, em Los Angeles, Johnny Ramirez, que sonha em se tornar um membro da Suprema Corte, chega triunfante ao seu primeiro julgamento. Entretanto, incapaz de se preparar adequadamente, não consegue defender o seu cliente, um *hispânico* que perdeu seu caminhão em um acidente causado por uma jovem rica e inconsciente, Dale Elwell (interpretada por Margaret Lindsay). Provocado pelo brilhante advogado que defende a bela Dale, Johnny Ramirez perde o controle, ataca seu adversário e é expulso da Ordem. Falido como advogado, ele cruza a fronteira e vai para uma cidade mexicana, onde encontra trabalho como segurança em um cassino de baixo nível, que ele transforma em um local de classe, o Silver Slipper. A esposa de seu patrão,

Marie Roark (interpretada por Bette Davis), apaixonou-se por ele, e mata o próprio marido para poder amá-lo; mas, Johnny é atraído pela mundana Dale. Assim, depois de se tornar dono da Silver Slipper, ele segue para Los Angeles para declarar a Dale o seu amor. Ela o rejeita com desprezo, apontando as grandes diferenças raciais e econômicas que existem entre eles. Neste momento, Johnny renuncia às ambições de escalada social, vende o Silver Slipper, e passa a viver em Los Angeles, em um bairro de *mexican american*.

Como afirmado por Mario Alberto Garcia Velazquez, este filme é “el prototipo de la visión de Hollywood sobre los chicanos en su adaptación a la sociedad estadounidense, y muestra actitudes contradictorias hacia la asimilación de estos nuevos grupos de migrantes o la de sus hijos” (VELAZQUEZ GARCIA, 2008, p. 49).

O fatalismo presente ao longo da narrativa tende a mostrar que, para obter sucesso na sociedade norte-americana, os *latinos* devem abandonar completamente a própria identidade cultural. Cada escolha de compromisso está fadada ao fracasso e leva aquele que a faz até um destino desastroso e imoral. Para os *latinos*, a opção está em viver de acordo com seus princípios, em áreas que a sociedade lhes concede e reconhece como legítimas. Nesse território, destinado à reconstrução dos valores da identidade *hispânica*, existe espaço e possibilidade de viver de acordo com sua própria moralidade; e escapar desse território, geográfica e culturalmente limitado, configura fuga da moralidade. A integração passa pelo caminho da formação de guetos.

O sonho americano, o *the American way* para o sucesso, pressupõe dedicar-se inteiramente ao objetivo da ascensão social, do triunfo econômico e da afirmação pessoal. Porém, tudo o que é oferecido, continuamente, através do estereótipo mais paradigmático do herói hollywoodiano – o do indivíduo que luta contra a sociedade e contra todas as adversidades da vida (fazer uma carreira, ter uma posição financeira sólida, uma boa casa, uma boa família e filhos, e, então, ter o direito de perpetrar a sua própria linhagem produtiva na sociedade) – é negado à minoria, à etnia, a quem quer manter a sua identidade cultural, e não renuncia em nome da adesão às regras gerais do *American way of life*.

The frontier: quando o estereótipo desenha o campo do imaginário fílmico

A fronteira é um lugar simbólico importante do imaginário cinematográfico norte-americano e mexicano. Cidades e aldeias na área de fronteira são convertidas, rapidamente, em áreas onde a lei se torna bastante difusa e flexível, onde nascem os estereótipos fílmicos que ainda persistem e são transmitidos (transformado-se), ao longo do século XX.

Este espaço simbólico é alcançado por alguns motivos típicos (para escapar da lei; para mudar de vida; para buscar fortuna; para realizar atividades ilegais). A fronteira México-Estados Unidos é *una tierra de nadie*, onde se exalta a chance de ser livre, embora esta liberdade pareça estar condicionada ao pertencimento

a um grupo étnico ou nação. O *cowboy* ou *pionier* pode, ao invés, escolher tornar-se um *Sheriff*, e estar do lado da lei; ou então, ficar de fora das regras, tornando-se um *Outlaw*. Em ambos os casos, ele pode ser um herói. Não é caso raro o filme ter duas personagens principais: uma boa e uma má; dois representantes desta dupla opção. Como, por exemplo, em *3:10 to Yuma* (1957), de Delmer Daves, no qual Dan Evans (aka Van Heflin), um criador de gado em dificuldades econômicas, aceita um emprego como *vice-sheriff*, para poder colocar na prisão Ben Wade (aka Glenn Ford), um perigoso *outlaw*²⁰. Contudo, o malvado Ben nada mais é do que o *alter ego* do bonzinho Dan; e assim, durante a viagem que os leva para pegar o *3:10 to Yuma*, eles aprendem a se respeitar mutuamente. Dan e Ben são as duas opções possíveis no espaço fílmico da *Frontier*. Porém, essa possibilidade de escolha não é dada a todos: a ela não têm direito os *greasers* mexicanos, os índios, os negros e/ou chineses.

A *Frontier* é um espaço simbólico, que promete liberdade infinita (mesmo para além dos limites normais permitidos por lei), multiplicando as possibilidades do *American way*, mas apenas para aqueles que têm direito. Ela é um território de contornos geograficamente vagos e conteúdos morais flexíveis, mas com rígidas regras raciais. Seu forte simbolismo reside na sua própria imprecisão geográfica (o símbolo do *status in fieri* do trabalho civilizador), mas também na rigidez das suas hierarquias raciais. A conquista do espaço físico em detrimento dos povos indígenas representa, no plano cinematográfico, a superioridade da raça branca: a *frontier* tem suas hierarquias. A descrição estereotipada dos vários tipos raciais e a negação às raças inferiores das promessas e possibilidades da *frontier* é a consequência lógica dessas hierarquias.

A descrição da fronteira México-EUA é parte dessa lógica. Ela serve para reafirmar a posição inferior de quem vem da terra dos *greasers*. Escura, perigosa e cheia de ilegalidade, mas, sobretudo, com uma clara diferença entre o lado dos civilizadores e o dos outros, aqueles do outro lado da fronteira, aqueles que ainda não foram civilizados e, talvez, nunca o sejam. Mesmo no espaço indefinido da *frontier*, há diferenças geográficas que se tornam estereótipos sociais e raciais: não é a mesma coisa viver de um lado ou do outro da fronteira, como se houvesse uma área de *frontier* boa e outra má. A *frontier* tem, portanto, uma hierarquia espacial.

Mesmo em períodos históricos de relativa proximidade política entre os Estados Unidos e o México, quando se podia supor uma mudança em termos de imagem na indústria cinematográfica, o estereótipo continuava a ter uma enorme força. Durante a Segunda Guerra Mundial, os dois países se aproximaram, melhorando as relações bilaterais²¹. Em 1942, quando os Estados Unidos, envolvidos na Guerra Mundial, sofriam de grave falta de mão de obra, principalmente agrícola, os governos de Franklin Roosevelt e de Ávila Manuel Camacho criaram o Programa Bracero, que durou até 1962, e permitiu a migração legal de cerca de 5 milhões de mexicanos aos Estados Unidos (SMITH, 2001).

Nos anos 1950, há aproximadamente 22 filmes hollywoodianos em que aparece a *frontier* México-EUA. Por exemplo, *Touch of Evil*, de 1958, uma obra-prima do filme *noir*, e último filme hollywoodiano de Orson Wells, desenvolve-se sobre o pano de fundo de uma visão miserável e corrompida de uma cidade imaginária da fronteira mexicana, Los Robles (na realidade, as cenas externas foram filmadas em Venice, Califórnia). O filme tem como protagonistas um funcionário mexicano da Comissão Panamericana antidrogas, Ramon Miguel “Mike” Vargas (Charlton Heston), em lua de mel na Califórnia com a esposa americana, Susan (Janet Leigh); além de um eficaz, mas imoral, policial norte-americano, o capitão Hank Quinlan (Orson Wells).

O filme de Orson Wells representa certa crítica à mentalidade racista vigente no *frontier-movie*: de fato, Vargas, o mexicano, é um herói positivo a serviço da lei, e não um bandido condenado ao crime devido à sua inferioridade racial (NAREMORE, 1989). Porém, o poder do estereótipo é tanto, que nem mesmo a obra-prima de Wells escapa do uso de imagens e personagens padronizadas, tanto no que se refere à sua descrição, como também à de um dos protagonistas não declarados do filme *frontier*.

Touch of Evil começa com um dos mais famosos planos-sequência da história do cinema: Vargas e sua esposa Susan estão atravessando a fronteira, e, neste exato momento, alguém coloca uma bomba em um carro (o cronômetro indica que faltam três minutos para a explosão). Eles caminham e cruzam a fronteira para os Estados Unidos, simultaneamente ao carro com a bomba; e, assim que o carro se afasta dos dois recém-casados, a bomba explode. Quem deve investigar o acontecido? O honesto policial mexicano Mike Vargas (Charlton Heston), ou o corrupto detetive americano Hank Quinlan (Orson Welles)? Parece a história típica em que se enfrentam um policial bom e outro mau. Mas, enquanto o mexicano Vargas é descrito como um oprimido, frustrado por um sonho americano que nunca se realizou, o corrupto Quinlan demonstra rapidamente ser uma personagem de grande interesse. No território da *frontier*, Quinlan representa a evolução do *outlaw*, e não hesita em usar métodos ilegais para impor sua própria ideia de justiça. Vargas é ainda um herói limitado em suas possibilidades, forçado pelas suas origens a desfrutar da simpatia do público, somente ao representar a bondade e a justiça, como se para ser aceito como herói, ele devesse comportar-se bem. Apenas Quinlan pode desempenhar o papel trágico do herói negativo, amaldiçoado, mas com aspectos humanos – o que o torna definitivamente mais simpático e interessante. Completam o panorama das personagens, o líder de uma gangue de traficantes de drogas de nome italiano, Joe Grandi (Akim Tamiroff), e Tanya, a cigana-quiromante (Marlene Dietrich), dona de um bordel que se encontra, obviamente, no lado mexicano da *frontier*. A escolha de Welles de gravar o filme em preto e branco (confiando a fotografia ao excelente Russell Metty) enfatiza o aspecto da *frontier* como um território das sombras – sombras que aumentam, quando se passa pelo lado mexicano.

Cinematograficamente falando, a fronteira que separa os Estados Unidos do mundo latino estende-se desde a América do Norte à América do Sul, variando amplamente, mudando ao longo do tempo. Ela reflete o sentimento do perigo que vem do Sul (perigo da invasão migratória, do contágio, da importação de drogas, etc.). Assim, a relação que os Estados Unidos têm com os *latinos* não é mais o resultado de contatos ao longo da área mais ou menos extensa de fronteira, como no *greaser-movie*, em *Bordertown* (1935) ou *Touch of Evil* (1958). Em 1983, com *Scarface*, Brian De Palma desloca a fronteira pelo território nacional; ela se torna interna, alarga-se, e vai do Caribe até Miami.

Em 2004, com *Man on Fire*, Tony Scott manda John W. Creasy (Denzel Washington) proteger uma menina na Cidade do México. A fronteira é deslocada para o centro do México, seguindo os medos e sentimentos *made in USA*, para o local de onde o perigo poderia vir. A menina é filha de uma cidadã norte-americana (Lisa Martin Ramos, apelido Radha Mitchell) e um cidadão mexicano (Samuel Ramos, apelido Marc Anthony). O herói *made in EUA* é um afro-americano, forte, decisivo, atormentado por pesadelos recorrentes e com experiência no uso de armas: o perfil de um veterano de guerra (a guerra do Iraque começara em 20 de março de 2003). A capital mexicana é caracterizada pela corrupção, crime, perigo, mentiras, e é povoada por pessoas sem escrúpulos. Depois do sequestro da criança, John/Denzel Washington começa a procurá-la à sua maneira, e descobre (depois de convencer com alguma violência alguns moradores locais para dizer a verdade), que no sequestro estão implicados o chefe de polícia, e mesmo o pai da criança, que é um rico empresário mexicano. John Creasy sequestra, tortura e mata os partidários e os membros da gangue, e também os funcionários corruptos da polícia mexicana, e descobre onde a criança se encontra. Acusado por John e também seguido por sua esposa, o senhor Ramos comete suicídio. John recupera a garota para devolvê-la à sua mãe, e vai ao encontro da morte enfrentando os bandidos²².

Repleto de violentos estereótipos antilatinos, *Man on Fire* retrata um México violento e corrupto, nas mãos de policiais e políticos sem qualquer dignidade, e traz um mundo latino em que nenhum valor é respeitado (nem mesmo aqueles familiares). A longa sentença final exclui qualquer possível mistura de raças e culturas diferentes: a loira, mulher branca, é punida com a perda da ilusória paz familiar, por ter pensado em se misturar a um latino e viver fora de seu país; o rico empresário mexicano é punido por se atrever a pensar em se casar com a mulher branca; o mesmo destino é reservado ao afro-americano, que depois de trocar olhares sensuais com a mulher loira e casada, encontra a morte sacrificial e libertadora (expição por ter se atrevido a pensar na mulher rica e branca; e libertação dos pesadelos gerados por seu ser violento a serviço da justiça)²³.

Em 2010, Robert Rodriguez e Ethan Maniquis re-colocam a fronteira no território dos Estados Unidos, a poucos quilômetros dos limites com o México, no Texas, onde se desenvolve a história de *Machete*, interpretado pelo ator norte-americano de origem mexicana, Danny Trejo. Ele é um agente federal

mexicano, cuja esposa e filha são mortas pelo narcotraficante Rogelio Torrez (Steven Seagal). Fugido para o Texas, Machete é envolvido, contra a sua vontade, no falso ataque ao corrupto e hiper-racista senador do Texas, McLaughlin (Robert De Niro). Ajudado por uma policial de origem mexicana, Rivera Sartana (Jessica Alba) e por uma migrante mexicana, Luz (Michelle Rodriguez), Machete é capaz de derrotar o corrupto senador McLaughlin; como também Von Jackson (Don Johnson), líder de vigilantes paramilitares que matam imigrantes clandestinos, e, finalmente, Rogelio Torrez. O herói Machete é descrito como um bruto, violento e perigoso, que fala apenas palavras monossilábicas (como se tivesse problemas para articular um discurso completo). Ele atrai todas as mulheres com o poder animal do seu ser selvagem e mata sanguinariamente os seus inimigos. O problema da xenofobia é colocado em paródia com um efeito de banalização.

Em 2011, Olivier Megaton empurra elasticamente a fronteira até Bogotá, indo em busca de Cataleya Restrepo (Zoe Saldana), protagonista de *Colombiana* (filme escrito e co-produzido por Luc Besson). A pequena Cataleya escapa dos assassinos de seus pais, envolvidos no tráfico de drogas, para chegar adulta na Chicago de seu tio, Emilio Restrepo (Cliff Curtis), que lhe ensinará a ser uma assassina de aluguel. A fronteira elástica de Megaton vai procurar os perigos na Colômbia e os transporta para o coração dos Estados Unidos, para a cidade mais famosa da história do *gangster-movie*, onde Tony Camonte deu seus primeiros passos em 1932. Bonita e sensual, mas também cruel e mortal, Cataleya é um dos últimos protótipos do criminoso que vem do mundo exterior. Pertencente a nações selvagens e bárbaras e, como tal, com supercapacidades inúteis para aqueles que vivem de forma normal e civilizada, mas muito úteis para aquele que vive em uma selva ou quer viver como criminoso sem escrúpulos.

Cinema e migração: entre velhos estereótipos e novas visões críticas

O multiplicar-se nas últimas décadas de obras que tratam da realidade migratória, colocando o migrante (ou os filhos dos migrantes de segunda e terceira gerações) no centro da narração, representa um fenômeno notável, que merece ser analisado para compreender como o cinema aborda, testemunha e denuncia um dos temas mais relevantes das sociedades contemporâneas. O nascimento de projetos e *networks* de pesquisa, como *Migrant and Diasporic Cinema in Contemporary Europe* (em Londres); *Turkish Migrant Cinema in Europe* (*network* de pesquisa internacional); *The Kölnischer Kunstverein: Projekt Migration* (em Colônia, 2002-2005); *Beur is beautiful: A retrospective of Maghrebi-French Cinema* (programa internacional itinerante sobre cinema magrebio-francês); ou ainda, o trabalho de *Zalab*, em Roma (produção de documentários participativos com os próprios migrantes), são expressões de como o cinema sobre migração representa um fenômeno cultural e político de grande importância, e que desperta o interesse do mundo cultural e acadêmico.

A relação entre cinema e migração muda produzindo uma interessante reflexão sobre nossas sociedades, abrindo novas frentes de pesquisa multidisciplinares. O material audiovisual produzido é vasto e complexo na sua relação com as sociedades sobre as quais reflete; e, nesse sentido, representa um campo de pesquisa novo e interessante.

Nesse contexto, uma reflexão sobre os estereótipos que caracterizam a visão hollywoodiana da migração (e que de forma hegemônica povoam o imaginário fílmico contemporâneo) torna-se necessária e quase propedêutica para delimitar adequadamente a questão da relação entre cinema e fenômeno migratório. Isso porque, trata-se de uma visão estereotipada e preconceituosa, que é produzida (e se reproduz) de forma massiva, e com grande facilidade, desde a era primitiva do cinema, deixando como herança um universo com suas rígidas classificações xenófobas e racistas; classificações capazes de mudar e adaptar-se às regras e às exigências do mercado cinematográfico.

Notas

1 - There's only one thing that gets orders and gives orders! And this is it. That's how I got the South Side for you and that's how I'm gonna get the North Side for you. Some little typewriter, huh? I'm gonna write my name all over this town with big letters!

2 - Existem pequenas comédias sobre a figura do migrante como, por exemplo: *Bianco, rosso e Verdone*, dirigido e interpretado por Carlo Verdone (Itália, 1981) que narra, dentre outras coisas, a história de um italiano na Alemanha, descrito segundo os mais estúpidos e vulgares estereótipos sobre a italianidade; *L'emigrante* (Itália, 1973), de Pasquale Festa Campanile, com a dupla de cantores-atores Adriano Celentano e Claudia Mori. Um discurso à parte pode ser feito por *Casa de Mi Padre* (USA, 2012), de Armando Alvarez, com Will Ferrell, Gael García Bernal, Diego Luna, em que o louro e alto Will Ferrell interpreta um fazendeiro mexicano falando um espanhol ridículo. Este filme representa uma tentativa de vender o estereótipo do mexicano no mercado dos hispânicos que vivem nos Estados Unidos.

3 - "The ignorant, superstitious Neapolitan or Sicilian, heir of centuries of Bourbon misgovernment, cannot be expected to prove us his race mettle" (ROSS apud BERTELLINI, 2005a, p. 690).

4 - "After allowing for every disturbing factor, it appears that these children, with the dusk of Saracenic or Berber ancestors showing in their cheeks, are twice as apt to drop behind other pupils of their age as are the children of the non-English-speaking immigrants from northern Europe" (ROSS apud BERTELLINI, 2005a, p. 690).

5 - Sobre *The Black Hand* (1906), *In Little Italy* (1909), *The Detectives of the Italian Bureau* (1911), e, sobretudo, sobre filmes dirigidos por D. W. Griffith, isto é, *The Musketeers of Pig Alley* (1912), *The Criminals* (1913) e *The Padrone's Ward* (1913) é possível consultar Bertellini (2004, p. 374-398) e Bertellini (2005b, p. 207-237).

6 - Filho de um casal de imigrantes: a mãe, irlandesa de Cork e o pai, croata da Dalmácia.

7 - Nascida em 1922, a Motion Picture Producers and Distributors of America (que assumirá mais tarde o nome de Motion Picture Association of America) foi fundada para defender os interesses dos principais estúdios de produção cinematográfica. Era integrada por: Walt Disney, Sony Pictures Entertainment, Metro-Goldwyn-Mayer, Paramount Pictures, Twentieth Century Fox, Universal Studios e Warner Bros.

8 - O Production Code elencava três princípios gerais:

a) Não será produzido nenhum filme que reduza o padrão moral dos espectadores. Por este motivo, a simpatia do público não deverá nunca ser direcionada para o crime, comportamentos

desviantes, o mal ou o pecado.

b) Serão apresentados somente padrões de vida corretos, com as limitações necessárias ao drama e entretenimento.

c) A Lei, natural, divina ou humana, não será nunca exposta ao ridículo, nem nunca será incitada a simpatia do espectador para a sua violação.

9 - Baseado no romance homônimo de Armitage Trail, publicado em 1929.

10 - Após o sucesso de *The Godfather*, em 1972, Coppola fará mais outros dois. Em 1974, foi lançado *The Godfather II*, estrelado por Al Pacino, Robert Duvall, Diane Keaton e Robert De Niro. O filme conta, com *flashbacks*, a história de um jovem, Vito Corleone (Robert De Niro): o massacre de sua família em Corleone, Sicília, pela máfia local (1901); em seguida, a chegada de Vito a Nova York e sua vida como um jovem que se torna chefe da máfia. Ao mesmo tempo, conta a história da família Corleone, em Nevada, liderada por Michael Corleone (Al Pacino), a partir de 1958. Em 1990, *The Godfather III*, com Al Pacino, Andy Garcia, Diane Keaton. O filme conta a história da família nos anos 1980, com Michael Corleone, que mora em Nova York; é bilionário e goza da reputação de uma pessoa respeitável, mas é velho e doente e deve pensar na sucessão.

11 - É a história de Charlie Cappa (Harvey Keitel) e John Civello, denominado Johnny Boy (Robert De Niro), dois jovens da *Little Italy* de Nova York, que viviam de modo violento, mesmo porque sofriam com o ambiente violento do bairro onde nasceram.

12 - É a história de Henry Hill, um adolescente ítalo-irlandês, crescido em Brownsville, bairro violento do Brooklyn, Nova York. Junto a seus amigos Jimmy Conway (Robert De Niro) e Tommy DeVito (Joe Pesci), Henry assume a carreira do crime. Eles fazem sucesso nos anos 1960. Com o passar dos anos, Henry entende que os amigos aos quais é ligado são extremamente violentos, e muitas vezes chegam ao assassinato, especialmente Tommy. Henry, afinal, colabora com a justiça e muda de cidade e de vida, protegido pelo FBI, já que é ameaçado pela vingança dos seus ex-companheiros colocados em liberdade. No filme, a personagem da mãe de Tommy De Vito é interpretada por Catherine Scorsese, a mãe do diretor.

13 - Terceiro filme da assim chamada trilogia sobre a máfia de Scorsese é a história do gangster Sam "Ace" Rothstein (Robert De Niro) que se torna um importante gerente de cassinos em Los Angeles por conta da família mafiosa italiana encabeçada por Remo Gaggi. Protagonistas do filme: Robert De Niro, Sharon Stone, Joe Pesci, James Woods. O filme é baseado no romance biográfico de Nicholas Pileggi, *Casino: Love and Honor in Las Vegas* (1995), baseado por sua vez na história verídica de Frank "Lefty" Rosenthal e Anthony "The Ant" Spilotro.

14 - O termo *New Hollywood* designa o período de grande renovação do cinema norte-americano, acontecido entre os anos 1960 e os primeiros anos da década de 1980. Nasce uma nova tendência que transforma os diretores em autores (como na Europa) e se abre a temas frequentemente considerados tabus: desconforto juvenil e social, condição da mulher na sociedade, a existência de diferentes sexualidades, reflexão crítica sobre o tratamento às minorias e sobre a guerra.

15 - Fonte de inspiração da série foi o livro de Ness e Oscar Fraley, escrito em 1947, no qual narram eventos acontecidos entre 1929 e 1935 (NESS e FRALEY, 1957).

16 - Em 1993-94 foi gravado um *remake* composto por duas temporadas.

17 - Home Box Office.

18 - "Say hello to my little friend!"

19 - Do romance de Carroll Graham.

20 - O filme é um dos clássicos do cinema *western* e em 2007 foi feito dele um *remake* com o mesmo título. O filme de 2007 foi dirigido por James Mangold, com Russell Crowe no papel de Ben Wade e Christian Bale no papel de Dan Evans.

21 - Esta proximidade foi institucionalizada mediante programas de cooperação (cf. MEYER, 2006).

22 - O filme é um *remake* de *Man On Fire*, de Elie Chouraqui (1987), em que Creasy (veterano do Vietnã e Líbano e ex-agente da CIA) se encontra na mesma situação na Itália, em Milão.

23 - Grande nota decepcionante do filme é, obviamente, a presença de Denzel Washington, novo Sidney Poitier e ícone de um cinema empenhado na luta contra o racismo. Conhecido, sobretudo, por ter feito filmes como: *Cry Freedom*, de Richard Attenborough (1987), sobre a figura do militante pelos direitos raciais na África do Sul, Steve Biko; *Glory*, de Edward Zwick (1989), sobre o 54º Regimento de Voluntários de infantaria (composto predominantemente por ex-escravos) durante a Guerra de Secessão americana; *Mo' Better Blues*, de Spike Lee (1990), melodrama sobre a vida de um afro-americano trompetista de jazz; *Mississippi Masala*, de Mira Nair (1991), filme que trata a temática antirracista do amor entre um afro-americano e uma indiana nascida na Uganda do ditador Amin; *Malcom X*, de Spike Lee (1992), baseado na autobiografia de Malcom X; *Philadelphia*, de Jonathan Demme (1993), sobre os preconceitos contra os doentes de AIDS; *The Hurricane*, de Norman Jewison (1999), história de um pugilista afro-americano vítima do racismo.

Referências

- BAZIN, André. Ontologie de l'image photographique. In: *Qu'est-ce que le cinéma?*, tome I, Paris, Éditions du cerf, 1958.
- BERTELLINI, Giorgio. Black Hands and White Hearts: Italian Immigrants as "Urban Racial Types" in Early American Film Culture. In: *Urban History*, nº 31, p. 374-398, 2004.
- BERTELLINI, Giorgio. Duce/Divo. Masculinity, Racial Identity, and Politics among Italian Americans in 1920s New York City. In: *Journal of Urban History*. Vol. 31 nº. 5, p. 685-726, July, 2005a.
- BERTELLINI, Giorgio. Black Hands and White Hearts: Southern Italian Immigrants, Crime, and Race in Early American Cinema. In: GRIEVESON, Lee; SONNET, Esther and STANFIELD, Peter (eds.). *Mob Culture: Hidden Histories of the American Gangster Film*. Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2005b, p. 207-237.
- BORDWELL, David. Classical Hollywood Cinema: National Principles and Procedures. In: ROSEN, Philip. *A Film Theory Reader: Narrative, Apparatus, Ideology*. New York: Columbia University Press, 1986, p.17-32.
- GARCÍA RIERA, Emilio. *México visto por el cine extranjero*. t. IV . México: Ediciones Era, 1988.
- GIRVEN, Tim. Hollywood's Heterotopia: U. S. Cinema, the Mexican Border and the Making of Tijuana. In: *Travesía: Journal of Latin American Cultural Studies*, vol. 3, nº 1-2, p. 93-133, 1994.
- KLAHN, Norma. La frontera imaginada, inventada o de la geopolítica de la literatura a la nada. In: SCHUMACHER, Maria Esther (comp.). *Mitos en las relaciones México-Estados Unidos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- NAREMORE, James. *The Magic World of Orson Welles*. Dallas, Southern Methodist University Press, 1989.
- NESS, Eliot e FRALEY, Oscar. *The Untouchables*. Cutchogue, NY: Julian Messner, 1957.
- MEYER, Lorenzo. Estados Unidos y la evolución del nacionalismo defensivo mexicano. In: *Foro internacional*, nº 185, p. 421-464, 2006.
- QUART, Leonard e AUSTER, Albert. *American Film and Society since 1945*. Londres: McMillan Publishers Ltd., 1984.
- SMITH, Clint. *México y los Estados Unidos*. 180 años de relaciones ineludibles. México: Universidad de California en Los Ángeles (UCLA), Universidad de Guadalajara y Juan Pablos, 2001.
- VECOLI, Rudolph J. *Negli Stati Uniti*. In: BEVILACQUA, Piero, De CLEMENTI, Andreina e FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana*, vol II (*Arrivi*). Roma: Donzelli, 2002, p. 73-88.
- VELAZQUEZ GARCIA, Mario Alberto. La construcción de la imagen de México en Estados Unidos desde una perspectiva de riesgo. In: *Frontera Norte*. Tijuana, México: El Colegio de la Frontera Norte, v. 20, nº 39, p. 37-67, enero/junio, 2008.

RESUMO

É possível analisar, numa perspectiva diacrônica, a evolução do imaginário fílmico sobre as migrações. Existe um cinema militante (sobretudo nas últimas três/quatro décadas) que é fruto do trabalho e da reflexão de diretores ou grupos de pesquisa (produção de documentários, por exemplo) preocupados com o fenômeno migratório. Mas existe no cinema hollywoodiano clássico, aquele cinema hegemônico que inunda as salas do mundo inteiro, uma forma estereotipada de ver os migrantes. Esta produção de estereótipos condiciona a própria história do cinema e a evolução cinematográfica do século XX e XXI. Quais são as imagens, os estereótipos, as banalizações com as quais foi arquivada a figura do migrante no cinema hollywoodiano? Neste artigo traçamos uma breve introdução sobre a visão de italianos e latinos no cinema dos Estados Unidos, enfatizando o nascimento dos estereótipos sobre os migrantes.

Palavras-chave: italianos; latinos; Hollywood.

ABSTRACT

It's possible to analyze the evolution of the cinematographic imagery of migration from a diachronic perspective. One can identify both a militant stream of filmmaking (especially in the last 3-4 decades), due to the efforts and reflections of single directors and research groups, worried about the social issues related to migration and trying to give resonance to this important phenomenon, and an Hollywood-based, widely distributed category of movies, promoting a stereotyped view of migrants. This massive production of stereotypes influences the very history and evolution of the cinematography in the 20th and 21st century. What images, stereotypes, trivializations caused the figure of the migrant to be hastily dismissed? In this article, we try to sketch an introduction to the perception of italian and latin immigrants in american cinema, underlying the introduction of racial stereotypes.

Keywords: italians; latinos; Hollywood.

As interações entre Relações Internacionais e Migrações Internacionais e os desafios para a soberania do Estado no atual contexto globalizado

*Leonir Mário Chiarello **

No atual contexto de globalização, as teorias sobre relações internacionais concentraram sua atenção nos debates sobre a melhor forma de inserir os Estados nacionais no novo contexto global. Assim, só recentemente preocuparam-se com os movimentos de pessoas que ocorrem entre os territórios dos próprios Estados. Por outro lado, as teorias sobre as migrações internacionais voltaram-se para as dimensões econômicas, sociológicas, políticas e culturais dos fluxos internacionais de pessoas, sem o desenvolvimento de uma reflexão específica sobre a interação entre as migrações e as relações internacionais. Diante desta problemática, a pergunta que norteará este artigo será: por que existe essa falta de interação entre migrações e relações internacionais, e quais são os fatores e as consequências envolvidos nesta falta de interação?

Nossa hipótese sustenta que a limitada interação entre relações internacionais e o fenômeno das migrações é determinada pelo paradigma estatal e nacional, através do qual se definem as teorias sobre as relações internacionais e as migrações, apesar da natureza transnacional da última. Para superar o determinismo de tal paradigma estatal, nossa segunda hipótese propõe a governança global das migrações, que inclui as relações internacionais como o instrumento mais adequado para permitir uma maior interação entre os dois aspectos.

O nosso objetivo é mostrar que as migrações internacionais são um fenômeno intrinsecamente transnacional e que, portanto, requerem políticas

* *Diretor Executivo da Rede Internacional Scalabriniana de Migrações - SIMN.*

internacionais e supranacionais. Para este fim, consideramos três aspectos essenciais, relacionados às migrações e às relações internacionais: a) interações teóricas e práticas entre relações internacionais e migrações internacionais, b) perspectivas unilaterais e multilaterais através das quais são consideradas as relações internacionais e as migrações internacionais e c) governança global das migrações como um novo paradigma de interação entre as relações internacionais e as migrações internacionais.

Interações entre relações internacionais e migrações

Numa breve análise das interações entre relações internacionais e migrações, não pretendemos apresentar de maneira exaustiva as várias teorias sobre migrações e relações internacionais, mas, após breve introdução sobre as diferentes perspectivas através das quais estas são consideradas, apresentar os principais elementos de interação entre elas no atual contexto mundial.

Perspectivas teóricas sobre as migrações internacionais

As principais perspectivas a partir das quais se interpretam hoje as migrações internacionais são a econômica, a sociológica e a política, em que diversas teorias tentam fornecer explicações sistemáticas para este fenômeno¹. Considerando que os fatores econômicos são os que determinam em grande parte os movimentos migratórios, as teorias econômicas são as mais desenvolvidas, destacando-se entre elas as *teorias neoclássicas micro e macroeconômicas*, a *teoria da nova economia da migração*, a *teoria do mercado de trabalho dual* e a *teoria histórico-estrutural* (BODVARSSON e VAN DER BERG, 2009). Privilegiando os fatores relacionados à estrutura social e à qualidade de vida dos migrantes, as teorias sociológicas, como a *teoria dos fatores de expulsão e atração* (*push and pull factors*), a *teoria do sistema mundo*, a *teoria das redes*, a *teoria institucional*, a *teoria da causalidade cumulativa* e a *teoria dos sistemas de migração* querem superar a visão economicista das migrações, investigando os fatores pessoais, grupais e culturais envolvidos nos processos migratórios (MASSEY et al., 2006). Enquanto isso, as teorias políticas, como a *teoria neorrealista*, a *teoria pluralista* e a *teoria da economia política internacional*, tentam explicar não apenas as causas, mas também os efeitos das migrações sobre os Estados e a influência desses últimos sobre os fluxos migratórios (PHILLIPS, 2011). No entanto, autores como Stephen Castles e Mark Miller afirmam que é impossível explicar a migração internacional a partir de causas únicas ou de forma simplista tal como a maior parte dessas teorias pretende fazer (CASTLES e MILLER, 1993). Para eles, cada movimento migratório tem características específicas e se desenvolve sob circunstâncias históricas particulares e, portanto, devem ser consideradas como o resultado da *interação das estruturas micro e macro*. As primeiras se referem a fatores específicos, tais como a conformação de redes migratórias, crenças e

práticas dos próprios migrantes, e as segundas a fatores mais gerais, tais como a economia política global e políticas estatais e interestatais, que influenciam as relações internacionais (MILLER e DENEMARK, 1993, p. 2-3).

Paradigmas de Relações Internacionais

Com contribuições, principalmente da história, do direito e da diplomacia, a reflexão sobre as relações internacionais foi marcada por constantes tensões e debates entre três grandes correntes clássicas de pensamento: a *kantiana* ou *idealista*, a *hobbesiana* ou *realista* e a *grociana* ou da *sociedade internacional*². Esses debates, que representam a tentativa incansável de adaptar o estudo das relações internacionais às novas realidades e transformações que a realidade internacional experimenta, desembocaram nos três maiores paradigmas ou modelos teóricos clássicos em torno dos quais se estruturou o pensamento e a construção teórico-metodológica das relações internacionais até hoje: o idealismo, o realismo e o pluralismo ou paradigma de interdependência (BURCHILL et al., 2001; WEBER, 2010).

O idealismo, que surge como proposta interpretativa das relações internacionais no contexto da Primeira Guerra Mundial, parte da premissa de que o homem tende inerentemente à cooperação, por isso as relações internacionais não se encontram num contexto de conflito permanente entre os Estados, mas naqueles laços sociais transnacionais que são tecidos constantemente entre os indivíduos. Sob este ponto de vista, a política internacional é o reflexo da tendência natural para a cooperação e a progressiva harmonia de interesses que conduzem à organização do mundo, em que o direito internacional desempenha um papel fundamental na constituição de uma sociedade internacional. De acordo com este paradigma, foi desenvolvida a tradição do liberalismo nas relações internacionais em suas várias expressões (o liberalismo sociológico, institucional ou republicano), bem como o neoliberalismo (JACKSON e SORENSEN, 2003; WEBER, 2010, p. 37-60).

Ao contrário, o realismo, proveniente de uma escola de pensamento antropológico pessimista, considera que a política internacional pode ser melhor descrita como um estado de guerra permanente. A partir dessa perspectiva, as relações internacionais são interpretadas como conflitantes na essência, concentrando-se em questões tais como a guerra, a ordem e a segurança, a defesa da soberania nacional, fatores que, por sua vez, serão considerados o suporte do exercício da diplomacia. Sob esta visão de mundo, os Estados são os atores únicos e primordiais das relações internacionais, concebidos como unidades coerentes e racionais em suas ações e na defesa do interesse nacional em relação ao exterior (BURCHILL et al., 2001, p. 70-102). Em consonância com esta perspectiva realista, a partir da década de 1970, surge o paradigma da interdependência, que reconhece a natureza complexa da realidade internacional e afirma que as relações internacionais não podem ser interpretadas exclusivamente a partir das relações

interestaduais e dos problemas de segurança entre os países, mas que devem considerar uma diversidade de atores, problemáticas e canais que conectam as sociedades e as transformam numa sociedade internacional de caráter mundial ou global (DUNNE, KURKI e SMITH, 2007; WEBER, 2010, p. 13-36).

A partir de uma perspectiva diferente das anteriores, o paradigma estruturalista parte do questionamento do *status quo* do sistema internacional, baseado no capitalismo e nas relações assimétricas de poder entre os Estados ricos e exploradores, por um lado, e os pobres e explorados, por outro. O estruturalismo postula a superação dessa dicotomia e o estabelecimento de uma sociedade internacional livre dos Estados, até agora considerados como representantes do capitalismo e dos interesses das classes dominantes, mediante a ação revolucionária dos setores explorados. A partir do paradigma estruturalista, surgem diferentes teorias das relações internacionais, entre as quais a teoria do sistema capitalista mundial e a teoria da dependência, esta representada por vários pensadores latino-americanos³.

Os paradigmas apresentados acima surgiram em contextos específicos, interagindo antagonicamente uns com os outros, em alguns casos, ou de forma dialógica na maior parte deles, gerando novas teorias como o neorealismo, o neoliberalismo ou o neoestruturalismo, para citar alguns, e a inclusão de novas temáticas na agenda das relações internacionais, tais como o meio ambiente, os direitos humanos e as questões de gênero. Apesar deste dinamismo no debate teórico sobre as relações internacionais e a inclusão de novos aspectos de importância internacional, a questão das migrações internacionais continua sendo excluída da análise.

Interação entre os paradigmas de relações internacionais e as migrações

O aumento contínuo das migrações internacionais nas últimas décadas está provocando um impacto significativo nas relações internacionais. Se a população de migrantes continua aumentando no mesmo ritmo dos últimos vinte anos, o contingente atual de 215 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo poderia atingir 405 milhões em 2050, segundo as previsões da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2010, p. 3). Este incremento dos fluxos migratórios afeta não apenas os países emissores e receptores de migrantes, mas também os de trânsito. As reações diante desse aumento podem ser muito diferentes, tanto em nível político e jurídico como social, comprometendo as relações dos Estados entre si. As políticas ou ações domésticas ou internacionais que os Estados implementam têm impactos inevitáveis sobre a migração internacional. As normas permissivas, restritivas ou seletivas implementadas pelos países receptores para regular a entrada de imigrantes, e implementadas pelos países emissores para facilitar ou restringir a saída de emigrantes, têm consequências diretas sobre o volume e a qualidade (regular ou irregular) das migrações internacionais (WEINER, 2006, p. 89-102). Por outro lado, a migração

pode influenciar e também ser utilizada pelos Estados para obter certos objetivos da sua própria política interna ou externa. Isso mostra como, no contexto internacional atual, as migrações e as relações internacionais se mesclam e interagem mutuamente. Dependendo da perspectiva de onde os atores políticos e sociais, incluindo os pesquisadores, interpretem essa interação, poderão propor uma interação de conflito ou de cooperação entre ambas (MITCHELL, 1989, p. 682-683).

Apesar da natureza transnacional das migrações e os impactos recíprocos entre migrações e relações internacionais, a maioria dos estudiosos concorda ao afirmar que é muito limitada a análise que a disciplina das relações internacionais desenvolveu em relação aos movimentos internacionais de população. Alguns autores expressam preocupação ao estudar a migração a partir da perspectiva das relações internacionais. Tratam-se, no entanto, de esforços isolados e longe do núcleo do estudo da disciplina, na qual a migração internacional é considerada como um tópico específico de estudo (WEINER, 2006, p. 89-90).

Baseado no fato acima e na constatação de que o movimento de pessoas através das fronteiras é um fenômeno intrinsecamente transnacional e, portanto, afeta as relações internacionais, consideramos importante investigar a forma como interagem os paradigmas das relações internacionais e as teorias sobre migração para garantir uma melhor governabilidade das migrações internacionais. Para isso e considerando o limite de nosso estudo, examinaremos brevemente três paradigmas clássicos das relações internacionais e suas possíveis contribuições à reflexão sobre as migrações internacionais: o realismo, a interdependência e o estruturalismo.

O realismo é conhecido por dar importância central ao Estado-nação, que considera uma unidade compacta e racional, cujo ato é sempre motivado pela defesa do interesse nacional. Este interesse nacional está associado principalmente à segurança e ao poder, porque são estes dois elementos que garantem a sobrevivência dos Estados em um mundo que é concebido como hostil e anárquico. O enrijecimento das políticas migratórias que os países desenvolvidos empreenderam nas últimas décadas ou o fortalecimento das fronteiras físicas através de controles fronteiriços mais rígidos e/ou a construção de muros, tudo feito em base ao argumento de desencorajar ou controlar a crescente imigração irregular proveniente de países pobres, são manifestações da interpretação da imigração como uma questão de segurança. Na verdade, a imigração, especialmente a irregular, é percebida como uma ameaça em sociedades como aquelas dos Estados Unidos e da Europa, e os Estados fecham diante dela suas fronteiras para garantir a segurança nacional, bem como a segurança *societal* de suas nações⁴. A construção de muros entre a Índia e o Paquistão na Caxemira, entre a Arábia Saudita e o Iêmen, entre a Malásia e a Tailândia, entre o Quirguistão e o Uzbequistão e entre os Estados Unidos e o México, para citar alguns exemplos, não só revela a contradição com o discurso atual da globalização, que defende fronteiras abertas à circulação de

bens, capitais e serviços, mas também o temor ou a rejeição do ingresso dos “*indesejados*” (MÁRMORA, 2009, p. 292-293). Apesar da força com que essas ações restritivas à imigração se propagaram no que poderíamos definir como a predominância de *medidas realistas* frente às migrações internacionais, a maioria dos especialistas em questões migratórias afirma que o realismo não é adequado para analisar o fenômeno da migração internacional e é ineficiente para garantir governabilidade migratória no longo prazo, devido a duas razões principais. Primeiro, com o avanço do processo de globalização, os Estados reconhecem que suas fronteiras estão cada vez mais porosas e frágeis e que, por mais que tentem fechá-las diante de uma imigração não desejada, esta vai continuar aparecendo de forma irregular. Em segundo lugar, na medida em que a migração não é analisada como fenômeno multicausal, qualquer ação restritiva torna-se ineficiente por não apontar as causas que geram o deslocamento de pessoas através das fronteiras (MILLER e DENEMARK, 1993, p. 40-41).

A partir de uma perspectiva diferente, considerando as características e dinâmicas do crescente processo de globalização, o paradigma da interdependência descreve a realidade internacional como cenário cada vez mais complexo e transnacional, em que o confronto político-militar-ideológico da ordem bipolar (ou *high politics*) acabou relegado ao passado, diante da ascensão de múltiplos atores, temáticas e desafios (*low politics*) igualmente importantes, entre os quais os econômicos, ambientais, sociais e culturais. A partir desta perspectiva, a migração internacional entra na agenda global como uma preocupação especial dos Estados, organismos intergovernamentais e organizações não-governamentais. Neste sentido, o paradigma da interdependência é muito mais adequado para refletir sobre o fenômeno das migrações internacionais. Além disso, considerando o seu interesse particular em estudar a conformação de novos e múltiplos regimes internacionais, sejam esses institucionalizados ou não, no tratamento de vários temas vinculados às relações internacionais na ordem global, o paradigma da interdependência tornou-se a fonte de inspiração para a promoção de um regime que, apesar de ser ainda informal, está discutindo, de forma específica, a questão da governabilidade migratória. O Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento e, em nível de América Latina, a Conferência Sul-americana sobre Migrações, bem como a Conferência Regional sobre Migrações da América do Norte e América Central, são, entre outros, alguns exemplos de emergentes regimes internacionais sobre migração (MITCHELL, 1989, p. 684-685). Por outro lado, e não obstante o acima referido, o peso transcendental que a visão da interdependência dá aos fatores econômicos e comerciais distorce ou limita a análise da migração internacional à mobilidade de mão de obra, embora esta seja um fator mais de intercâmbio no mercado global. Sem dúvida, tal como observamos anteriormente, a migração internacional tem uma natureza muito mais complexa (MILLER e DENEMARK, 1993, p. 41).

O paradigma estruturalista, particularmente examinado sob o prisma da teoria do *sistema-mundo*, fornece explicações valiosas para a análise das causas

dos atuais movimentos significativos de pessoas de países pobres para os mais desenvolvidos. O desenvolvimento desigual entre o Norte e o Sul (ou entre o centro e a periferia) do mundo é uma variável fundamental para a teoria do *sistema-mundo*, através da qual se pode explicar a tendência atual das migrações internacionais, caracterizadas principalmente pelas migrações Sul-Norte. A teoria do *sistema-mundo* argumenta que a longa história de exploração do Sul pelas potências europeias durante a era colonial e, posteriormente, dos Estados Unidos, levou ao estabelecimento de um sistema de desenvolvimento desigual que se manifesta nas grandes diferenças de renda, de acesso à saúde, educação, segurança e outros serviços sociais, entre os cidadãos de países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Esta progressiva deterioração dos termos de intercâmbio entre os países do Norte, que dominam e exploram os países do Sul, gerando nos países do Sul uma situação de pobreza, desigualdade social, ambientes políticos instáveis e violentos e crises ambientais, são incentivos determinantes para que as pessoas emigrem. Neste sentido, a teoria do *sistema-mundo*, mais claramente do que as outras teorias, salienta os elementos do contexto em que se desenvolvem os movimentos migratórios, incluindo suas causas e consequências, e é a que deu origem a uma teoria específica de interpretação dos movimentos migratórios, a *teoria do sistema de migração* (MILLER e DENEMARK, 1993, p. 43). No entanto, embora esta visão crítica das relações internacionais contribua significativamente para identificar os fatores que causam a migração internacional, seu limite está em não oferecer possíveis soluções ou alternativas para reverter as próprias causas que levam à maciça migração Sul-Norte, além de não considerar adequadamente outros fatores que não sejam os econômicos ou das migrações internacionais, tais como, por exemplo, os regulamentos permissivos ou restritivos para a entrada e saída de migrantes, implementados pelos Estados, que também são fatores determinantes dos fluxos migratórios (MITCHELL, 1989, p. 686).

As opções do unilateralismo e do multilateralismo

O aumento dos fluxos migratórios dos países pobres para os ricos, experimentado desde a década de 1980, associado às altas taxas de imigração irregular (cerca de 11 milhões nos Estados Unidos e 6 milhões na Europa, atualmente) (MIRKIN, 2011, p. 9), gerou fortes tensões em torno do fenômeno da migração internacional. As diversas políticas que os Estados implementaram para enfrentar esses fluxos migratórios estão fortemente determinadas pela situação em que os países se encontram: países emissores, receptores ou de trânsito de migrações. Neste sentido, enquanto os Estados receptores tendem a aplicar medidas restritivas e discricionárias, que justificam como decisões de âmbito doméstico, os emissores promovem medidas de negociação, tanto em nível bilateral, quanto multilateral. Trata-se, porém, de caminhos claramente opostos.

O principal argumento subjacente à postura unilateral é que as migrações corroem a capacidade dos países receptores de controlar suas fronteiras, o que é agravado pelo contexto econômico global que lhes exige abrir-se sem restrições ao intercâmbio de capitais, bens, serviços e tecnologia. O controle da entrada, saída e permanência de pessoas no território nacional é, assim, considerado como uma das prerrogativas últimas de um Estado para garantir sua soberania territorial. Neste sentido, a reação radical e unilateral do fechamento das fronteiras obedece ao que alguns autores chamam de modelo de *securitização*, a partir do qual a gestão da imigração concentra-se na proteção da segurança nacional, social, cultural e do trabalho da população nativa (MÁRMORA, 2009, p. 288-294). As percepções negativas sobre os imigrantes, especialmente os imigrantes irregulares, promovidas por vários atores sociais e assumidas pelos Estados, associam as migrações a atividades criminosas ou terroristas, considerando-as como uma ameaça à segurança nacional, bem como uma ameaça para a identidade cultural e o estilo de vida próprios do país receptor. Em outros casos, a entrada de irregulares, vindos de países pobres, é vista como um obstáculo ao crescimento econômico e social do país receptor, porque se supõe que são os imigrantes os que usam os serviços sociais, como educação e saúde, representando uma carga financeira adicional e afetando a população autóctone ao acesso a esses serviços (MÁRMORA, 1997, p. 53-64). A manifestação mais concreta de gestão unilateral e pró-securitização da imigração encontra-se nas políticas implementadas pelos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e os países europeus. Apelando para o direito soberano de proteger suas fronteiras contra a ameaça do terrorismo internacional, suas políticas migratórias se concentraram, principalmente durante a última década, nas restrições à entrada e permanência de imigrantes, além de punir com a deportação, ou mesmo com penas carcerárias, a imigração irregular, catalogada como crime. A Diretiva de Retorno, aprovada pela União Europeia em 2008, a lei que criminaliza a imigração irregular na Itália e a controversa lei 1070, implementada no Estado do Arizona, Estados Unidos, em 2010, são alguns exemplos dessas medidas unilaterais restritivas (KOLOWSKI, 2011).

O multilateralismo, embora menos difundido do que o unilateralismo, é a alternativa apoiada principalmente pelos países emissores de migrantes, os organismos internacionais e as organizações da sociedade civil comprometidas com a proteção dos direitos humanos dos migrantes. A partir da perspectiva do multilateralismo, podem-se distinguir dois modelos específicos de governabilidade migratória: o *modelo de benefícios compartilhados*, que considera as migrações como uma variável de ajuste do mercado de trabalho e que, portanto, podem ser benéficas tanto para os países receptores como também para os emissores, e o *modelo de desenvolvimento humano das migrações*, que propõe a centralidade da pessoa humana que migra, através da proteção do direito ao desenvolvimento das pessoas, para que não tenham que migrar, e o direito de participação nos benefícios do desenvolvimento dos países

de destino, para pessoas que já migraram, com direitos iguais aos dos cidadãos nacionais (MÁRMORA, 2009, p. 288-294).

No âmbito formal, a escolha do multilateralismo na gestão da migração internacional não conta com um órgão específico no interior das Nações Unidas, e o único marco jurídico multilateral é a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias de 1990, que não foi ratificada por nenhum dos atuais países receptores de migrantes. Alguns aspectos da regulamentação multilateral das Nações Unidas, referentes aos refugiados, aos direitos trabalhistas dos migrantes e aos direitos humanos das pessoas, podem servir como elementos implícitos de gestão dos fluxos migratórios, porém, a ausência de um marco regulatório e de uma instituição responsável em nível multilateral impede uma governabilidade migratória global, como discutiremos na terceira parte de nosso artigo (KOSER, 2010; BHAGWATI, 2003). Devido a esta falta de um marco regulatório e de instituições supranacionais, com exceção da União Europeia, os países que escolheram a perspectiva do multilateralismo promoveram a criação de espaços comuns de diálogo e cooperação bilateral e regional, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que, embora não vinculativos, permitiram avançar na definição consensual das migrações em nível multilateral, como a Conferência Sul-Americana sobre Migrações, o Processo de Puebla para os países da América Central e América do Norte, o Processo de Budapeste para os países do Leste Europeu, o Processo de Bali para a Austrália e os países do Sudeste Asiático e os Diálogos Regionais sobre Migrações do Oeste e Sudeste da África, para citar alguns exemplos (HANSEN, 2010).

Rumo a uma governança global das migrações

A busca de soluções unilaterais ou multilaterais aos crescentes desafios que as questões globais trazem, tais como as referentes às migrações internacionais, revela que as instituições e normas Estado-cêntricas não têm a capacidade necessária para tratar adequadamente estes desafios, derivados do crescente processo de globalização. Esta falta de eficácia e eficiência na gestão de um fenômeno transnacional tão complexo como as migrações pode causar o que alguns autores definem como a *desgovernabilidade* migratória (MÁRMORA, 1997, p. 45-47).

Diante deste desafio, desde a década de 1990, a governança global mergulhou em uma nova perspectiva (que alguns autores chegam a propor como novo paradigma nas relações internacionais), através da qual se procura definir soluções e garantir a governabilidade de diferentes questões transnacionais, diante da ausência de um governo mundial⁵. A partir desta perspectiva, a governança global não se confunde mais com um governo mundial, mas com a soma de leis, regulamentos, políticas e instituições que definem, constituem e mediam as relações transnacionais entre Estados, cidadãos, organizações

intergovernamentais e não-governamentais, bem como também o mercado. Neste sentido, a governança global, não querendo substituir o papel dos Estados, não se limita à cooperação interestatal, mas propõe a busca por soluções e a governabilidade de problemas transnacionais através de um sistema de cooperação entre os atores estatais, interestatais, supraestatais e a sociedade civil. As Conferências Mundiais promovidas pelas Nações Unidas, a partir da década de 1970, sobre meio ambiente, população, direitos humanos, mulheres, crianças, desenvolvimento social, segurança alimentar, racismo ou AIDS, são alguns dos exemplos dessa busca por soluções institucionais com base no consenso e coordenadas entre os atores do Estado para os crescentes problemas transnacionais. Estas podem ser definidas como iniciativas de governança global interestatal (HELD e MCGREW, 2002). Por outro lado, existem áreas específicas de governança global que superam o direito internacional público, nas quais os atores não-estatais colaboram na negociação, implementação, acompanhamento e execução de normas internacionais a partir do direito contratual privado, como é o caso das normas do ISO (*International Organization for Standardization*), para citar um exemplo (MASCAREÑO, 2007).

Apesar do desenvolvimento da cooperação internacional institucionalizada para esses problemas transnacionais através do sistema das Nações Unidas e o estabelecimento de acordos internacionais, geralmente supervisionados por organizações internacionais, como mencionado acima, não há uma estrutura institucional formal e coerente para regular as políticas dos Estados frente à migração internacional. Embora haja uma Organização Internacional para as Migrações (OIM), que lida com as políticas e programas internacionais sobre migrações, esta permanece fora do sistema das Nações Unidas. A inexistência de uma organização específica para as migrações dentro do sistema das Nações Unidas, como há para questões de comércio, saúde, educação, direitos humanos, crianças e refugiados, para citar alguns exemplos, somado à existência de um regime migratório internacional informal e limitado em seu alcance, revela que os Estados soberanos continuam mantendo uma autonomia determinante na definição e implementação de suas políticas migratórias.

Devido a esta ausência de um marco e de instituições multilaterais, os Estados desenvolveram nas últimas décadas, com a participação e o apoio de entidades da sociedade civil, várias iniciativas *ad hoc* de governança das migrações em diferentes níveis: bilateral, regional e inter-regional, e trabalharam em várias questões relacionadas às migrações, tais como saúde, educação, direitos trabalhistas e segurança social. Isso, no entanto, revela um tratamento indireto e fragmentado do complexo fenômeno das migrações, que exige, pelo contrário, um tratamento específico e holístico⁶.

As iniciativas promovidas pela Organização das Nações Unidas não conseguiram nem o consenso nem a institucionalidade necessária para o estabelecimento de uma governabilidade global das migrações. A proposta de um grupo de países em desenvolvimento de realizar uma Conferência Mundial

sobre as Migrações, apresentada na Conferência Mundial de População, no Cairo, em 1994, foi fortemente rejeitada pelos países desenvolvidos. As propostas institucionais da Comissão Global sobre Migração Internacional (criada em 2003), apresentadas no Diálogo de Alto Nível sobre Migrações e Desenvolvimento, realizado em 2006, também foram rejeitadas pelos países desenvolvidos, que apoiaram a criação do Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento, que se realiza anualmente desde 2007. Embora seja um espaço de reflexão global e de cooperação em matéria de migrações internacionais, o Fórum continua sendo de caráter não-vinculante (BETTS, 2011, p. 1-3).

Do ponto de vista acadêmico, alguns projetos de pesquisa refletiram sobre a arquitetura institucional global mais adequada para a gestão e tratamento da migração internacional, entre os quais se destacam a proposta de Bimal Ghosh (2000), para um novo regime internacional sobre migrações e a proposta de um regime de mobilidade global, de Rey Koslowski (2008). Apesar dos avanços destas novas discussões, tanto o âmbito acadêmico, quanto o político das relações internacionais negligenciam aspectos essenciais da governança global das migrações, tais como os elementos institucionais, políticos e regulatórios, ou a cooperação internacional para regular as migrações (NEWLAND, 2010).

Conclusão

O aumento das migrações internacionais e o caráter de irregularidade com que se revestem geram tensões entre os países emissores, receptores e de trânsito dos migrantes. De maneira semelhante a outras questões transnacionais como o meio ambiente, os direitos humanos e o crime organizado, para citar alguns exemplos, as migrações internacionais afetam simultaneamente o âmbito doméstico e o internacional, ultrapassando as fronteiras nacionais. Neste sentido, as medidas unilaterais que os países desenvolvidos estão promovendo na atualidade resultam ineficazes para garantir a governabilidade de um fenômeno de natureza inerentemente transnacional. Além disso, as políticas migratórias implementadas a partir da perspectiva exclusiva da *securitização* são insustentáveis no longo prazo, porque não consideram as causas da migração, tais como a pobreza, a desigualdade e a falta de oportunidades, entre outras, e tampouco levam em conta as suas consequências, como a irregularidade migratória e a consequente vulnerabilidade social dos migrantes.

Esta predominância de políticas migratórias restritivas revela que a gestão das migrações internacionais é determinada pelo paradigma estatal e nacional. Consequentemente, as iniciativas multilaterais são fracas e fragmentadas, além de contar com a oposição dos países mais poderosos e desenvolvidos. Neste contexto, a disciplina de relações internacionais pode contribuir para a formulação de propostas teóricas e de políticas tendentes a garantir uma governabilidade das migrações mais adequada às exigências atuais do mundo globalizado.

Tudo isso requer uma maior interação entre a teoria e a prática das relações internacionais com as migrações internacionais e as teorias que buscam interpretar estas últimas. As atuais iniciativas sobre essa interação são limitadas e estão fracionadas. Sem dúvida, a perspectiva de uma governança global das migrações pode se transformar numa estratégia adequada para fortalecer essa interação e incluir a questão das migrações na agenda teórica e prática das relações internacionais. O fortalecimento dessa interação pode abrir novos caminhos, não só para garantir uma governabilidade mais eficiente das migrações internacionais, mas também para uma maior legitimidade das relações internacionais, ao integrar em suas agendas a proteção da dignidade e dos direitos dos migrantes e suas famílias.

Notas

- 1 - Para uma visão ampla das teorias sobre as migrações internacionais, cf. Brettell e Hollifield (2000) e Portes e DeWind (2007).
- 2 - Para uma visão exaustiva sobre a evolução histórica da disciplina das relações internacionais e os principais paradigmas que estruturaram a reflexão teórica sobre a mesma, cf. Dunne, Kurki e Smith (2007) e Ortiz (2000).
- 3 - Para uma síntese das teorias das relações internacionais, incluindo uma análise específica da teoria da dependência, cf. Tomassini (1989, p. 98-110) e Weber (2010, p. 61-82).
- 4 - As duas dimensões de segurança, nacional e societal, são propostas por Samuel Huntington (2005) em sua análise dos impactos da imigração latina na identidade dos Estados Unidos.
- 5 - Para uma visão exaustiva sobre a temática da governança global, cf. Weiss e Thakur (2010).
- 6 - Para uma visão exaustiva da governança global das migrações, cf. Betts (2011).

Referências

- BETTS, Alexander (Editor). *Global Migration Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- BHAGWATI, Jagdish. Borders Beyond Control. *Foreign Affairs*, vol. 82. n° 1, p. 98-104, 2003.
- BODVARSSON, Örn e VAN DER BERG, Hendrik. *The Economics of Immigration: Theory and Policy*. New York: Springer Dordrecht, 2009.
- BRETTELL, Caroline e HOLLIFIELD, James. *Migration Theories: Talking Across Disciplines*. New York: Routledge, 2000.
- BURCHILL, Scott et al. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave, 2001.
- CASTLES, Stephen e MILLER, Mark. *The Age of Migration*. London: Macmillan, 1993.
- DUNNE, Timothy; KURKI, Milja e SMITH, Steve. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. New York, 2007, p. 52-88.
- GHOSH, Bimal. *Managing Migration: Time for a new International Regime?* Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HANSEN, Randall. *An Assessment of Principal Regional Consultative Processes on Migration*. Geneva: Organization of International Migration, 2010.
- HELD, David e MCGREW, Anthony. *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*. London: Wiley-Blackwell, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel. *Who are We? The Challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2005.

- JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. *Introduction to International Relations. Theories and Approaches*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 106-137.
- KOSLOWSKI, Rey. Global Mobility and the Quest for an International Migration Regime. In: CHAMIE, Joseph e DALL'OGGIO, Luca. *International Migration and Development, Continuing the Dialogue: Legal and Policy Perspectives*. New York: Center for Migration Studies, 2008, p. 103-144.
- KOLOWSKI, Rey. *Improving US and EU Immigration Systems: The Evolution of Border Controls as a Mechanism to Prevent Illegal Immigration*. Washington DC: Migration Policy Institute, 2011.
- KOSER, Khalid. International Migration and Global Governance. In: *Global Governance*, vol. 16, nº 3, p. 301-316, 2010.
- MÁRMORA, Lelio. *Las políticas de Migraciones Internacionales*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1997.
- MÁRMORA, Lelio. Más allá de los muros nacionales: desafíos para convivencia pacífica. In: CHIARELLO, Leonir et al. (editores). *Fronteras, ¿Muros o Puentes? Actas del Primer Fórum Internacional sobre Migración y Paz*. New York: Scalabrini International Migration Network, 2009, p. 288-304.
- MASCAREÑO, Aldo. Regímenes Jurídicos en la Constitución de la Sociedad Mundial. In: *Política Criminal*, nº 4, A3, p. 1-39, 2007.
- MASSEY, Douglas et al. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. In: MESSINA, Anthony e GALLYA, Lahav (editors). *The Migration: Exploring Politics and Policies*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2006, p. 34-62.
- MILLER, Mark e DENEMARK, Robert. *Migration and World Politics: A Critical Case for Theory and Policy*. New York: Center for Migration Studies, 1993.
- MIRKIN, Barry. *La migración internacional en el Hemisferio Occidental: un estudio exploratorio*. New York: Scalabrini International Migration Network, 2011.
- MITCHELL, Christopher. International Migration, International Relations, and Foreign Policy. In: *International Migration Review*, New York, vol. 23, nº. 3, p. 681-708, 1989.
- NEWLAND, Kathleen. The Governance of International Migration: Mechanisms, Processes, and Institutions. In: *Global Governance*, vol. 16, nº 3, p. 331-344, 2010.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. *Relatório mundial sobre a migração 2010. O futuro das migrações: reforço de capacidade para a mudança*. Genebra: OIM, 2010.
- ORTIZ, Eduardo. *El Estudio de las Relaciones Internacionales*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- PHILLIPS, Nicola (editor). *Migration in the Global Political Economy*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2011.
- PORTES, Alejandro e DEWIND, Josh (editors). *Rethinking Migration: New Theoretical and Empirical Perspectives*. New York: Berghahn Books, 2007.
- TOMASSINI, Luciano. *Teoría y práctica de la política internacional: lecciones*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1989.
- WEBER, Cynthia. *International Relations Theory: A Critical Introduction*. New York: Routledge, third edition, 2010.
- WEINER, Myron. On International Migration and International Relations. In: MESSINA, Anthony e GALLYA, Lahav (editors). *The Migration: Exploring Politics and Policies*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2006, p. 89-102.
- WEISS, Thomas e THAKUR, Ramesh. *Global Governance and the United Nations: An Unfinished Journey*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

RESUMO

Este artigo mostra que a limitada interação entre as relações internacionais e o fenômeno das migrações é determinada pelo paradigma estatal e nacional através do qual se definem as teorias sobre as relações internacionais e as migrações, apesar da natureza transnacional destas últimas. Para superar o determinismo de tal paradigma estatal e nacional, o artigo propõe a governança global e ética das migrações internacionais como um novo paradigma de interação entre as relações internacionais e as migrações internacionais.

Palavras-chave: migrações; relações internacionais; governança global.

ABSTRACT

This article highlights that the lack of interaction between international relations and international migration is determined by a statist and nationalist paradigm defining the theories of international relations and migrations, in spite of the transnational nature of migrations. To surpass the determinism of this statist and nationalist paradigm, the article proposes the global and ethical governance of international migration as a new paradigm of interaction between international relations and international migration.

Keywords: migrations; international relations; global governance.

Tráfico de Mulheres: um novo/ velho drama amazônico

*Lúcia Isabel da Conceição Silva **
*Marcel Theodoor Hazeu ***

Falar de Amazônia, nas últimas décadas, tem aludido a diferentes formas de representações: para alguns, o termo pode evocar a imagem de grande extensão de floresta exuberantemente verde, rios caudalosos, tribos indígenas, biodiversidade, potencial ecológico, preservação; para outros, uma representação possível é a da exploração de minérios e outros recursos naturais, do desmatamento, dos conflitos agrários. Junto à primeira alusão, a exaltação da região, já associada à segunda, uma evocação negativa, a visão da região como um grande problema a ser enfrentado. Talvez tenha a ver com este dualismo a afirmação de um famoso cientista de Harvard, Edward Wilson, de que a Amazônia seria uma “catedral, devendo despertar, ao mesmo tempo, temor e admiração” (REVISTA VEJA, março/2008).

Na base de ambas representações, entretanto, a clareza, para nós, de que se trata de visões parciais, em geral do olhar de fora, que sempre marcou o trato das questões da Amazônia. Embora as características citadas sejam inegáveis, é possível afirmar também que na Amazônia há muito mais do que uma paisagem exuberante ou recursos naturais a explorar.

* Professora da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora da Sociedade de defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia.

** Pesquisador e articulador da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia; Doutorando do NAEA/UFPa, bolsista do CNPq.

A Gente da Amazônia que pouca gente vê

São as pessoas que vivem na Amazônia que podem desenvolver um olhar minucioso, que reconhecem as riquezas, mas que também denunciam, com sua voz ou com sua situação concreta de vida, as diversas formas pelas quais a riqueza ou potencial econômico não tem servido à melhoria de suas condições de vida.

Trata-se de uma área que ocupa cerca de 60% do território brasileiro, com importância estratégica nacional e alvo da pressão internacional pela preservação de uma das maiores biodiversidades do planeta. Trata-se, ainda, de uma região que nunca mereceu a atenção devida por parte das políticas governamentais e que, por isso, também concentra problemas de tamanha ou maior relevância, nacional e internacional.

A sua história de ocupação ou exploração foi marcada pela visão de um bioma homogêneo, que reiteradamente negligenciou a população que a habita, os homens e mulheres que buscam nos recursos da região a possibilidade de construir seus sonhos de vida digna para eles e seus filhos.

Ao longo dos séculos, os amazônidas testemunharam as políticas de “desenvolvimento” pautadas na Segurança Nacional e nos chamados Grandes Projetos, impostos de fora e atrelados a poderosos interesses econômicos regionais ou internacionais. Testemunharam o fracasso de alguns (como o da Fordlândia ou do Jari) e o avanço de muitos outros que exploram as riquezas e, quando muito, “beneficiam” a população com empregos precários, baixos salários, instabilidade e verdadeiros bolsões de miséria nas cidades e pequenas vilas do seu entorno. Vários são os exemplos: a exploração de ouro no Pará, os complexos hidroelétricos, o chamado polo Carajás de exploração de minérios, as incontáveis atividades madeireiras e as agroindústrias, a pecuária e a expansão da cultura da soja.

Todos estes projetos são planejados para cumprir um papel bem definido dentro da expansão do capital nacional e internacional e todos, em geral, baseados e respaldados por pesquisas, incentivos e fortes argumentos sobre a importância socioeconômica e para o desenvolvimento da região e do país.

Argumentos que caem por terra quando se percebe que a população da Amazônia é, na verdade, mera expectadora deste “desenvolvimento”, sem se beneficiar dele e sofrendo, em geral, uma das suas piores consequências: a miséria e a necessidade de abandonar suas terras.

Que o desenvolvimento da Amazônia brasileira deve ser prioridade nacional é fato incontestável, entretanto, este deve se dar a partir das necessidades, interesses e ser protagonizado pela sua população. Esta população que ocupa um território diversificado e que é diversificada: pequenos agricultores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, migrantes de diversos lugares, assentados, garimpeiros, habitantes das periferias das grandes e pequenas cidades, operários, desempregados. Todos com um processo de expropriação,

socialização e de vinculação com seu contexto que precisa ser considerado e compreendido.

Um dos resultados dessa expropriação é o processo de migração, que faz com que hoje cerca de 70% da população da Amazônia viva nas cidades, grande parte dela em aglomerados da periferia sem acesso aos bens e serviços básicos, sem alternativas de inserção social ou tendo que, individualmente, construí-las ou procurá-las.

Situação das mulheres e o Tráfico de Mulheres

Na Amazônia, a mulher sempre foi percebida em segundo plano. Os programas de desenvolvimento, os investimentos, as políticas socioeconômicas sempre foram direcionadas para o agronegócio e a mineração, que procuram trabalhadores masculinos. A presença da mulher e as questões da sua sobrevivência foram consideradas uma consequência do trabalho masculino. Nesta lógica, as mulheres migraram para dentro da Amazônia atrás dos homens pioneiros, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores da construção, marinheiros e caminhoneiros para ocupar os serviços por eles desejados: trabalhadoras domésticas, prostitutas e/ou para um eventual casamento, muitas vezes através de aliciadores e traficantes. Este dinamismo fragilizou a posição da mulher na Amazônia e produziu uma cultura permissiva à exploração da mão de obra feminina no mercado do sexo e no âmbito doméstico.

É este contexto que contribui para a configuração do crime do tráfico de mulheres, do qual este artigo pretende expor uma de suas múltiplas facetas, apresentando alguns desses sujeitos do tráfico¹, mulheres amazônidas, cuja história pessoal e familiar revela uma realidade de violência, exploração, migração e trabalho precoce, todas características contextualmente situadas, relacionadas tanto a problemas econômicos, quanto a marcadores simbólicos de gênero que determinam as trajetórias dessas mulheres.

Na pesquisa sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname, conhecemos 18 mulheres brasileiras, amazônidas (entrevistadas pessoalmente ou através do contato com familiares). A intenção foi conhecer os sujeitos, em especial as mulheres vítimas ou envolvidas em situações de tráfico, percebendo-as não apenas como números frios, estimativas, prováveis testemunhas em algum processo. Nossa pretensão, desde o início, foi mostrar os sujeitos, suas vidas concretas e o drama humano que os números, na maioria das vezes, escondem. A preocupação é também fugir da tendência à espetacularização da pobreza ou das experiências vivenciadas por estas mulheres, e buscar compreender pontos de vista e diferentes formas de como estas experiências são significadas.

Todas jovens, entre 17 e 34 anos de idade. Oriundas de famílias pobres, com baixa escolaridade, solteiras ou que mantêm união com homens que vivem no exterior e as ajudam esporadicamente. Outras, ainda, mantêm uma relação

instável, de idas e vindas, com homens brasileiros, sendo que nenhuma se diz casada.

A maioria delas é mãe e, também, são responsáveis pelo sustento da família, confirmando a tendência de aumento da participação das mulheres como chefes de domicílios, cujo percentual no estado do Pará passou de 31,28% em 2006 para 36,81% em 2010 (IBGE, 2010). Essas mulheres vivem em diversos arranjos familiares: algumas vivem com seus filhos, outras vivem com diversos tipos de parentes (mãe, avó, tia, irmã, cunhados, conhecidos). Há também as que vivem sozinhas, cujos filhos, em geral, estão com outras pessoas: pais, avós, tios ou conhecidos. Esta separação das famílias também é comum num contexto de escassez de recursos em que as pessoas buscam alternativas de sustento através de sucessivas separações, reagrupamentos, negociações diversas e possíveis. Esta é um pouco a cara nova das novas famílias pobres na Amazônia.

No mais, essas mulheres repetem as mesmas características da população pobre: baixa escolaridade, experiência de trabalho informal ou subemprego (bicos ou trabalho doméstico, predominantemente), baixíssimos rendimentos. É muito comum elas sobreviverem da pouca e irregular ajuda dos pais de seus filhos, ajuda esta que não é obtida sem certo esforço ou sacrifício (elas precisam pedir várias vezes, ir atrás, etc.).

Moram em bairros da periferia, bem afastados do centro, ou em pequenos municípios do interior dos estados. Suas casas estão em condições bastante precárias. Poucos cômodos, pelos quais se distribuem várias pessoas com relações de parentesco bem diversificadas. A vontade de mudar de vida, ter uma vida melhor é a marca comum.

Na história de vida das mulheres identificadas, a realidade concreta e formas de significação dessa realidade se imbricam, são essas negociações que conformam suas identidades:

DI. 34 anos, solteira. Teve um pai de criação, fora dada para outra família depois que este pai morreu. Trabalhou como babá dos 5 aos 14 anos. Teve sua primeira relação sexual aos 15 anos – *“Eu não sabia que tinha perdido a virgindade, ele me deu vinho, quando acordei, ele já estava em cima de mim”* – conta. Ela tem 4 filhos, cada um de um pai diferente. Alguns desses pais eram clientes de DI. Um dos filhos nasceu de um estupro. Ela passou grande parte da vida morando separada dos filhos e parou de estudar cedo. Foi convidada a ir para o Suriname a fim de trabalhar num restaurante, mas na verdade foi levada com mais 7 meninas para um clube fechado, quando tinha 23 anos. *“Quando cheguei lá, fiquei assustada. Tinha até um micro-ônibus pra levar as meninas. Chegando lá, eu olhei e vi um monte de mulheres num privê. Funciona de dia, as meninas que querem trabalham pra pagar mais rápido (a dívida). Tem*

uma: é obrigatório trabalhar. Quando foi à noite, ele (o dono do clube) chamou as meninas no escritório, ele deu as boas vindas e disse que se fôssemos obedientes, poderíamos ser grandes amigas dele. Foi um inferno. Fazia programa até doente pra pagar habitação, comida e limpeza”, relata.

DI foi levada depois para outros clubes na Alemanha e na Holanda. Foi mandada de volta ao Brasil, depois de dois anos, por não ter visto de permanência. No retorno ao Brasil, viveu crises de depressão e problemas de saúde devido ao uso de drogas. Esteve internada num centro de recuperação em Belém. Hoje ela tenta ganhar a vida fazendo salgadinhos e doces, voltou a morar com a mãe e seus filhos e pretende voltar a estudar.

Nessa outra Amazônia, tão real quanto sua exuberante floresta, as tramas que se tecem e tecem a vida dos seus sujeitos também são reais. Evidentemente que essas mulheres não podem ser tomadas como representantes do povo da Amazônia em sua totalidade, mas, certamente, são parte integrante dele e porque não, resultantes também do processo de “desenvolvimento” aqui empreendido. Não dizemos que são heroínas, nem vítimas ou vilãs, tampouco pretendemos tomá-las como representativas de todo um conjunto de mulheres, de forma que pensemos ser possível generalizar as situações relatadas. São sujeitos concretos, que se constroem nas redes de relações que vivenciam. Desta forma, são sujeitos envoltos em uma multiplicidade de questões, com todas as limitações e contradições que a vida humana é capaz de revelar.

Ao falar da vida dessas mulheres, é impossível não falar das suas relações com outras mulheres e com os homens e daí a alusão ao gênero e à forma como essa categoria é atravessada por outras categorias definidoras de poder, tais como classe, raça, nacionalidade e idade.

Faz-se referência à dimensão relacional do gênero, o que significa que ele se reconstrói nas relações entre as pessoas, entre os gêneros. As diferenças são antes criadas nas e pelas relações e nas significações que homens e mulheres atribuem às suas vidas e aos fatos do contexto em que vivem.

O que é ser mulher? O que é ser mulher em cada espaço social? Como se aprende a ser mulher? E como as características extremamente hostis de vida – como é o caso da vida de DI, filha de criação, dada para outra família, babá, estuprada, traficada, prostituída – combinaram-se na construção dessa identidade?

Aqui são esses marcadores materiais e simbólicos já referidos que se entrelaçam na construção dessa história, e que permitem classificar as pessoas e definir quem vale mais ou quem pode menos.

É impossível não pensar a sociedade moderna como marcada pela moral sexual cristã, com a dominação masculina e a submissão da mulher. No caso do tráfico de mulheres esta situação é levada às últimas consequências.

A literatura feminista ou sobre a condição da mulher é fértil em demonstrar o esforço da sociedade na produção da feminilidade submissa e obediente (ao homem, essencialmente). Logo, as primeiras características definidoras de uma identidade feminina se constroem em relação, ou em contraposição, à identidade masculina. É como se a mulher aprendesse a se pensar a partir do homem ou por ele.

Desde a tenra idade, as mulheres entrevistadas foram forçadas a assumir papéis tradicionalmente pensados para elas, deixando pouca opção de poder refletir sobre o rumo da sua vida. Antes de descobrir e vivenciar sua sexualidade infantil e juvenil, homens adultos já violentaram a intimidade de várias mulheres entrevistadas e ensinaram que a sua sexualidade, seu prazer e seu momento são submetidos ao desejo, poder e vontade deles. O tempo de brincar e estudar para a metade das mulheres entrevistadas foi precocemente interrompido para trabalhar como doméstica ou babá em casa de outras famílias (vivendo a primeira experiência de tráfico), aprendendo que estão naquele espaço para servir e obedecer, certamente não para crescer. É antes de poder passar pela fase de transição para se tornar uma mulher adulta, que todas, com exceção de duas mulheres, são forçadas a assumir o papel de mãe. A gravidez e maternidade precoce chegam como última violação da sua possibilidade de decidir sobre o que querem fazer com sua vida. Elas são obrigadas a pensar e viver para cuidar dos seus filhos, pois o pai biológico não assume esta responsabilidade, que ele entende ser exclusivamente da mulher. Com estas marcas de formação da identidade é que as entrevistadas entram na rota do tráfico de pessoas, buscando na mudança de lugar a retomada da sua autonomia, mas caindo literalmente na rede de exploração e continuando a se definir a partir da ação masculina.

GA, 26 anos, 3 filhos. Foi para o Suriname pela primeira vez “por vontade própria”. *“Talvez lá fosse melhor do que aqui”*, pensou. Procurou uma mulher que sempre levava meninas e se ofereceu. *“Eu sabia que ia para um clube trabalhar como prostituta, mas eu não sabia o que ia pagar lá dentro, que ia entregar meu passaporte, ficar presa. Eu fiz contrato de 450 dólares sem saber. Eu trabalho pra pagar a passagem, pago o dobro. Ela (a gerente) não gostou de mim porque eu sou o tipo de pessoa que, quando tenho que dizer, eu digo. O patrão veio passar a mão em mim e eu disse: O senhor é patrão, eu empregada. O senhor no seu lugar, eu no meu. Ele não gostou de mim”*, declara.

Trabalhou pouco tempo num clube e depois arranhou um protetor, um holandês amigo do dono do clube que passou a ajudá-la e com quem passou a viver uma relação conjugal. Este homem, na verdade, é casado com uma surinamesa e, além disso, mantém uma relação conjugal com uma irmã de GA. Ela, portanto, passou a ser sua terceira esposa. *“Foi no dia em que cheguei lá. Esse holandês era amigo do*

marido da minha amiga (dono de um clube) e, quando eu vi, foi amor à primeira vista. Ele foi meu anjo da guarda mesmo. Eu tinha ajuda do holandês e, às vezes, ele pagava a minha estadia no clube, alimentações... Ele se aborrecia porque sabia que à noite as meninas tinham que ficar com todo tipo de homem. Lá no Suriname, eu fico sozinha numa casa alugada. Eu acho bom. Ele me dá dinheiro todo dia. Quando eu quero sair, o empregado dele me leva. Pra ele, eu sou mulher dele. Eu não sou mais puta. Ele tem cuidado com minhas roupas, pra ninguém me comparar com uma garota de programa. Eu tenho medo de magoar ele.”

Em função da situação, GA não fica sempre no Suriname, sendo mandada de tempos em tempos para Belém e depois, por insistência sua, ele a chama para o Suriname.

GA afirma que sua vida está melhor hoje, pois conseguiu comprar as coisas para seus filhos, cama e outros móveis para a casa. *“Financeiramente, minha vida está melhor”*, afirma.

O que a “escolha” de GA revela é a apropriação e aceitação de uma expectativa de comportamento submisso, que se manifesta de forma voluntária, consensual. Uma estratégia? Uma forma de vida um pouco menos adversa que a rotina do clube (jornada exaustiva, obrigação de trabalhar doente ou menstruada, endividamento crescente)?

Viver nas bordas de um “senhor”, já com duas outras mulheres, ainda assim parece mais atraente e vantajoso, e é isso o que ela escolhe. Sua escolha, assim como todas as das demais mulheres, parece ser entre duas formas de violência, e ela recorre àquela que é mais sutil e não se exerce a partir da violência física. Ainda mais porque se envolveu afetivamente, gosta dele e quer ficar com ele. Ela revela sua grande vontade em ter um filho deste homem. A vontade do “marido” passa a ser sua própria vontade.

Essa postura de aceitação tem consequências para a construção de condutas emancipatórias, já que

[...] é precisamente esta assimilação da vontade externa como se fosse própria – assimilação esta socialmente condicionada e que mata, no nascedouro, a própria auto-representação do dominado como um ser independente e autônomo – que o conceito de sadomasoquismo quer significar (SOUZA, 2003, p. 121).

A mulher define-se em função do homem? Pode-se dizer, portanto, que a identidade feminina é, desde o início, construída a partir da dicotomia masculino/feminino ou homem/mulher. Conforme afirma Scott (1990), este caráter binário vai marcar as percepções das relações entre homem e mulher, dentro da lógica de dominação/submissão.

Seria essa expectativa de subserviência que incentiva o recrutamento e o tráfico de tantas mulheres para prestação de serviços sexuais?

E o que dizer dos homens, “os senhores”, não mais de engenhos, mas de clubes e de residências, as segundas casas alugadas para manter *buitenvrouwen* (mulheres fora do casamento)?

Como os senhores de engenho, os “novos” senhores encarnam a posição do poder central, se autoatribuem o direito de dispor da vida dessas mulheres e ainda exigem delas obediência.

Estaria ainda aquela figura do grande patriarca a inspirar modelos de organização e de comportamentos?

Mesmo correndo o risco de parecer demasiado simplista, é possível dizer que a vida dessas mulheres constitui-se numa sequência de subordinação aos interesses, exigências e prazeres dos homens. O domínio e controle da sexualidade feminina levado ao mais extremo e pungente significado. Estas mulheres, por sua vez, admitem naturalmente o crime, sem a necessidade de recorrer a nenhuma justiça.

A oposição entre as classes assume formato semelhante ao das desigualdades de gênero (SOUZA, 2003) e isso está particularmente explícito na história de GA e sua relação com a figura do protetor-marido, europeu, que, no contexto da luta intercultural passa a ser idealizado como superior, digno de *status* e sucesso. Ainda que na prática ele seja tão explorador quanto todos os outros.

Ademais, é importante frisar que não estamos falando apenas de mulheres, mas de mulheres de um determinado contexto, classe social, idade, quer dizer, de identidades permeadas por uma complexa rede de poder; todos aspectos evidentes na história que segue:

LU. Cinco filhos, com 4 homens diferentes; nenhum deles contribui para o sustento dos mesmos. Relata problemas com a mãe, que a espancava sistematicamente, e abuso sexual por parte do padrasto, dos 6 aos 14 anos. *“Minha mãe nunca teve amor pelos filhos. Fui dada para os outros e me batiam muito. Meu padrasto se servia de mim desde os meus 6 anos”*, conta. Aos 14 anos ela fugiu de casa. Depois se juntou com o primeiro marido. *“Ele bebia muito, era muito violento e me batia demais”*, acrescenta. Três dos cinco filhos moram com a mãe dela. Os outros dois (com 8 e 10 anos de idade) moram com ela e ficam sozinhos quando ela sai para fazer programas. LU envolveu-se com um francês com quem morou na Suíça. Relata que ficava trancada em casa e que era obrigada a trabalhar como doméstica na casa dele e na casa do filho dele. Pediu para voltar ao Brasil e foi denunciada por roubo para a Polícia na Suíça, sendo deportada.

LU afirma ter muita vontade de trabalhar de outra forma:

“Eu sinto raiva, nojo. Me sinto humilhada por vender meu corpo para ganhar 20, 30 reais. Nós somos puta e vagabunda. Sempre existe uma ‘discriminalidade’ contra a mulher. A mulher tem que estar na beira do fogão para os homens. Eu me sinto revoltada porque eu não posso fazer o que eles (homens) podem. Só porque são homens? São machistas, racistas, isso é discriminação”, desabafa.

Como é possível pensar ou compreender o sujeito nesse conjunto de fatores? Pensamos na mulher como mãe, como prostituta, mas isso talvez seja ou diga muito pouco a respeito do significado desta identidade em sua totalidade. Na história de aprendizagem sobre ser mulher, estão, possivelmente, as marcas mais cruéis deste significado: estupro e abuso sexual, violência em nome da satisfação do prazer do outro, tentativa de obediência impingida à força, ao espancamento, primeiro pela mãe e depois pelos maridos que teve.

Nas histórias também é possível encontrar exemplos de mulheres com capacidade de resistência. Todas as pressões e violências sofridas não geraram uma subjetividade conformada, ao contrário, há também resistência e negação da submissão. Fugas, migração, ainda que nem sempre essas buscas resultem em condições objetivas de construção de autonomia. Pode-se falar, lamentavelmente, de uma combinação de resistência e impotência. Nas histórias das mulheres, sucessivas situações de submissão aos homens: os primeiros maridos; os “casamentos” no exterior; os programas na rua, em Belém.

A demonstração de revolta, manifesta no discurso de algumas mulheres, parece compreensível já que, mesmo tendo motivos diversos e fortes para construir uma imagem bastante negativa dos homens a partir de sua vivência concreta, contraditoriamente é a eles que precisam submeter-se como prostitutas para garantir sua sobrevivência financeira – explicação suficiente para as demonstrações explícitas de indignação.

Quantas inscrições marcam a construção dessas mulheres: sonhos de construir a vida, comprar suas coisas, ajudar a família. Algumas nunca haviam feito programas no Brasil, negando a premissa de que as mulheres que vivem em situação de tráfico são todas já prostitutas. Para além da inserção na “zona”, a situação de pobreza é a que vulnerabiliza, embora em determinados momentos os constrangimentos de classe sejam colados aos constrangimentos de gênero.

Por atos criminosos, as vidas se transformam e elas são forçadas a aventurarem-se em outros lugares, outros países, buscando, individualmente, estratégias para continuar sobrevivendo. Caiena, Suriname, Suíça, casamentos nos garimpos, verdadeiras odisséias em busca de melhores condições de sobrevivência, que redundam sempre em novas situações de privação e submissão.

Por fim, algumas delas desistem resignadas e entregam o controle de suas vidas a outra pessoa, um homem, suposto companheiro. Não fazem planos de

futuro, não sonham. Não têm direito de sonhar? Talvez a atrocidade da situação vivenciada possa explicar esta “desistência”, às vezes a opção por uma vida tranquila, ainda que heterônoma.

Não ter as rédeas de seu destino nas mãos, parece ser traço comum deste povo historicamente acostumado à expropriação de suas terras, suas raízes.

Como a água dos rios da Amazônia que sempre estão em movimento, correndo e penetrando na floresta e buscando seu caminho ao mar, os homens e mulheres da Amazônia, índios, quilombolas, garimpeiros, homens e mulheres urbanos parecem em constante migração. Expulsos das suas terras, fugindo da miséria e violência, em busca dos eldorados que a Amazônia promete conter. A melhoria de vida está na promessa de outro lugar, pois não há investimentos públicos ou privados para encontrá-la no lugar onde moram. Neste vai e vem na Amazônia, as fronteiras nacionais são principalmente políticas e pouco concretas, físicas, reais. Muitos povos e pessoas se movimentam entre os países da Amazônia como se fosse parte da mesma realidade de floresta, garimpos, violência, contradições e, principalmente, da afirmação da “não-cidadania”. É no vácuo deixado pela ausência de políticas sociais e econômicas que chegam até os amazônidas desconsiderados, as redes criminosas que organizam a exploração como se fosse uma resposta, propostas de “ajudar” as mulheres e suas famílias, aquelas às quais o investimento do Estado não chegou. Para essas famílias e para sociedades inteiras, é sobre as vulnerabilidades e sobre seus sonhos de vida digna que as redes de exploração atuam.

O ponto de partida é a abordagem às mulheres “coincidentalmente” num momento em que essa vulnerabilidade é mais evidente: perderam o emprego, sofreram ou estão sofrendo violência doméstica, têm filhos pequenos, foram abandonadas pelos companheiros. Os aliciadores são pessoas da comunidade que estão próximas às mulheres, às vezes parentes, que oferecem a oportunidade de emprego no exterior, geralmente na prostituição, acenando com altos ganhos num curto prazo. Para outras, a proposta é mais enganosa: trabalho de babá, garçonne, vendedora em lojas. São as propostas que elas não recebem em Belém, ou que não podem assumir, pois precisam estar com seus filhos. O sonho de comprar uma casa, reformar a casa dos pais, dar as coisas para os filhos, ter roupas, comidas parece descortinar-se.

Esta “ajuda salvadora”, pelo momento e forma como chega, induz a mulher a desculpar o aliciador de todas as violências que ela viverá depois. Elas assumem, geralmente sozinhas, a responsabilidade de ter caído nas armadilhas do tráfico.

O segundo sujeito que a rede de tráfico apresenta como parceiro das mulheres é justamente o dono dos clubes onde elas são mantidas em cárcere privado e exploradas, ou alguns de seus amigos. De início, ele assume a postura de amigo, que trata bem, (algumas são até recebidas com flores), apresenta-se como a pessoa que quer que ela ganhe rapidamente seu dinheiro e que resolve os conflitos entre as mulheres no clube. Até o fato de não pagar em dinheiro

para as mulheres, mas somente anotar num caderno seus ganhos e despesas (explicitamente manipuladas, com muitas arbitrárias) é apresentado como se fosse um cuidado e investimento para o futuro.

A rotina nos clubes é nociva: horário rígido para fazer salão e atender aos homens, com obrigatoriedade de cumpri-lo mesmo quando doentes ou menstruadas, neste caso são obrigadas a usar esponjas na vagina para conter o fluxo; o não controle dos seus ganhos, que é feito pelo dono do clube, pelo qual são sucessivamente lesadas; cobranças extorsivas pelo valor das passagens aéreas, habitação, transporte e roupas – tudo controlado pelo clube. Há ainda controle médico obrigatório e quinzenal, por um serviço público ou privado, porém, ambos pagos pelas próprias mulheres. Este controle é justificado como cuidado e preocupação com o bem-estar delas, ainda que, em caso de doença, as mesmas precisem pagar para receber tratamento; são multadas por não poder trabalhar e podem ser expulsas do clube e do país sem direito a nada. Os resultados de exames que atestam doenças graves como AIDS, por exemplo, são repassados para os donos dos clubes e não para as mulheres.

Há relatos de mulheres que se rebelam e que simplesmente somem. Para outras que se rebelam ou resistem, como em um conto de fadas, aparece um amigo do dono do clube, que paga sua dívida, a salva da escravidão e a assume como uma das suas mulheres. A esses, elas passam a ser eternamente gratas. Àquelas que permanecem por algum tempo no Suriname, às vezes é dada a oportunidade de voltar ao Brasil, levando presentes e algum dinheiro para a família, sempre numa quantidade que não possibilita nenhuma mudança concreta nas suas condições de vida e da sua família no Brasil, mas que podem ser apresentados como indícios de história de sucesso e uma promessa para mais. Assim, elas continuam sonhando e dependendo do salvador em Suriname e estimulando outras mulheres a seguir seu caminho.

Ironicamente, não encontramos nenhuma mulher que tenha retornado ao Suriname com a passagem já adquirida por ela (diga-se, com valor redobrado); normalmente, esta passagem vence durante a sua estadia no Brasil e só consegue retornar quando um novo protetor compra outra passagem e a endivida novamente, desta vez com ele.

Pode-se perguntar: onde estão os serviços de proteção, assistência e até de saúde que elas necessitam encontrar como eventuais salvaguardas neste mar de exploração disfarçada?

A resposta é direta: para essas mulheres, não se encontram em lugar algum. Nenhum tipo de apoio ou ajuda no Suriname, país no qual elas assumem, sozinhas, os riscos de sua permanência ou de sua decisão de fugir. Nenhum tipo de assistência no seu retorno ao Brasil. Todas as evidências nos aeroportos passam despercebidas, aliciadores despachando as mulheres como se fossem mercadorias, funcionários no aeroporto do Suriname recebendo-as, anotando um endereço qualquer para despistar o agente policial, entregando-

as depois nos carros que as conduzem para os clubes. Quando vão ao Posto de Saúde, são permanentemente vigiadas por taxistas-seguranças. Tudo isso parece sempre “normal”.

As tentativas de denúncias resultaram desestimuladas pela morosidade, falta de sensibilidade com a situação das mulheres, tratamento moralista e preconceituoso com que foram tratadas. Os processos que chegam a ser instaurados não são concluídos, os acusados permanecem impunes e as mulheres descrentes de que vale a pena denunciar. Algumas não acham que foram vítimas de um crime, logo não têm o que denunciar. Muitas outras temem por suas vidas e de suas famílias, já que parte da rede está bem próxima, é vizinha.

A rede de assistência à mulher não chega a incluí-las. A única mulher que foi “atendida” ficou num albergue por três meses para garantir que ela denunciasse os traficantes. Há aquelas que voltam grávidas e, segundo elas mesmas referem, com uma situação bem pior do que a anterior. Os elementos de reprodução da situação de violência se configuram: nenhuma condição de emprego, estudo, inserção social, mais um filho pra criar, novas vulnerabilidades.

Este parece ser o retrato concreto da política atual de enfrentamento ao tráfico no Brasil. Mas pode acenar com mudanças, desde que as ações elaboradas a partir da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Plano Nacional sejam direcionadas para atingir as pessoas e famílias em situação de tráfico de pessoas. Distante, ainda, da realidade vivida pelas mulheres nas rotas do tráfico, muitas ações do Plano Nacional visam fortalecer políticas já existentes (como da assistência e das políticas voltadas para as mulheres) que até agora não incluíram as mulheres traficadas e suas famílias. Precisa-se de criatividade e direcionamento dentro dessas políticas (não propagamos serviços específicos novos!). Mulheres jovens, mães solteiras de famílias pobres têm direito a uma atenção especial, não só dos traficantes, mas principalmente das políticas públicas. Uma bolsa família digna, com exigência da corresponsabilidade do pai biológico e investimentos na empregabilidade e renda seria um primeiro passo na concretização da diminuição das vulnerabilidades.

Sabendo da realidade no Suriname, a necessidade de firmar e ratificar acordos bilaterais com este país é evidente, (até este momento, 2008, nenhum acordo que beneficie o enfrentamento ao tráfico de pessoas foi ratificado), além de tratar do tráfico de mulheres entre Brasil e Suriname como prioridade nos encontros com este país vizinho, tanto no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), quanto em outros fóruns. O Plano Nacional prevê investimentos nesta área, sem apontar com quais países. Espera-se que Suriname seja uma prioridade.

Deve-se pensar num trabalho de abordagem direta no Posto de Orientação no aeroporto de Belém² para orientar e acolher as pessoas em trânsito para

o exterior, algo que exige um bom planejamento, mas não necessariamente grandes investimentos, pois o aeroporto é pequeno, assim como é pequeno o número de voos.

Uma investigação policial com uma equipe de policiais presentes no Brasil e no Suriname (da mesma forma como agem os traficantes), designada para mapear as redes do tráfico nos dois países, pode conseguir processar um grupo criminoso e desequilibrar sua posição cômoda, não perturbada e lucrativa.

O que sugerimos é que o já segundo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas se torne concreto e a região amazônica possa exportar, em vez da sua população marginalizada, um exemplo e sinal claro de afirmação dos direitos humanos.

Como se vê, há outra Amazônia que precisa ser vista, encarada, tornada alvo de investimentos. São outros temas que merecem figurar no mesmo patamar dos grandes debates sobre a preservação e a conservação da biodiversidade.

As histórias de tráfico aqui relatadas revelam a verdadeira face de uma parcela dessa população e revelam também a grande incapacidade do Estado de investir na região. Claro está que a região tem potencial para gerar riqueza. O que é preciso é que esta sirva de instrumento para garantia de educação, saúde e qualidade de vida às pessoas que aí vivem.

O apelo e a expectativa vão na direção de um projeto de desenvolvimento sustentável que garanta a preservação dos recursos naturais da região, a partir do manejo e uso sustentáveis da sua biodiversidade, mas, simultaneamente, garanta a sobrevivência digna da sua população, com direito à vida digna, condições de moradia, serviços públicos, cumprimento dos direitos sociais. Este é o desafio que se apresenta pensando num projeto político para a Amazônia brasileira.

Notas

1 – A realidade dos sujeitos aqui referidos é parte da Pesquisa Trinacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname (HAZEU et al., 2008).

2 - Depois da pesquisa trinacional, o Governo do Estado do Pará criou um Posto de Orientação no aeroporto que, infelizmente, funciona de forma precária.

Referências

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- HAZEU, Marcel et al. *Pesquisa Trinacional Sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: Uma intervenção em rede*. Relatório de pesquisa. Belém. Sodireitos, 2008.
- REVISTA VEJA. *Especial Amazônia*. Edição 2053, março de 2008.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, nº 2, p. 5-22. jul/dez. 1990.
- SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: por uma Sociologia Política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RESUMO

Este artigo aborda o tráfico de mulheres da Amazônia para o Suriname, baseado na pesquisa Trinacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname, realizada entre 2007 e 2008 sob a coordenação da ONG Sociedade dos Direitos Sexuais Amazônia – SODIREITOS. O estudo ouviu 15 mulheres brasileiras e 8 mulheres dominicanas que vivenciaram a situação de tráfico em clubes no Suriname. Neste texto discutem-se as situações de violações vivenciadas por essas mulheres antes e durante a situação de tráfico. Uma das conclusões do estudo é a percepção da relação entre a situação das mulheres e o contexto das relações de gênero na Amazônia, assim como resultantes das políticas de desenvolvimento implementadas na região.

Palavras-chave: tráfico de pessoas; gênero; Amazônia.

ABSTRACT

This article addresses the trafficking of women from the Amazon to Suriname, based on a trinational research on trafficking of women from Brazil and the Dominican Republic to Suriname, conducted between 2007 and 2008 under the coordination of the NGO SODIREITOS. The study surveyed 15 Brazilian women and 8 Dominican women who experienced the situation of trafficking in clubs in Suriname. This paper discusses the situations of violations experienced by these women before and during the trafficking situation. One conclusion of the study is the perception of the relationship between the situation of women and the context of gender relations in the Amazon, as well as results of development policies implemented in the region.

Keywords: people traffic; gender; Amazon.

Ascensão da extrema-direita na Europa e a questão migratória

*Lucas Valente da Costa **

Um dos maiores testes a uma União Europeia alargada, nos próximos anos e décadas, será a maneira como gere o desafio da imigração. Se as sociedades europeias estiverem à altura do desafio, a imigração será um fator de enriquecimento e irá fortalecê-las. Se o não conseguirem, isso pode ter como consequência uma descida do nível de vida e a divisão social.

Kofi Annan

Artigo no Jornal Público de 29 de Janeiro de 2004

A Europa já esteve melhor¹. Outrora vista como terra de oportunidades na qual o Estado provê assistência médica, de moradia, educação, desemprego e tantas outras “dávivas” decorrentes do Estado de Bem Estar Social, hoje já não é bem assim. Outrora receptiva aos imigrantes, que eram incentivados a ir ao Velho Continente, pelos mais diversos motivos e, assim, “ganhar a vida”, hoje a situação é outra. Outrora ovacionada por causa de sua união econômica e política que tomou a forma mais próxima da atual em 1993, hoje começa a ser questionada e até mesmo surgem dúvidas quanto à sua sobrevivência.

Desde a crise nos Estados Unidos que explodiu em 2008, a União Europeia parece estar sofrendo as maiores consequências. Tentando controlar melhor a

* Graduado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais/PUC-SP.

situação, que mais chama atenção pelos níveis de desemprego de dois dígitos, o FMI e o Banco Central Europeu impõem medidas similares às aplicadas na América Latina em 1990 com o Consenso de Washington: austeridade fiscal, disciplina orçamentária, aumento de impostos, privatizações, entre outras medidas.

A população não fica impassível a essas mudanças e testemunha-se, hoje, uma série de transformações e manifestações sociopolíticas que têm preocupado muitos especialistas. Essas transformações são o foco deste artigo, em especial aquelas que concernem à questão migratória, ao discurso e à prática do racismo, à xenofobia e certa ascensão da extrema-direita no continente europeu.

Em um primeiro momento, traçamos um panorama dos acontecimentos recentes cujo palco foi a Europa e que tem relação com a crise iniciada em 2008. Em seguida, focamos o discurso daqueles anti-imigração e anti-islâmicos, destrinchando os seus argumentos. Por fim, tecemos uma reflexão teórica sobre a problemática dos imigrantes na Europa.

Europa a Caminho da Direita

Talvez a expressão mais chocante de certa retomada de força da extrema-direita no continente europeu tenha se dado em 22 de julho de 2011. Neste dia, 68 pessoas foram mortas em uma ilha da Noruega, apenas 15 vezes maior que um campo de futebol, a ilha de Utoya, e houve uma explosão em frente a prédios governamentais no centro de Oslo que matou outras 9. Na ilha estava acontecendo um acampamento de jovens, organizado pelo Partido Trabalhista Norueguês, cujo líder é o Primeiro-Ministro do país, no poder desde 2005. O responsável pelos ataques, um cidadão norueguês de 32 anos, é declaradamente de extrema-direita e tem ideias islamofóbicas, racistas e de um conservadorismo cultural exacerbado, dizendo que o que está acontecendo hoje na Europa e na Noruega (que não faz parte da União Europeia) é um marxismo cultural.

Este ataque, o pior desde os atentados ao metrô de Londres em julho de 2005, que deixou 52 mortos, não pode ser visto isoladamente ou simplesmente como uma ação individual de um desequilibrado. Ele chama atenção por ter sido realizado por um cidadão do próprio país e cuja motivação foi claramente contrária ao liberalismo e abertura cultural da Noruega. Praticamente todos os outros atentados recentes na Europa, aí incluído o atentado de Madrid em 2004, o mais mortal da Europa, com 191 mortos, foram causados por militantes de grupos terroristas estrangeiros, com uma motivação mais de política externa que interna, quer dizer, movimentos contrários ao envolvimento de países ocidentais em determinados conflitos da Ásia e Oriente Médio.

Estes fatos poderiam até ser interpretados como manifestações de um extremismo isolado, mas o que dizer do resultado das últimas eleições presidenciais francesas? Em junho de 2012, o partido de extrema-direita *Front National* (FN), encabeçado por Marine Le Pen, obteve seu recorde histórico de votos, com 17,9% dos sufrágios, ou seja, 6,4 milhões de votos.

Marine Le Pen, filha do fundador do partido, Jean-Marie Le Pen, tem um discurso abertamente anti-imigração, prega o retorno à pena de morte, disse em 2010 que a oração dos muçulmanos nas ruas é equivalente à ocupação nazista e tem um projeto de lei, atualmente, como eurodeputada, de banir o uso de véus muçulmanos e do *quipá* judeu nas ruas da França. O partido e seus membros são constantemente envolvidos em declarações polêmicas, muitas vezes de tom fascista, chegando mesmo à condenação de alguns de seus membros por negação ao Holocausto, o que é considerado crime não só na França, mas em diversos países da União Europeia.

Mesmo com a derrota de Le Pen no primeiro turno, além do recorde de votos, a eleição de François Hollande, do Partido Socialista (PS), não se deu de maneira tranquila, sendo eleito no segundo turno apenas por uma margem de 3,28% dos votos, vencendo Nicolas Sarkozy, do *Union pour un Mouvement Populaire* (UMP), partido de direita.

O resultado destas eleições preocupa muitos países europeus porque é um reflexo do que está pensando a população, daí tal discurso. Relembremos um caso marcante na história mundial cujas consequências todos conhecemos: o Partido Nazista recebeu em 1930, ou seja, pouco depois do *crash* da Bolsa de Nova York, 18,3% dos votos nas eleições federais na Alemanha. Em números absolutos foram 6,4 milhões de votos, percentagem e números absolutos, coincidentemente, muito parecidos com os resultados nas eleições federais de 2012 na França, em relação ao *Front National*. Menos de três anos depois dessas eleições de 1930, Hitler recebeu 44% dos votos, foi eleito chanceler da Alemanha e seu partido contou com 850 mil filiados. Esta comparação serve para ilustrar o quão rapidamente um partido pode ascender ao poder, mesmo com um discurso extremista².

Ainda assim, o caso não está restrito apenas à França e ao *Front National*. Nos Países Baixos, o Partido para a Liberdade (*Parti voor Vrijheid*), cujo líder Geert Wilder foi banido no Reino Unido por causa de declarações anti-Islã, obteve nas eleições parlamentares de 2010 o terceiro lugar, recebendo 24 (de 150) assentos no Parlamento holandês. Na Alemanha, no mesmo ano, em outubro, foi fundado o Partido da Liberdade (*Die Freiheit*), ainda pequeno, mas com forte discurso antimuçulmano e revisionista das políticas migratórias e em relação aos estrangeiros. Na Áustria, o Partido Libertário da Áustria (*Freiheitliche Partei Österreichs*) obteve nas eleições de 2008, 34 assentos no Parlamento, ou 17,5% dos votos, maior representatividade do partido no Parlamento austríaco desde 1999. Na Itália, desde 1994 que a *Lega Nord* não obtinha tantos assentos no parlamento como obteve em 2009, partido este que é acusado de xenofobia por causa de suas políticas anti-imigração. Um dos casos mais recentes foi o da lei que entrou em vigor em julho de 2009 e, *inter alia*, tornou a imigração não documentada passível de multa de até dez mil euros e aumentou o tempo de detenção antes da deportação de três para seis meses. Pior, como a lei criminaliza a imigração e funcionários públicos são obrigados a reportar conduta

criminal, ela abre espaço para que médicos e professores públicos denunciem seus pacientes e alunos.

Na Grécia, um dos países mais afetados pela crise, o partido neonazista Aurora Dourada (*Chrysi Avgi*), com discurso de expulsar todos os imigrantes e fechar as fronteiras com minas terrestres, obteve 7% dos votos nas eleições de junho de 2012 e garantiu, pela primeira vez, assentos no Parlamento. Chama atenção o símbolo do partido que relembra, e muito, uma suástica. Na Hungria, o terceiro maior partido é o *Jobbik*, que, defendendo “interesses e valores húngaros” e rechaçando judeus e ciganos, nas eleições de 2010 abocanhrou mais de 12% das cadeiras do Parlamento húngaro, o dobro do que ganhara nas eleições anteriores.

Mesmo na Escandinávia, cujos Estados são os maiores exemplos da política de Bem Estar Social, dificilmente relacionados com a extrema-direita, tem-se visto uma ascensão cada vez maior de partidos com esta bandeira. Na Dinamarca, o Partido Popular da Dinamarca (*Dansk Folkeparti*) propõe um fim à imigração não ocidental ao país e seu líder, Pia Kjaersgaard, rejeita o multiculturalismo e a multiétnicidade, dizendo que seria um desastre para o país. É o terceiro maior partido da Dinamarca e apenas em 2011 igualou o número de assentos que possuía no Parlamento em 2001, 22, tendo chegado em 2007 a 25 assentos (14% dos votos). Na Noruega, o Partido Progressista (*Fremskrittspartiet*), que teve como membro e ativista desde jovem, Anders Breivik, autor dos atentados de julho de 2011, tem ideias bem restritivas de imigração e é considerado por especialistas como de extrema-direita. É o segundo maior partido da Noruega e possui o maior número de assentos no Parlamento desde sua fundação em 1973. Vizinho à Noruega, os Democratas Suecos (*Sverigedemokraterna*), que são o único partido da Suécia a não ter uma política de integração, dizem que são os imigrantes os causadores dos problemas sociais e econômicos no país: receberam pela primeira vez, desde sua fundação em 1988, o direito a vinte cadeiras no Parlamento, por terem atingido nas eleições de 2010, 5,7% dos votos. Do outro lado do Mar Báltico, o Partido dos Verdadeiros Finlandeses (*Perussuomalaiset*), tal como o nome indica, de inclinação altamente nacionalista e também eurocéticos, tornou-se o terceiro maior partido da Finlândia, obtendo, em 2011, 19,1% das cadeiras no Parlamento, ou seja, 15% mais votos que a maior votação do partido desde sua fundação em 1995.

Em outras instâncias que não as esferas com representação política regulamentada, pululam na internet grupos radicais com causas nacionalistas e integrantes cada vez mais jovens. Segundo estudo feito pela *thinktank* britânica, divulgado no jornal inglês *The Guardian*,

os jovens revelam-se cada vez mais críticos para com os seus governantes e União Europeia, estando profundamente preocupados com o futuro e identidade cultural, bem como com o crescimento da imigração e o alastrar da influência

islâmica na Europa. O estudo adianta que está a crescer na Europa um forte sentimento contra os imigrantes e, especialmente, uma enorme desconfiança em relação aos muçulmanos. Os partidos que difundem ideias xenófobas, anti-imigração e anti-islamitas, estão a espalhar-se para fora dos seus terrenos tradicionais em França, Itália ou Áustria e a conquistar países tradicionalmente mais liberais como a Holanda ou a Escandinávia, tendo agora significativas representações parlamentares nesses países (DN Globo, 7 novembro 2011).

Todos estes países, à exceção da Noruega (mas que faz parte do Espaço Schengen)³, são membros da União Europeia, que tem como um de seus principais discursos o multiculturalismo e que, precisamente, está sendo visto com desconfiança e desaprovação por porções cada vez maiores da população. Neste período de crise, para grande parte das mazelas na Europa, os imigrantes, em especial os não ocidentais, estão servindo de “bode expiatório”. “Enquanto o antisemitismo foi um fator de união para partidos de extrema-direita nos anos 1910/20/30, a Islamofobia se tornou o fator de união nas primeiras décadas do século 21”, disse Thomas Klau, do Conselho Europeu em Relações Exteriores.

O caso da extrema-direita é o mais evidente, mas mesmo os partidos socialistas estão adotando medidas que sempre foram contrárias às suas diretrizes de base. François Hollande, do Partido Socialista francês, apenas três meses depois de eleito, está dando continuidade às medidas extremamente criticadas de dismantelar acampamentos de imigrantes ciganos. Essas medidas foram iniciadas em 2007 com Nicolas Sarkozy e propõem o retorno de ciganos da Romênia e Bulgária (que são membros da UE, mas não do Espaço Schengen) a seus respectivos países.

Com efeito, a França, junto com a Itália, estão sendo os países com maior peso na UE a proporem mudanças ao Espaço Schengen. Em abril de 2011, Sarkozy parou trens com imigrantes do norte da África que tinham permissão temporária de moradia concedida pelo governo da Itália e que, portanto, poderiam circular livremente pelo Espaço Schengen. Apenas aqueles que puderam comprovar meios de subsistência puderam seguir viagem. A Alemanha adotou medidas iguais. Mais recentemente, em março de 2012, ainda presidente, Sarkozy ameaçou retirar a França da área de livre circulação caso seus vizinhos europeus não adotassem medidas mais duras de imigração.

Já o Reino Unido, que não adotou a moeda única, nem faz parte da área Schengen, ameaça deixar a União Europeia, o que suscita diferentes interpretações. O premiê britânico David Cameron irá, possivelmente, lançar um referendo popular questionando a permanência do país no bloco. Entretanto, existem controvérsias. Há quem diga que isso seria fatal para o bloco, sendo este o primeiro passo para seu dismantelamento, como há também quem diga que seria algo positivo, pois assim o bloco não contaria com as constantes objeções dos britânicos abrindo o caminho para uma possível federalização da

União Europeia. Tanto uma como outra visão indicam mudanças no bloco, cujas primeiras faíscas se deram em 2008 e agora se agravam nos diferentes campos: econômico, político, social e cultural.

Crise e Extremismo

O que está se presenciando na Europa não é novidade. Como já mencionado acima, *mutatis mutandis*, pode-se fazer um paralelo com a ascensão do nazismo após a crise de 1929. No entanto, sabe-se das diferenças históricas também, afinal, a Europa está em relativa paz há mais de seis décadas, enquanto a fundação do Partido Nazista se deu pouco depois da Primeira Guerra Mundial. Ainda assim, surpreende a rapidez com que este ganhou força e, paralelamente, a rapidez com que ganham apoio popular os discursos racistas e xenofóbicos. Diferentemente de outros períodos, agora o poder de mobilização, com as novas tecnologias, via redes sociais e sites de ódio, atinge muito mais gente e de maneira muito mais rápida.

O que está mais presente nos discursos atuais é o nacionalismo como reflexo de um medo de perda de identidade cultural, que estaria sendo posta em risco pela hetero-homogeneização da Europa onde há, respeitando-se cada caso individualmente, cada vez mais uma oferta de mercadorias, um maior fluxo de pessoas de diferentes religiões e etnias, a moeda única, etc. O que acontece, segundo Andrioli (2009, p.1), é que

[...] em períodos marcados pela recessão e pela ausência de movimentos e utopias revolucionárias, abre-se o espaço para a interpretação simplista e populista da realidade, que culpa os estrangeiros pelos problemas sociais. A ausência de alternativas políticas e o conseqüente sentimento de impotência e desesperança social são um terreno fértil para o aumento da xenofobia.

Paulo Fagundes Vizentini, da UFRGS, escreve sobre os anos 1980, quando houve uma expansão notória de extremistas de direita via *skinheads* e *hooligans*, sobretudo na Inglaterra, com tamanha similaridade com o presente que surpreende:

É uma época que vai caracterizar-se pelo desemprego e por incertezas de toda ordem, por desencanto. A população europeia começa a ver sua noção de progresso, prosperidade e segurança ser perdida. Porém, não se fala sobre o tema, não é explicitada a inquietação, mas ao colocar certas questões com inteligência, os europeus demonstram ter medo do futuro. Ou seja, a incerteza com os acontecimentos que estão por vir ou a garantia de emprego. De repente, o emprego passa a ser uma

virtualidade ou passam a ser frágeis, sem seguro social (VIZENTINI, 2000, p. 2).

Muitos dos discursos são os mesmos, de que os imigrantes irão roubar seus empregos e tentar impor seus modos de vida, que são a causa de todos os problemas de criminalidade e desemprego. São eles, tal como visto hoje, o bode expiatório, alimentado por um discurso cada vez mais racista e xenófobo. Tal como hoje, no início dos anos 1980 a Europa passava por uma grave crise econômica, decorrente das crises petrolíferas dos anos 1973 e 1979, que elevou as taxas de desemprego principalmente entre os jovens, muitas empresas faliram e houve aumento da inflação. A analogia é pertinente, não estaria a história se repetindo, tal como hoje, tal como nos anos 1930?

Parece, portanto, haver certa relação entre períodos de crise econômica, que geram desemprego e uma identificação com o discurso de extrema-direita. O que se constata hoje em dia é a existência de toda uma geração perdida. São jovens na faixa dos vinte anos que estudaram mais que seus pais, falam outros idiomas, sabem lidar com novas tecnologias, mas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho. Na Espanha e na Grécia, por exemplo, os níveis de desemprego de jovens até os 24 anos beiram os 50%; em Portugal, Irlanda e Itália, 30% e na França e Grã-Bretanha já ultrapassaram os 20%. Para piorar, os pacotes de austeridade que estão sendo impostos aumentam a carga tributária e implicam numa menor assistência do Estado aos desempregados, algo que esta geração não chegou a vivenciar. Exagerando, uma parte desses jovens emigra e tenta emprego no exterior; poucos resistem e protestam; outra parte se identifica e se reconforta com o discurso de extrema-direita.

Este é um ponto de vista, mas não o único, pois se verifica que a crise econômica em si não é um fator determinante de ascensão da extrema-direita, como a chegada ao segundo turno nas eleições presidenciais de 2002 de Jean-Marie Le Pen. Em 2002 a Europa estava longe de qualquer crise, com a entrada em circulação do Euro em doze países. Apesar de derrotado por uma grande margem pelo candidato à reeleição da *UMP* Jacques Chirac, foi uma grande vitória para o *Front National*. Sendo assim, os partidos de extrema-direita apenas ganham força em épocas de crise como alternativa mais atraente para os jovens legitimadores do *status quo*, jovens esses que não se identificam necessariamente com o antigo conservadorismo nazista findo em 1945. Para eles esse trauma já foi superado. Cecília Malmström, Comissária da Comissão Europeia para Assuntos Internos resume bem a ideia: “Eu lamento que a crise atual esteja sendo usada por partidos populistas tentando mudar a culpa de economias nacionais mal gerenciadas para populações imigrantes” (tradução nossa)⁴.

Outra consequência da crise é o ganho de motivação e meios políticos, nessa onda nacionalista, de regiões que clamam por sua independência, como é o caso do País Basco, Galícia e Catalunha na Espanha; de Flandres na Bélgica; da Escócia no Reino Unido e da Padânia na Itália. A maioria destas regiões é rica e tem uma

identidade cultural ou mesmo idioma diferente do resto de seu respectivo país. Aproveitam a crise do euro e da União Europeia para pôr em prática desejos antigos de independência, retomando o conceito fechado de um Estado, de uma nação. No País Basco, por exemplo, em recentes eleições regionais, foi vencedor o Partido Nacionalista Basco, conservador, e em segundo lugar o partido também separatista, mas de esquerda, *Euskal Herria Bildu*. Possivelmente irão formar uma coalizão para, a exemplo do que será feito na Catalunha, realizar um referendo sobre a separação da região do resto da Espanha.

Após todo o exposto acima, parece que a decisão de premiar a União Europeia em 2012 com o Prêmio Nobel da Paz, cuja premiação se dá em Oslo, Noruega, país que rejeitou por duas vezes sua adesão à UE, é uma tentativa de manter unido este bloco cada vez menos europeísta. Afinal, por que dar este prêmio apenas agora, em uma época de ascensão de movimentos de extrema-direita, separatismos e políticas xenofóbicas? A justificativa do prêmio, portanto, já coube melhor à União Europeia: “Por mais de seis décadas contribuindo para o avanço da paz e da reconciliação, democracia e direitos humanos na Europa” (THE NOBEL PRIZE, 2012, tradução nossa).

Um dos temas que mais se destaca no discurso dos partidos de extrema-direita é aquele relacionado aos imigrantes. Além das preocupações econômicas, estes partidos pregam, acima de tudo, valores ditos nacionais, anti-imigrantes, e têm o objetivo de preservar a nação e a cultura grega para os gregos, francesa para os franceses e assim por diante. Como a mais recente imigração vem de países muçulmanos, são os muçulmanos, via de regra, os “culpados”. Com esse medo, o termo islamofobia se espalhou pela Europa. Impossível não comparar esse “medo crescente” atual na Europa, do “medo vermelho” nos Estados Unidos e no mundo durante a Guerra Fria.

Percebe-se que no cenário, já aqui caracterizado, os partidos de extrema-direita estão tendo resultados expressivos nas eleições parlamentares na Europa, pois estão se aproveitando de um momento de fragilidade econômica e social no continente, criando um bode expiatório simples e facilmente identificável – o muçulmano, o imigrante – e, com um discurso populista, incitando as pessoas a rechaçar esta população em nome dos valores e cultura ditos nacionais. Na Grécia, por exemplo, o Aurora Dourada, à primeira vista, num gesto de boa ação, distribuiu alimentos nas ruas de Atenas; no entanto, apenas alimentos fabricados em solo grego e para cidadãos gregos.

Matthew Goodwin, especialista em extrema-direita da Universidade de Nottingham, diz que preocupações sobre cultura nacional, identidade e estilo de vida importam mais que questões materiais, razão pela qual surgem partidos xenofóbicos tanto em países que estão passando relativamente bem pela crise, como a Holanda, como em outros que estão quase falidos, como a Grécia (GOODWIN, 2012). Ou seja, a questão da crise do euro, em si, pode ser apenas uma coincidência que os partidos estão usando para se erguerem nacionalmente, mas não é necessariamente um fator determinante para o

surgimento de partidos de extrema-direita (BARLETT, 2011).

Mas afinal, qual a influência dos imigrantes, sejam eles seguidores do Islã ou não, na economia e na cultura “pura” de determinado país? Há uma racionalidade nos argumentos conservadores que estão ganhando cada vez mais simpatizantes, ou é apenas um argumento facilmente “comprável”? O ex-presidente Lula, em discurso em Genebra em frente ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em junho de 2009, ressalta que não se pode culpar os imigrantes pelo que está passando a Europa:

Não são os imigrantes, os pobres do mundo, os responsáveis pela crise. Os responsáveis pela crise são os mesmos que por muito tempo sabiam como ensinar a administrar os Estados. Sabiam como ter ingerência nos Estados pobres da América Latina e da África. [...] esses mesmos senhores que sabiam de tudo um tempo atrás, hoje não sabem mais de nada. Não conseguem explicar como davam tantos palpites nas políticas dos países pobres e que não têm sequer uma palavra para analisar a crise dos países ricos. [...] A crise financeira, que nasceu da desregularização (*sic*) das economias mais ricas, não será pretexto para incentivar o descumprimento das obrigações de cada Estado com a promoção e proteção dos direitos humanos. Tampouco deve conduzir a que sejam descumpridos compromissos com os mais necessitados (LULA DA SILVA, 2009).

A Questão Migratória Europeia

Difícil de entender para os partidários da extrema-direita é que a história se faz de imigrantes. Países inteiros se constroem com a participação dos imigrantes. A maior potência do globo, atualmente, é o país que mais recebeu imigrantes na história. Majoritariamente ingleses, mas também irlandeses, poloneses, africanos e latinos construíram e fazem o que os Estados Unidos são hoje. No Brasil é raro encontrar alguém que não diga (e sem qualquer tipo de vergonha) “meu avô era italiano”, “minha bisavó era alemã”, passando por dezenas de outros países, com destaque para africanos, portugueses, espanhóis, holandeses, japoneses, coreanos e libaneses.

A Europa tem uma história complexa de fluxos migratórios. Dada toda a história migratória do continente, traçamos aqui, de maneira breve e simplificada, um panorama desses fluxos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, período desde o qual existe paz no continente, comparativamente com todo o período anterior ao conflito que terminou em 1945. Assim, espera-se entender melhor a presença dos imigrantes na Europa e o porquê incomodam a uma crescente parte dos europeus.

A origem da questão atual dos imigrantes na Europa, em geral, teve início neste período devido a uma escassez de mão de obra causada, primeiro, pelo

óbvio motivo das mortes que o conflito gerou, estimadas em cerca de 30 milhões de pessoas somente na Europa. Em segundo lugar, pela necessidade de se reerguerem países inteiros.

Para tanto, muitos governos iniciaram programas de “convidar” trabalhadores imigrantes como mão de obra. Alguns países diziam preferir trabalhadores do sul da Europa ou da Europa do Leste, por acreditarem que eles se adaptariam melhor. No entanto, esta mão de obra se mostrou insuficiente e outros países foram considerados, como Turquia e os países do norte da África. Para as ex-potências colonizadoras, como Reino Unido e França, países colonizados como a Índia, Paquistão, Argélia, Marrocos e Tunísia, respectivamente, foram os primeiros países onde seus emigrantes eram incentivados a ir, em decorrência do processo de descolonização. Isso cria uma situação delicada para todos os envolvidos e a Argélia pode ser tomada como exemplo emblemático, pois até 1962 seus cidadãos eram plenamente franceses, lutavam no mesmo exército e podiam ir à França metropolitana quando bem entendessem, o que muda com sua independência e com as então impostas políticas migratórias francesas. No Reino Unido, um imigrante tinha todos os direitos sociais, políticos e econômicos assegurados e, de maneira geral, os imigrantes conseguiam entrar fácil e legalmente, independentemente se isso agradava a população local ou não; grande parte da população não via com bons olhos essa chegada em massa de imigrantes não brancos, mas havia a esperança de que esse fluxo fosse apenas temporário.

Eram necessários enquanto a economia os demandava. Muitos governos, e a população em geral, pensavam que, uma vez a economia voltasse ao normal, esses imigrantes voltariam a seus países. Isso claramente não aconteceu e, como consequência, praticamente todos os países europeus impuseram políticas restritivas à imigração no início da década de 1970. Reino Unido em 1971, França e Alemanha em 1972 e 1973 e todos os outros com uma margem de um ou dois anos de diferença (HANSEN, 2003).

Acontece que esses imigrantes se tornaram cidadãos e, mesmo com as medidas restritivas, clamavam por políticas de reunificação familiar. Com isso, as esposas, filhos e até pais daqueles jovens imigrantes chegavam a ser admitidos. Por apresentarem uma taxa de fecundidade mais elevada que a do europeu nativo – no início de 1980 os cidadãos e residentes permanentes não brancos já eram cerca de 10% da população total – o assunto não mais escapava dos debates políticos nacionais. Ainda nos anos 1980, os países mais pobres da Europa – Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Irlanda – que antes eram fornecedores de mão de obra, passam a ser receptores de imigrantes, por apresentarem uma melhoria das condições de vida de seus habitantes.

Nos anos 1990, com o fim da União Soviética e com o Muro de Berlim já no chão, a onda de imigração perde um pouco de seu fulgor e muda de perfil. Os pedidos de asilo de cidadãos da Europa do Leste e da ex-União Soviética, agora

sem o controle rígido do governo e com as viagens internacionais cada vez mais acessíveis, aumentam. De 1989 a 1992 o número de pedidos de asilo passou de 320 mil para 695 mil, caindo para um número, ainda elevado, de 455 mil no final da década (HANSEN, 2003).

Convém ressaltar que em 1985 foram assinados os acordos de Schengen, que permitem a livre circulação de pessoas entre os países signatários. Atualmente, é um espaço que compreende 26 países. Por conta disso, uma política diretiva comum de imigração e asilo passa a ser cada vez mais necessária, pois um imigrante que consegue o direito de viver permanentemente em Paris, por exemplo, pode se mudar tranquilamente para Madrid, Roma ou mesmo Reikjavik. Sendo assim, desde 1997, com o tratado de Amsterdã e, mais enfaticamente, entre 1999 e 2005, foram adotadas diversas medidas harmonizando padrões mínimos comuns para o fornecimento de asilo.

Atualmente, o Programa Geral “Solidariedade e Gerenciamento de Fluxos Migratórios” dispõe de quase seis bilhões de euros para garantir a divisão justa de responsabilidades entre países da UE para o peso financeiro que provém do gerenciamento integrado das fronteiras externas do bloco e da implementação de políticas comuns de asilo e imigração (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE PORTUGAL, 2008). Os quatro principais instrumentos do programa são o Fundo de Fronteiras Externas (EBF), que trata da infraestrutura e equipamentos das fronteiras externas; o Fundo Europeu de Retorno (RF), que gerencia operações de retorno forçado e voluntário, incluindo assistência à reintegração no país de retorno; Fundo Europeu de Refugiados (ERF), para a construção de capacidades, integração de refugiados, reassentamento e medidas de emergência; e o Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Terceiros Países (EIF), com provisão de medidas de integração como cursos de línguas e orientação cívica. Estes seis bilhões de euros divididos entre estes quatro instrumentos são válidos para o período de 2007 a 2013 e são aplicados por meio de programas nacionais de acordo com as necessidades de cada país.

Segundo a Frontex, a Agência Europeia para o Gerenciamento de Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia, em 2011 entraram irregularmente na Europa, cruzando fronteiras terrestres ou marítimas, com a ajuda de “coiotes”, 140.978 pessoas, via sete “portões” principais: Ilhas Canárias, Mediterrâneo oeste, central e leste, Balcãs, Leste, Rota circular entre Albânia e Grécia, sendo o mais movimentado deles o Central Mediterrâneo. Cecilia Malmström (2012), a Comissária para Assuntos Internos na Comissão Europeia, disse que este tipo de tráfico em direção à Europa se tornou uma indústria que movimenta 25 bilhões de euros por ano. Apesar dos números elevados, ainda é menos da metade dos cerca de 351.000 imigrantes que em 2011 entraram na Europa por aeroportos internacionais, com documentos de viagem válidos e visto, porém, que estenderam seu período de validade e passaram a viver em situação irregular.

Recentemente, a Primavera Árabe e seus conflitos decorrentes, como o caso atual na Síria, geraram um novo fluxo de imigrantes e de pedidos de asilo no continente. Em 2011, as principais nacionalidades registradas tentando entrar irregularmente, cruzando fronteiras marítimas ou terrestres, em ordem decrescente, foram: Tunísia, Afeganistão, Paquistão, Nigéria, Bangladesh, Argélia, Sérvia, Marrocos, Costa do Marfim, Moldávia, Geórgia, Somália, Guiné e Senegal.

O capítulo recente mais chocante desta história é a construção em curso de um muro de três metros de altura na fronteira terrestre entre Turquia e Grécia. Inicialmente tendo 12,5km, em construção próximo à cidade turca de Edirne, onde ocorrem 70% das travessias terrestres entre os dois países, contará com 120km de extensão. Sua construção se dá pela polícia grega junto com a Frontex e tem o objetivo de frear a entrada de imigrantes irregulares, vistos com preocupação pelas autoridades gregas. O ministro grego da Ordem Pública, Nikos Dendias, disse que a entrada de imigrantes irregulares levou a Grécia à beira do colapso e que “o país está sendo perdido; o que está acontecendo agora é a maior invasão de todas. Desde a invasão Dórica cerca de 3 mil anos atrás⁵, o país nunca recebeu um fluxo tão grande de imigração” (tradução nossa)⁶. Em 2010, cerca de 36 mil irregulares foram presos na região e levados a centros de detenção, cujas condições são extremamente críticas, com superlotação, acesso limitado ao banheiro e pouca comida.

Enfim, Eles

Até o momento, este artigo ateu-se à ascensão dos partidos de extrema-direita na Europa, trazendo breve histórico daqueles que mais são atacados por estes partidos, apontando quantos são e de onde vêm os imigrantes. Todavia, a pergunta permanece. Qual é, de fato, o impacto econômico e cultural desses imigrantes nas populações autóctones europeias? São tão danosos quanto declaram os nacionalistas de direita?

Há diferentes respostas a estas perguntas, variando muito de acordo com o tipo de análise feita e, evidentemente, das intenções políticas e ideologias existentes por trás das mesmas. É impossível imaginar como se comportaria a sociedade e a economia sem esses imigrantes. As análises sempre se baseiam em modelos econômicos hipotéticos, com a inserção de diversas variáveis que mudam conforme a conjuntura. Além disso, são poucos os estudos europeus sobre o tema, sendo mais abundantes nos Estados Unidos e, relativamente, no Reino Unido. No entanto, o aspecto cultural pode ser mais concretamente observado e, por este motivo, será tratado antes para, em seguida, entrarmos na discussão do impacto econômico da imigração.

Um dos efeitos da imigração mais à vista de todos é aquele relacionado à cultura culinária, ou seja, à alimentação. Hoje em dia é até mesmo difícil imaginar as grandes cidades europeias sem seus *kebabs*, *falafels*, restaurantes chineses, indianos, tibetanos e lojas de conveniência abertas até tarde. Movimento

não exclusivo à Europa, é, possivelmente, uma das consequências mais (gastronomicamente) enriquecedoras da globalização e do multiculturalismo, quando há de fato uma transposição de fronteiras de produtos e hábitos alimentares nacionais. Surpreendentemente, há uma falta enorme de literatura e dados relativos a esta questão (COMISSÃO EUROPEIA, 2006).

Igualmente evidente, mas menos óbvio, é o impacto dos imigrantes no mundo da moda, onde se observa um crescente “exotismo” nos estilos criados pela indústria indumentária. A “moda étnica” já é considerada um segmento estabelecido da indústria têxtil e deriva da adaptação da moda “tradicional”, por assim dizer, aos novos costumes trazidos pelos imigrantes e pelo interesse que eles atraem.

Apesar de muitos imigrantes escolherem seus países de destino por causa do idioma comum, fruto da antiga colonização europeia, isso nem sempre é possível. A consequência é o imigrante ou refugiado se deparar em um país no qual ele não domina o idioma e o aprende precariamente por assimilação, sendo raros os casos em que ele pode de fato seguir um curso de idioma. Em julho de 2012 foi publicada uma reportagem no jornal alemão *Deutsche Welle* em que o linguista da Universidade de Leipzig Uwe Hinrichs (2012) atesta que erros de estrangeiros simplificam o idioma: “ao aprender alemão, é quase inevitável os estrangeiros cometerem erros, pois se trata de um idioma difícil. Com o passar do tempo, os nativos assimilam lentamente esses erros à sua prática de comunicação, e a língua alemã se modifica. Isso afeta, sobretudo, a linguagem coloquial, e não tanto o alemão escrito.” Extremamente criticado por “defensores do Santo Graal da língua germânica” como sendo traidor da pátria e favorável ao multiculturalismo da Alemanha, recebeu, em contrapartida, apoio de diversos outros linguistas alemães que confirmaram a fluidez do idioma. Na Alemanha, complementa ele, é normal a ocorrência de um processo chamado *code switching*, quando imigrantes misturam dois idiomas em sua fala. No caso do alemão, isso se verifica com frequência com o turco, maior grupo imigrante do país, mas, fora o fato disso gerar uma dificuldade a mais de integração de grupos imigrantes à sociedade, não é algo que chegue a incomodar particularmente os cidadãos nativos. Alguns países, tais como Reino Unido, França e a própria Alemanha, para facilitar a integração dos imigrantes à sociedade, fornecem cursos gratuitos de idiomas, porém, apenas para imigrantes documentados, regulares.

Dos aspectos culturais que mais incomodam os nativos, mais que a alimentação, vestimenta (não religiosa) ou o idioma é, sem dúvida, a religião, em especial o Islã. O Islã é tido por conservadores como tendo sido “erradicado” da população nativa europeia, mas está, atualmente, tendo um crescente aumento de seguidores muçulmanos cuja maioria é composta de imigrantes ou filhos de imigrantes. Em um caso recente de evidente islamofobia, o partido conservador suíço, União Democrática do Centro, propôs um referendo popular para a proibição da construção de novos minaretes no país. Com uma população

muçulmana de 4,3%, a proibição foi aprovada em novembro de 2009 e suscitou diversos debates da posição da Suíça como islamofóbica, sem, entretanto, gerar mudanças na lei.

Com princípios similares, a França, país da UE com maior número de muçulmanos⁷, proíbe, desde 2004, o uso de símbolos religiosos ostensivos, tais como o véu islâmico ou grandes crucifixos, nas escolas estaduais. Em 2010, entrou em vigor uma lei mais abrangente, que proíbe portar em local público qualquer vestimenta que cubra o rosto, na qual se enquadram cerca de duas mil mulheres que usam a *burqa* ou o *niqab* (uma pequena minoria), sendo passível de multa de 150 euros. Tal como na Suíça, a lei gerou protestos e críticas, mas foi mantida. Na Suécia e na Itália já existiam leis equivalentes, de proibição de cobrir o rosto em locais públicos. A justificativa destas leis e sua aprovação é a segurança nacional e a laicidade do Estado, pregada com afinco nas instituições públicas francesas, agora sendo estendida a meios sociais. Nesta linha, tal como dito anteriormente, Marine Le Pen, como deputada, quer ampliar o conceito da lei que restringe objetos religiosos ostensivos nas escolas estatais para todas as esferas públicas, até nas ruas.

Por fim, analisamos, na medida do possível, a partir da perspectiva econômica, o efeito dos imigrantes nos empregos, salários, contas públicas, PIB, etc. Esta apreciação é feita com base em diversos estudos nacionais, dada a falta de um estudo europeu centralizado. O mais próximo disso é a Rede Europeia de Migrações, uma rede coordenada pela Comissão Europeia estabelecida em cada Estado Membro da UE, mais a Noruega, e cujo propósito é fornecer informações atualizadas, objetivas, confiáveis e comparáveis sobre imigração e asilo para, assim, auxiliar nas políticas da União Europeia sobre o tema (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 14 de maio de 2008).

Um dos estudos realizados pelo governo britânico em 2005 para avaliar o impacto dos imigrantes na economia se deu por comparação da proporção de imigrantes (nascidos no estrangeiro) no Reino Unido, com a parte do PIB que lhes concernia. Segundo o estudo, 8% da população do Reino Unido era imigrante e eles geraram um incremento de 10% no PIB nacional, sendo assim, contribuindo para a economia do país. Estes resultados foram duramente criticados pela Migration Watch UK, que contestou os dados do governo e disse que eles não incluíram os filhos dos imigrantes nascidos em território britânico que, se considerados, fariam com que, na comparação, os imigrantes teriam um impacto negativo na economia. Sete anos depois, outro órgão do governo britânico, o Migration Advisory Committee (MAC) atestou em um relatório de 156 páginas, entre outras coisas, que de cada cem imigrantes em idade ativa, provenientes de fora da UE, 23 empregos de nativos britânicos eram perdidos. Ainda outro órgão do governo, o National Institute of Economics and Social Research (NIESR) estimou em um relatório separado e divulgado em janeiro de 2012 que o efeito sobre o PIB per capita do imigrante seria ligeiramente positivo e a imigração teria um impacto mínimo ou nulo no número de desempregados nativos.

O caso britânico é interessante de se observar, pois ele deixa evidente a dificuldade de se avaliar de fato o impacto do imigrante na economia nacional. As pesquisas são muitas, os resultados divergentes e as críticas incessantes. Danny Shaw, jornalista da BBC, resume bem o porquê desses diferentes resultados e, parcialmente, um dos motivos que está levando a uma maior identificação de parte da população com o discurso anti-imigrante da direita: “Os efeitos da imigração não europeia são mais sentidos em tempos em que a economia vai mal, ou seja, quando há desemprego, e no curto prazo, antes de o mercado de trabalho ter tempo de se ajustar” (SHAW, 2012, tradução nossa)⁸. Giovanni Peri, professor associado da Universidade da Califórnia em Davis e acadêmico visitante do *Federal Reserve Bank* de São Francisco completa: “Em recessões, no entanto, novos imigrantes são tidos por terem um pequeno impacto negativo nos empregos dos nativos no curto prazo (mas não no longo prazo)” (PERI, 2010a, p. 7, tradução nossa). Ou seja, em períodos nos quais a economia vai bem, os imigrantes não são culpados por estarem roubando o emprego dos nativos já que, afinal, todos estão bem empregados. Mas em épocas de recessão se tem a ideia de que o emprego que um imigrante ocupa poderia estar sendo ocupado por um nativo.

Este argumento é um dos mais propagados pelos anti-imigrantes, tanto na Europa como nos Estados Unidos, porém, há muitos estudos que o provam infundado, pois se limita à lei da oferta e da procura, como se houvesse um número de empregos fixo em uma sociedade e cada emprego ocupado por um imigrante representasse um emprego a menos para um nativo. Giovanni Peri, em seu relatório do Migration Policy Institute, de junho de 2010, no qual resume pesquisas recentes sobre a economia da imigração, atesta que os imigrantes têm um efeito positivo sobre os empregos e salários dos nativos e que eles estimulam a economia.

Segundo Peri (2010b), em uma entrevista em outubro a Mark Engler, analista sênior da Foreign Policy in Focus, os imigrantes precisam ser enquadrados, além da lei da oferta e da procura, ao princípio da complementaridade:

Se dois trabalhadores são completamente iguais, a oferta e a procura entram em vigor – da mesma maneira que, se pusermos mais milho no mercado, o seu preço baixa. Mas se tivermos trabalhadores cujos empregos sejam diferentes e se eles se especializarem em tipos de tarefas que são complementares, isto pode aumentar os salários e a produtividade de ambos.

Isso, de fato, pode ser visto tanto nos Estados Unidos como na Europa, aplicando-se, no entanto, apenas aos imigrantes pouco qualificados.

Um exemplo extremo disto seria se tivéssemos um engenheiro e lhe juntássemos um operário da construção

civil. Só com o engenheiro não íamos conseguir lá muito. Mas com um engenheiro e um operário da construção civil podemos construir um edifício. Consequentemente, a produtividade do engenheiro aumenta muito. E os salários de ambos os trabalhadores aumentam (PERI, 2010b).

No caso de imigrantes altamente qualificados e que estão em uma situação regular – diga-se, uma minoria absoluta dos que chegam todos os anos à União Europeia – o discurso já muda. Este tipo de imigrante pode, sim, ocupar o emprego de um nativo e, assim, em teoria, contribuir para uma maior taxa de desemprego entre os locais. Quem defende isso não é nenhum radical, é um imigrante. Edwin Okongo, um queniano que mora regularmente nos EUA há mais de vinte anos e que passou por todos os trabalhos “típicos de imigrante”, como esfregar chão, panelas, banheiros, organizar prateleiras em supermercados, vigiar prédios e estacionamentos, entre outros. Atualmente, no entanto, depois de ter feito faculdade nos EUA, tornou-se professor na Universidade da Califórnia, Berkley, e admite em seu blog no Huffington Post:

Eu sou provavelmente o único imigrante com coragem para admitir que nós somos os culpados pelos altos níveis de desemprego nos EUA. Mas não os imigrantes sem documentos [...]. Acreditem, vocês não querem os empregos que estes imigrantes fazem. São imigrantes legais como eu que vocês deveriam estar culpando pela condição de vocês (OKONGO, 2012, declaração em blog).

Voltando a Peri, ao comentar o trabalho de um dos maiores defensores da redução da imigração nos EUA, George Borjas, da Universidade de Harvard, concorda com ambas as declarações. Borjas diz que a imigração pode ter um efeito negativo de 3% nos salários dos trabalhadores nativos com educação inferior, mas que entre os trabalhadores com educação superior e intermediária o efeito é, ao contrário, positivo. No entanto, Peri discorda do ponto de vista de Borjas que defende a tese de que os imigrantes não ocupam os postos que os nativos não querem e que, caso os imigrantes não ocupassem esses postos, a economia se reorganizaria para suprir as mesmas posições, seja com o reajustamento de preços em um mercado de trabalho competitivo ou com o crescimento da oferta de trabalho local que resultaria em uma ausência de imigração (BORJAS, 2010). Segundos os estudos de Peri, nativos e imigrantes ocupam realmente empregos diferentes, têm capacidades diferentes e especializam-se em tarefas produtivas diferentes, o que reduz a competitividade direta mesmo em relação aos locais com baixa qualificação (PERI, 2010a).

Outro ponto interessante que merece ser considerado é o envelhecimento da população nativa europeia, junto com baixas taxas de fecundidade. Segundo o Instituto Max Planck, da Alemanha, nenhum país da Europa tem, hoje, o “nível

de substituição” de 2,1 filhos por mulher, com o qual a geração dos filhos substituíra aquela de seus pais⁹. Nos países do sul e do leste europeus a situação é mais grave que a de suas contrapartes do norte e oeste. Na Itália, segundo um estudo de 2002, conduzido por Hans-Peter Kohler, José Antonio Ortega e Francesco Billari, a taxa de fecundidade era de baixíssimos 1,3 filhos por mulher. Nesta taxa, a população do país pode ser diminuída pela metade até 2047¹⁰. Hoje, segundo a ONU, a taxa na Itália encontra-se em 1,38 filhos por mulher. Nestes termos, os imigrantes têm um papel essencial para manter um nível mínimo de pessoas em idade ativa, dado seu influxo aos países em questão e às suas maiores taxas de fecundidade e, assim, manter a economia rodando. Para efeito de comparação, as quatro nacionalidades que mais afluíram à União Europeia em 2011, Tunísia, Afeganistão, Paquistão e Nigéria têm, respectivamente, taxas de fecundidade de 1,9; 7,0; 3,5 e 5,3¹¹.

A análise do impacto econômico dos imigrantes pode ser muito extensiva caso sejam considerados todos os custos que concernem a um imigrante irregular, passando pelos gastos que um Estado tem para patrulha de fronteira, deportação, detenção, benefícios sociais que se estendem mesmo aos imigrantes, políticas de integração, entre tantos outros. Da mesma maneira, os ganhos que o Estado receptor tem com o imigrante também podem ser muitos, tendo sido dado destaque para alguns pontos acima, mas que abrangem também a riqueza produzida por eles, o enriquecimento cultural, o dinamismo da economia, entre outros.

Considerações Finais

O papel do imigrante nos Estados europeus ainda será muito debatido, passando por momentos mais efusivos em épocas de crise econômica (sem, como visto, o imigrante ser “culpado” pela crise). Junto com a crise, como testemunhado pela história, mas não diretamente relacionado, ascendem mais facilmente os partidos de extrema-direita conservadores e com ideias contrárias ao multiculturalismo, passando por um exacerbado discurso nacionalista identitário que compreende até partidos separatistas.

A força que a extrema-direita tem adquirido nos últimos anos na Europa deve ser vista com cautela tanto do ponto de vista da segurança dessa população estrangeira, como da propagação destas ideias, desta mentalidade, cada vez mais autocrática e unicultural. Não se deve esquecer nunca que Hitler chegou ao poder democraticamente, quando na época se culpava os judeus por todas as mazelas da sociedade alemã, mas que hoje, olhando para trás, se reconhece o peso que o preconceito e ideias “científicas” de raça tiveram nesta política. Políticas extremas contra imigrantes já permeiam os partidos mais radicais sem que os imigrantes sejam os culpados dos problemas sociais e econômicos atuais nas sociedades desenvolvidas.

Acrescenta-se no rol dos não esquecimentos que o discrepante mundo capitalista de hoje está globalizado, com um fluxo internacional de mercadorias

e serviços, maior do que nunca na história da humanidade, mas com o polêmico fluxo de pessoas barradas por muros. Com isso, antigas ideias fechadas de um mundo de outrora devem ser adaptadas, tal como um idioma que está sempre em constante mudança – foi assim que o *Vossa Mercê* passou por *vossemecê* e *vosmecê*, até virar o atual *você*, aceito por todos e que foi consagrado pelo uso.

O “outro” assusta, mas não se pode deixar o medo e o preconceito superarem a racionalidade e a solidariedade que nos fazem humanos, mesmo com tantos exemplos quotidianos que parecem tentar borrar o fato que o “outro” é simplesmente um indivíduo que nasceu do outro lado de uma linha criada pelo homem chamada fronteira.

Notas

1 – Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais/PUC-SP. Esclarecemos que não é nossa intenção analisar os resultados dos processos eleitorais nos países da União Europeia, os quais, em muitos casos, alternam no poder ora a direita, ora a esquerda, mas sim o fato de certa ascensão da extrema-direita neste momento e sua relação com a questão migratória.

2 - Nesse sentido, ressalta-se a reflexão da Escola de Frankfurt feita por um dos seus fundadores, T. Adorno, no texto em que reflete sobre o holocausto dizendo que só a educação pode prevenir novos holocaustos (ver ADORNO, 1994. p. 33-45). Reflexão esta confirmada por recente estudo da Universidade Livre de Berlim com milhares de estudantes alemães entre 15 e 16 anos, cujo resultado é chocante e ressalta a importância do estudo da História: metade dos estudantes desconhece que Hitler foi um ditador e um terço desses jovens o consideram um defensor dos direitos humanos (NOVAES, 2012).

3 – Compreende os países signatários de acordos firmados em 1985 que permitem a livre circulação de pessoas entre tais países.

4 - Transcrição obtida em entrevista dada por Malmström ao *The Wall Street Journal* em 15 de setembro de 2012.

5 – O ministro faz referência à invasão dos dóricos, povo das ilhas gregas do sul, entre 1200 e 1100 a.C. que teria culminado no fim da Idade do Bronze grega e da civilização micênica, provocando a destruição de cidades, fuga das populações, declínio artístico e cultural. Este período ficou conhecido na história grega como Idade Obscura ou Idade das Trevas gregas, apenas terminando em meados do século VIII a.C. quando as cidades-estado voltam a crescer, com o desenvolvimento da escrita alfabética grega, a criação dos poemas de Homero e das Olimpíadas.

6 - Declaração do Ministro Dendias publicada no *The Independent* em 7 de agosto de 2012.

7 - Apesar de ser proibido por lei a pesquisa religiosa, o número de muçulmanos na França é estimado entre 5% e 10% da população, o que pode equivaler a aproximadamente 6 milhões de pessoas (Le Figaro, 07/04/2011).

8 - Análise do correspondente de assuntos domésticos da BBC News, Danny Shaw, em resposta à reportagem do mesmo veículo “Immigration from outside the EU ‘linked to UK jobless’”, de 10 de janeiro de 2012.

9 - Dados do estudo do Instituto Max Planck, obtidos em reportagem de 12 jan. 2009 do *Deutsche Welle*.

10 - Previsão dos pesquisadores Hans-Peter Kohler, José Antonio Ortega e Francesco Billari, de 2002, obtidos em reportagem de Russell Shorto, do *The New York Times* de 29 jun. 2008.

11 - United Nations World Population Prospects, the 2010 revision.

Referências

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: COHN, G. (org.) *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Editora Ática, 1994. p. 33-45.
- ANDRIOLI, A. O neonazismo ronda a Europa. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 97, v. 9, p. 1, junho 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7170/4133>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- BARLETT, J. Estudo da Thinktank Demos In: *DN Globo*, 7 nov. 2011. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2105764>. Acesso em : 20 fev. 2013.
- BORJAS, G. In: TRIBALAT, M. *Les Yeux grands fermés: L’immigration en France*. Lonrai: Denoël, 2010.
- COMISSÃO EUROPEIA. *European Migration Network*. Impact of Immigration on Europe’s Societies. Luxemburgo: Office for Official Publications on the European Community, 2006.
- GOODWIN, M. Why the eurozone crisis doesn’t spell a return to the well of nazism. *The Guardian*, Londres, 22 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2012/may/22/eurozone-crisis-nazism>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- HANSEN, R. Migration to Europe since 1945: Its History and its Lessons. *The Political Quarterly Publishing*. Oxford: Blackwell, 2003. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~rhansen/Articles_files/20031.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- HINRICH, U. In: ARNOLD, R. Influência de imigrantes modifica idioma alemão. *Deutsche Welle*. 28 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/influ%C3%Aancia-de-imigrantes-modifica-idioma-alem%C3%A3o/a-16128288-1>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- KLAU, T. In: *O Estado de S. Paulo*. 29 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,grupos-xenofobos-ja-compoem-nove--governos-europeus,-866711,0.htm>>. Acesso em 20 fev. 2013.
- LULA DA SILVA, L. In: UCHOA, P. *BBC Brasil*. 15 jun. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090615_lulaonpu_ba.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- MALMSTRÖM, C. In: STEVIS, M. Illegal Immigration Emerges as New Crisis for Greece – And EU. *The Wall Street Journal*. Patras, 15 set. 2012. Disponível em : <<http://online.wsj.com/article/SB10000872396390444506004577617383132000476.html>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- MIGRATION ADVISORY COMMITTEE. *Analysis of the Impacts of Migration*. Londres: UK Home Office, 2012. Disponível em: <<http://www.ukba.homeoffice.gov.uk/sitecontent/documents/aboutus/workingwithus/mac/27-analysis-migration/01-analysis-report/analysis-of-the-impacts?view=Binary>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE PORTUGAL. Programa-Quadro SOLID. Disponível em: <<http://www.fundoscomunitarios.mai.gov.pt/proquadro/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- NOVAES, J. Metade dos Estudantes alemães desconhece que Hitler foi um ditador, revela pesquisa. *Opera Mundi*, 30 jun. 2012.
- OKONGO, E. Blame Legal Immigrants Like Me for Taking Your American Jobs. *The Huffington Post*, Berkeley, Califórnia, 18 jun. 2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/edwin-okongo/american-jobs-immigrants_b_1606085.html>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- PERI, G. *The Impact of Immigrants in Recession and Economic Expansion*. Washington, D.C.: Migration Policy Institute, junho 2010a. Disponível em: <<http://www.migrationpolicy.org/pubs/Peri-June2010.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- PERI, G. Imigração tem efeito positivo sobre emprego e salários: entrevista. [5 de outubro, 2010b]. *Esquerda.net*. Entrevista concedida a Mark Engler. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/imigra%C3%A7%C3%A3o-tem-efeito-positivo-sobre-emprego-e-sal%C3%A1rios>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- REDE EUROPEIA DE MIGRAÇÕES. In: *Jornal Oficial da União Europeia* de 14 de maio de 2008.

- Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2008:131:0007:0012:PT:PDF>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- SHAW, D. Immigration from outside the EU 'linked to UK jobless'. *BBC*. 10 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/uk-16484918>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- SHORTO, R. No Babies? *The New York Times*, 29 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/06/29/magazine/29Birth-t.html?pagewanted=all&r=1&>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- VIZENTINI, P. F. O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional. In: MILMAN, L. e VIZENTINI, P. (orgs.) *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap4.html>>. Acesso em: 7 nov. 2012.
- THE NOBEL Peace Prize 2012. *Nobelprize.org*. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2012/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

RESUMO

Os resultados recentes de diversas eleições parlamentares em países europeus chamaram atenção pela quantidade de assentos que conseguiram partidos de extrema-direita com propostas xenofóbicas explícitas, alguns com votações recordes. Neste artigo, através da análise de diversos acontecimentos sociais e políticos e do estudo do impacto dos imigrantes na economia e sociedade europeia, faz-se uma relação entre o apoio popular a esses partidos em períodos de recessão econômica, especialmente aquele iniciado em 2008, ainda em curso em muitos países do continente europeu, com o impacto real dos imigrantes na estrutura econômico-social. Isto é devido ao corrente discurso de que imigrantes são a causa do desemprego dos nativos, discurso este que precisamente ganha força em períodos em que os empregos estão mais escassos. Os estudos analisados concluem que os imigrantes não contribuem para este fato, mas que tal discurso ganha apoio em períodos de crise, antes que a economia tenha tempo de se adaptar.

Palavras-chave: imigração; extrema-direita; União Europeia.

ABSTRACT

Recent results of various parliamentary elections in European countries have brought about attention and concern due to the number of seats taken by far-right parties with explicit xenophobic proposals. The results of some elections are without historic precedent. In this article, through the analysis of a wide range of social and political events and through the study of the impact of immigrants in European economics and society, popular support to these parties in times of economical recession, in particular the one that has begun in 2008 and is still engrossed in many countries of the continent, is linked with the real impact of immigrants on the social-economical structure. This is due to the common speech that immigrants are the cause of unemployment among the local population, a discourse intensifying while employment is scarce. The studies analyzed conclude that immigrants do not give rise to it, but this discourse increases in times of crisis, until the economy will have readjusted itself.

Keywords: immigration; far-right; European Union.

Entre o rural e o urbano

Piauienses na citricultura paulista

*Lidiane M. Maciel **

Considerações iniciais

No município de Matão no Estado de São Paulo, durante os meses de junho e julho, período em que se inicia a safra da laranja, a cor local se modifica: é comum na periferia da cidade a circulação de ônibus com a denominação “Rurais”; o encarecimento dos aluguéis e demais produtos e, em toda a cidade – nos bares, supermercados, praças, igrejas e escolas –, escuta-se a seguinte fala: *Os Piauí estão chegando*¹...

Na década de 1990 o Estado de São Paulo vivenciou uma mudança significativa na distribuição de sua população. A Região Central do Estado de São Paulo tendeu a ganhar população advinda de pelos menos dois fluxos migratórios: o primeiro que partia sentido capital-interior e os que derivavam de outros estados brasileiros, como Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, etc. (BAENINGER, 1999).

Já na década de 2000 esses espaços sociais foram atingidos por novas dinâmicas migratórias, também descritas por Baeninger (2011); segundo a autora, no contexto da nova configuração produtiva “os fluxos mais volumosos e de longa distância são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas” (p.76). Haveria nesse contexto um aumento das áreas de “rotatividade migratória” nas quais as idas-e-vindas são mais constantes. Silva (2007) afirma que houve uma verdadeira modificação na cartografia migratória da Região Central e de Ribeirão Preto, com a entrada de população advinda dos estados do Maranhão e do Piauí, antes não tão perceptível na região que predominantemente recebia migrantes de Minas Gerais.

No que toca às mudanças econômicas e sociais que se processaram nesses espaços (BOURDIEU, 1989), os trabalhos realizados por Silva (1998, 2007), Novaes e Alves (2007), Scopinho, (2004), Maciel, (2012), ao mostrarem a condição de

* *Doutoranda em Sociologia – IFCH/Unicamp/SP*

vida e trabalho da população migrante na Região Central e de Ribeirão Preto, são representativos da nova dinâmica que atingiu o interior de São Paulo nas últimas décadas. Os autores mostram que o moderno e dinâmico agronegócio do Estado de São Paulo, ao criar um sólido mercado de trabalho temporário nessas regiões, modificou definitivamente suas estruturas econômicas e sociais.

É, então, nesse mercado de trabalhos rurais que se assalaria, temporariamente ou permanentemente, parte da população migrante residente nos municípios da Região Central e de Ribeirão Preto. No município de Matão, onde se encontra instalada uma importante empresa do ramo da citricultura, foi constatado, a partir de mapeamento realizado por Pereira et. al. (2012), um aumento significativo de famílias de trabalhadores rurais piauienses na colheita de laranja a partir do ano 2000.

Esse dado foi estudado em pesquisa de campo realizada nos municípios de Matão-SP e de Jaicós-PI. Entre março e julho de 2012 foram feitas cerca de 40 entrevistas, que seguiram a metodologia da história de vida. Nessas entrevistas constatamos que a situação de “temporalidade” desses trabalhadores lhes impunha uma dupla condição: Além de estarem submetidos cotidianamente ao mundo rural e ao urbano, por se assalariarem nas roças de laranja da região e morarem nas periferias urbanas, ainda estavam atrelados às suas terras deixadas sob o cuidado de outros familiares em comunidades agrícolas do município de Jaicós, ou de suas proximidades, no estado do Piauí.

O trabalho nos laranjais da Região Central do Estado de São Paulo garante, assim, a subsistência da família e a sua permanência na terra no local de origem. O estudo de Moraes et al. (2007), sobre a migração de piauienses da microrregião de Valença-PI, para o corte de cana-de-açúcar no Sudeste, já atestava que a migração, para algumas regiões do Piauí, passou a ser vista como parte do modo e meio de vida para sua população, ou seja, os múltiplos deslocamentos são tomados como uma estratégia de sobrevivência, ao passo que a produção de “aprovisionamento” (SAHLINS, 1970) não garante os mínimos vitais durante o período de secas.

A economia por provisionamento não gera necessariamente uma produção para o consumo, ela está também vinculada a um mercado de trocas econômicas, em que o interesse maior é pelo consumo de bens variados e em menor escala aparece o lucro derivado das trocas. O município de Jaicós é conhecido, localmente, por abrigar às segundas-feiras, uma grande feira que atrai comerciantes das cidades do entorno e dos interiores², para comprar e trocar produtos. Nesse dia, a praça central da Igreja de Nossa Senhora das Mercês adquire múltiplas cores, derivadas das lonas das barracas; delas emanam diferentes cheiros e por elas desfilam variados gostos. A movimentação de pessoas indo e vindo, com sacolas sempre a encher, é intensa, e é constante a circulação de caminhonetes – “pau-de-arara”, como denominam os moradores –, que levam e trazem população “dos interiores”.

Para essa população, desprovida dos mínimos vitais, diante das precárias condições de existência na origem; da terra insuficiente e pobre de recursos, quando não arrendada; dos “invernos fracos” e da falta de emprego e renda, a migração torna-se uma obrigatoriedade. Nesse aspecto,

ela pode ser entendida como uma verdadeira prática de expulsão (SINGER, 1976; SILVA, 1998).

Na Região Administrativa Central do Estado paulista, o município de Matão representa uma potencialidade no mercado de produção e processamento de cítricos (NEVES, 2010). Nesta cidade encontra-se instalada uma importante empresa do ramo que depende de mão de obra especializada e não especializada.



Feira da segunda em Jaicós – PI, 2012

Foto: Giovana G. Pereira

O setor brasileiro de cítricos, ao lado dos Estados Unidos, é responsável por 90% da produção de suco de laranja comercializado mundialmente. E o Estado de São Paulo é responsável por 80% da produção nacional, estando vinculado diretamente ao mercado internacional, gerando um montante de 1,5 bilhões a 2,5 bilhões de dólares anualmente (NEVES, 2010). É um setor que gera nessa região mais de 230 mil postos de trabalho diretos e indiretos, pois, diferentemente da produção de cana-de-açúcar que vem se mecanizando no Estado de São Paulo, por uma série de recomendações econômicas e ambientais, o setor de cítricos depende largamente de mão de obra pouco qualificada para a colheita dos frutos.

“Ir pro Matão” – condições de vida e trabalho na citricultura paulista

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o município de Matão possui 76 mil habitantes. Entre sua População em Idade Ativa, segundo nossa

pesquisa qualitativa, há uma recusa generalizada ao assalariamento na colheita de cítricos. Os matonenses, conforme declarado em muitas entrevistas, por considerarem o trabalho da colheita da laranja pouco digno e precário, deixariam a fruta apodrecer no pé, caso dependesse da sua mão de obra. É nesse contexto que anualmente abre-se uma quantidade significativa de postos de trabalho, os quais, em virtude de redes informais de contratação, são preenchidos via arrematação de trabalhadores do sudeste do Piauí.

O município de Jaicós, no sudeste do Piauí, na região de Picos, tem sido uma área de expulsão de população para a colheita de cítricos no Estado de São Paulo. Está localizado a 379 km da capital Teresina, e segundo o Censo Demográfico de 2010, possui uma população de aproximadamente 18 mil habitantes, em sua maioria jovens na faixa dos 14 - 30 anos. Cerca de 53% de sua população é composta por moradores das áreas consideradas rurais e praticam agricultura familiar.

Vários aspectos da vida social dos migrantes “permanentemente temporários” (SILVA, 2007) de Jaicós em Matão atestam a provisoriedade de suas estadas na cidade.

Esses migrantes, na maior parte das vezes, moram de maneira precária, em casas alugadas por moradores mais antigos que, frequentemente, são migrantes já estabelecidos na cidade. Esta é, por exemplo, a condição de seu João (60 anos), paraibano, que na época da entrevista estava preparando os fundos de sua casa para a chegada dos “*piauí*s”. Diferentemente dos migrantes que vêm para o corte manual da cana-de-açúcar, a empresa responsável pela colheita da laranja não oferece alojamento aos trabalhadores contratados.

Segundo informações da empresa de ônibus que realiza o transporte entre Jaicós e Matão, intensificado no período da safra da laranja, anualmente, mais de três mil trabalhadores da região sudeste do Piauí migram para Matão ou para a região em busca de emprego e renda. Como citado em algumas entrevistas qualitativas, realizadas tanto em Jaicós-PI, quanto em Matão-SP, trata-se de trabalhadores e trabalhadoras que dificilmente pretendem se estabelecer definitivamente no interior paulista, mas visualizam em São Paulo oportunidades não oferecidas em suas regiões.

Assim, as idas e vindas se condicionam pela possibilidade aberta de “melhorar de vida” nos locais de origem, seja através da abertura de um poço em suas terras, para que consigam produzir nas épocas em que não há “inverno”³, seja para “ajuntar” dinheiro e comprar uma moto para si ou para os filhos se deslocarem do “interior” para a cidade. O transporte entre o “interior” e a cidade é feito em carros, motos, mas essencialmente através de caminhões. A transformação do migrante “permanentemente temporário” em migrante permanente ocorre quando adquire uma casa no destino, por exemplo. Entre os migrantes do Piauí é possível encontrar famílias que já vivem em Matão há 30 anos.

Entre Matão e Jaicós há um enorme mercado de bens materiais e simbólicos, animado pela migração. Na maior parte das vezes o financiamento da migração

é realizado por benefícios governamentais, pelos empréstimos entre familiares, pela venda de objetos pessoais e produtos agrícolas. Para a viagem, há pelo menos duas empresas de ônibus que fazem o trajeto entre as duas localidades. Na cidade de Matão, quando os migrantes chegam, o mercado imobiliário é inflacionado, fazendo com que muitos deles passem a habitar casas bastante precárias, sem o devido saneamento. Os proprietários cobram por família ou por pessoa – por “cabeça” – e lucram de maneira exorbitante no período da safra.

Para muitos moradores dos interiores de Jaicós, migrar quando não há “inverno” – período sem chuvas – é um fato social que atinge os pequenos agricultores e envolve boa parte das famílias, pois elas possuem pelo menos um membro migrado, ou que já migrou. As principais culturas produzidas por essa população estão vinculadas com a agricultura de subsistência e/ou de aprovisionamento (SAHLINS, 1970). Muitos trabalhadores rurais não são donos das terras nas quais plantam, assim sendo, arrendam terras de outros proprietários. A produtividade gera pouco excedente, pois eles estão localizados nas piores terras do município e ressentem-se da falta de políticas públicas direcionadas à produção nas pequenas propriedades.

Entre os meses de novembro e janeiro, os agricultores cultivam, ao redor de suas casas, feijão de diversas variedades, mandioca e frutas, como o caju. O trabalho realizado na propriedade é familiar, são os membros da família os responsáveis pelo plantio, colheita e comercialização dos produtos. São as mulheres, os filhos e outros familiares não migrados os responsáveis pela colheita que ocorre nos meses em que muitos trabalhadores já estão na safra da laranja no estado de São Paulo.

Em Matão, esses trabalhadores são contratados para a colheita de cítricos que ocorre entre os meses de junho e dezembro; a contratação se dá através de duas etapas: a) o *agenciamento informal*: este ocorre através das redes sociais nas quais os migrantes estão inseridos; muitas vezes, quando eles descem do ônibus na “*rodoviária dos piauí*” – um bar no município de Matão – já são abordados pelos turmeiros da cidade e muitos já se comprometem a trabalhar na sua turma. b) a *formalização da relação de trabalho pela empresa responsável*: Nesse caso é o turmeiro quem leva os trabalhadores para a realização da entrevista e exames médicos.

O trabalho na colheita requer bastante agilidade física para executar as atividades, por isso o perfil desses migrantes é bastante jovem. Segundo dados da RAIS (Relação Anual de Indicadores Sociais, do Ministério do Trabalho) para o ano de 2010 (RAIS)⁴, o perfil dos trabalhadores da laranja devidamente contratados nas cidades de interesse, era constituído por homens, na faixa de 30 a 49 anos de idade, com ensino fundamental incompleto; cerca da metade desses trabalhadores ganhava, em média, de um salário mínimo e meio a dois salários mínimos (MACIEL, 2012)⁵.

A partir da comparação dos dados da RAIS, com os dados obtidos no trabalho de campo, observamos, ainda, que esses trabalhadores, quando não estão na



Matão - SP, 2012

Foto: Lidiane Maciel

safrá da laranja, encontram-se em seus roçados no nordeste brasileiro. Porém, lá não contam com salários. Por isso, recursos como os do Programa Bolsa Família e das aposentadorias rurais são os que, de alguma forma, movimentam o mercado consumidor de cidades como Jaicós, aos quais se somam os recursos advindos das estratégias econômicas derivadas da migração.

Alguns trabalhadores enfatizam que, na colheita de laranja, abre-se a possibilidade de ganhos maiores, pois o que conta é a produtividade. Assim, há uma valorização entre os trabalhadores dessa ocupação em relação a outras.

O ritmo da jornada de trabalho é imposto pela produtividade. Um trabalhador deve colher cerca de cem caixas de laranja por dia para garantir um salário mínimo. É comum o trabalho ser realizado por casais que vêm com a família inteira, porém, no ano de 2012, no município de Matão houve uma piora significativa nas condições de moradia desses migrantes, pois os proprietários de imóveis passaram a recusar-se a alugar casas para famílias com crianças. Este aspecto fez com que muitas famílias sofressem rearranjos temporários. Algumas mães passaram a deixar seus filhos pequenos sob a tutela da avó, geralmente materna, ou com filhos mais velhos, como no caso de Rosa, 33 anos, que os deixou aos cuidados de uma menina de apenas 13 anos.

Em virtude das longas jornadas de trabalho em contato com vários defensivos agrícolas; do precário acesso ao sistema de saúde no município tanto de origem quanto de destino; das condições precárias de moradia e de uma alimentação inadequada, muitos trabalhadores migrantes adoecem no início da safra e são obrigados a retornar às suas cidades de origem.

Como visto na pesquisa qualitativa, no ano de 2012, houve um pânico generalizado no município de Jaicós, ocasionado pela morte de três trabalhadores rurais, retornados da safra da laranja na cidade de Matão no ano de 2011. Alguns agentes de saúde e outros trabalhadores, entrevistados por nós, que acompanharam as ocorrências, alertaram sobre o uso indiscriminado de defensivos agrícolas e as precárias condições de vida e trabalho enfrentadas pelos migrantes de Jaicós durante a safra. Mesmo as mortes não tendo sido devidamente investigadas, os trabalhadores afirmam em entrevista que os médicos constataram que os pulmões e rins dos trabalhadores que foram a óbito estavam comprometidos devido a possível envenenamento. Assim sendo, alguns pequenos agricultores foram desencorajados pelos médicos a partirem para a safra de 2012, como no caso do marido de Edneide, 33 anos, entrevistada no Centro de Referência de Assistência Social de Jaicós em julho de 2012. Em seu relato ela nos conta que o medo era dele morrer durante a safra, já que seu pulmão estava “fraco”.

Do lado dos patrões – as empresas – há acusação de que os trabalhadores negligenciam o uso dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual), e por isso há contaminação e acidentes sofridos. Já os trabalhadores argumentam que pelo fato da empresa oferecer equipamentos padronizados, os mesmos, frequentemente, não se ajustam a seus corpos individualizados.

O fungicida *Carbendazim*, utilizado no combate às pragas que assolam as plantações de cítricos, encontra-se sob investigação por várias agências internacionais. A OMS (Organização Mundial da Saúde), por exemplo, considera que sua ingestão em altas doses pode oferecer riscos à saúde do consumidor do suco de laranja. Do lado clínico, já existem, inclusive, estudos que comprovam a mutação celular ocasionada pelo contato e ingestão desse defensivo agrícola.

No entanto, no debate sobre o uso do polêmico defensivo pelos produtores, que barrou as exportações do suco de laranja brasileiro para os Estados Unidos em 2012, veiculado em diversos meios de comunicação, em nenhum momento os riscos à saúde do trabalhador rural da colheita, que cotidianamente está exposto a esse defensivo e diversos outros, foram considerados.

Nas entrevistas foi possível observar que entre os trabalhadores rurais há um consenso que muitas vezes colhem a laranja em meio à dispersão de vários fungicidas e outros pesticidas. Eles reconhecem que há “veneno” na colheita, pelo cheiro que inalam diariamente e os resíduos que ficam nas roupas durante o período em que se encontram no pomar. Ainda, segundo os trabalhadores, o odor deixado pelo veneno é intensificado quando eles durante os dias de chuva se molham. Mesmo utilizando luvas e sapatos, as mãos e pés dos trabalhadores apresentam um aspecto sempre amarelado e com muitas erupções e rachaduras.

Porém, mesmo considerando as condições precárias desses trabalhadores, é a atuação como assalariados rurais, em cidades como Matão, que permite

a reprodução de suas famílias nos locais de origem, e é através dos ganhos no trabalho da colheita da laranja, e da própria migração, que lhes é possível incrementar a produção agrícola em seus roçados e até mesmo comprar uma propriedade e construir uma casa. O retorno no mês de dezembro, após a safra de cítricos na cidade de Matão, reanima a comunidade ou os “interiores” deixados.

Em Jaicós, no Piauí, a ideia mais geral sobre os migrantes que vão para Matão no estado de São Paulo, ou para outras cidades, é que eles “*vivem de mundo*”. Alguns entrevistados, como Cecília (45 anos), senhor José (66 anos), e Maria do Socorro (56 anos) reforçam a noção de que são sobreviventes do processo de expropriação socioeconômica que a comunidade vive, pois nunca precisaram “viver de mundo”.

O mundo, no caso, é o “desconhecido”, e a migração tem um sentido simbólico-ritual que reintegra os sujeitos migrados às suas sociedades de origem com status diferenciado daquele de quando o sujeito saiu, como já enfatizava Woortmann (1990).

No processo migratório desses trabalhadores, o retorno é um elemento constitutivo da identidade de suas comunidades rurais. O retorno com sucesso é medido a partir dos ganhos sociais e econômicos auferidos pela migração, assim constitui uma obrigatoriedade (SAYAD, 2000), na qual a migração é para os trabalhadores rurais uma possibilidade emancipatória de suas precárias condições de vida na origem. Em alguns casos, como de Maria do Socorro (56 anos), Maria das dores (65 anos) e tantas outras mães entrevistadas que possuem filhos migrados que ainda não voltaram, é como se eles estivessem no limbo, em uma situação intermediária. Muitas mães relatam que seus filhos não podem voltar antes de obterem o objetivo pré-estabelecido, que no caso articula, necessariamente, a dimensão do sucesso.

Assim, já caminhando para as considerações finais, podemos dizer que o que aprendemos com os migrantes de Jaicós em Matão é que, “uma pessoa ou família *ausente* de sua terra natal e *presente* em outra região representa mais do que um simples deslocamento, pois, de fato, o que se opera é a transfiguração de um evento vital em um significado particular na estrutura social na qual se insere a pessoa ou grupo familiar” (FAZITO, 2010, p.90).

O retorno movimenta tanto a comunidade de “origem”, quanto a chegada movimenta a cidade de “destino”. Assim, o fenômeno migratório é responsável pela redefinição dos papéis sociais – daqueles que vão e daqueles que ficam –, reorganizando os espaços de vida (COURGEAU, 1988), e as próprias identidades sociais dos sujeitos. Estar em determinadas épocas do ano em Matão, e em outras em Jaicós, faz parte da condição de existência de muitas famílias, que constroem seus discursos ora positivando a estada em Matão e negatizando a condição social de seu município, ora integrando os dois espaços em um mesmo mosaico de interações sociais.

Considerações finais

A reflexão sobre o processo migratório de trabalhadores rurais do sudeste do Piauí para os laranjais paulistas deve ser considerada dentro do quadro de transformações sociais e econômicas por que passou a agricultura paulista nos últimos quarenta anos. A circulação de trabalhadores entre universos rurais distintos e os diversos modos de ser do urbano, é um aspecto relevante na constituição de processos sociais de identidades. A migração aparece para esses trabalhadores como alternativa no processo de construção de suas histórias de vida familiares, frente ao descaso com que suas regiões são tratadas pelo poder político local. A migração – vinculada à expulsão – como mencionado por Pe. Alfredo J. Gonçalves, do Serviço Pastoral do Migrante, em diversas intervenções, textuais e não textuais, é um sinal dos tempos. Representa um alerta frente ao tipo de escolhas econômicas que têm sido feitas durante as últimas décadas. Assim, os estudos dos processos migratórios são importantes, pois revelam muito mais do que o simples deslocamento de pessoas à procura de emprego e renda, eles nos colocam diante dos novos desafios a serem enfrentados na contemporaneidade.

Notas

1 - Este trabalho faz parte do “Projeto Temático FAPESP: Observatório das migrações no Estado de São Paulo” coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger. A pesquisa de campo sobre os piauienses na Região Central do Estado São Paulo conta com a participação da aluna de Iniciação Científica Giovana Pereira Gonçalves.

2 - A noção de interior engloba para os jaiçoenses do semiárido piauiense as áreas rurais do município, o qual possui 18.035 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 865,140 Km², cuja densidade demográfica é de apenas 20,85 hab/km².

3 - Os trabalhadores rurais de Jaicós, migrantes, chamam o período de chuvas de inverno. No período que engloba o final de 2011 e início de 2012 “ainda não teve inverno”, como expresso em muitas falas, o período foi de seca constante.

4 - Agradecemos a Silvana Queiroz pelo apoio oferecido à pesquisa no que diz respeito à tabulação dos dados da RAIS.

5 - O Salário mínimo, no ano de 2012, equivalia a R\$ 622,00.

Referências

- BAENINGER, R. A. *Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil, 1980-1996*. Campinas. Tese (Doutorado), Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.
- BAENINGER, R. A. Migração, Migrações. In: *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*. Campinas. Julho de 2011.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- COURGÉAU, D. *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale*. Migration internes, mobilité temporaire, navette. Paris: Éditions de l’institut national d’études démographiques, 1988.
- FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. 2010.
- MACIEL, L. M. *O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Campinas-SP: IFCH/Unicamp, 2012.

- MORAES, M.; FRAZÃO, F; JÚNIOR, T. R. Andando pelo mundo. Significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C. (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.
- NEVES, M. F. et al. (coords.) *O Retrato da Citricultura Brasileira*. Ribeirão Preto/SP: CitrusBR, 2010.
- NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C. (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2007.
- PEREIRA, G. G.; PEREIRA, O. G.. Políticas Sociais e Migração Interna: Um Estudo sobre a Terra da Saudade. In: *Anais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, São Carlos, 2012, p. 56-56.
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo, ano XIII, número especial, jan. 2000.
- SCOPIHO, R. A. Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* (USP), São Paulo - SP, v. 7, p. 11-29, 2004.
- SHALINS, M. *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SILVA, M. A. de M. *Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas*. V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento. PREAC, Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação – FE, Campinas, 2007.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., [1976] 1988.
- WOORTMANN, K. Com parente não se “neguceia”. O campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico/87*. Brasília: Ed. da UnB, 1990.

Bancos de dados citados:

- CENSO DEMOGRÁFICO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010
- RAIS – Relação Anual de Indicadores Sociais. Ministério do Trabalho. 2010.

RESUMO

O artigo aborda as questões derivadas do processo migratório de famílias de pequenos agricultores do semiárido nordestino para o trabalho na citricultura paulista. Toma como campo de estudo os municípios de Matão, na região central do estado de São Paulo, e Jaicós, no sudeste piauiense. As reflexões surgem do trabalho de campo realizado de março a julho de 2012 e atentam para as condições de vida dessa população sujeita a idas e vindas desencadeadas pelo processo migratório, ocasionado por sua situação de pobreza.

Palavras-chave: migração temporária; piauienses; citricultura.

ABSTRACT

The article addresses questions derived from the migration of families of small-scale farmers from northeastern Brazil working in citriculture in the State of São Paulo. Take as Field of study the city of Matão, in the Central Region of São Paulo State, and Jaicós, in the southeastern of Piauí State. The reflections arise from fieldwork conducted from March to July of 2012 and pay attention to the living conditions of this population, being subject to the unleashing effects caused by their migration and their poverty.

Keywords: migration; piauienses; citriculture.

Sociedade Beneficente Brasil Unido

Entidade de amparo ao migrante nordestino em São Caetano do Sul

*Cristina Toledo de Carvalho**

Embora com finalidades distintas das instituídas na época de sua fundação, em 2 de julho de 1950, a Sociedade Beneficente Brasil Unido continua em atividade, no município de São Caetano do Sul, no Grande ABC paulista. Se hoje a entidade atua, prioritariamente, como uma associação recreativa, que coloca à disposição de seus sócios e demais interessados seu salão de festas para eventos e comemorações de datas especiais, no passado, suas ações consistiam, basicamente, na promoção de iniciativas de amparo ao migrante nordestino¹.

Surgida no contexto dos intensos processos de urbanização e industrialização da cidade e região, a Brasil Unido foi fruto das articulações de um grupo formado, predominantemente, por nordestinos que usufruíam de uma boa situação socioeconômica em São Caetano. Bem integrados na sociedade local, tal grupo se firmou como uma referência para os migrantes que chegavam ao município sem condições mínimas de inserção social, em virtude, principalmente, de sua baixa ou nenhuma escolaridade, da falta de documentos e de dinheiro. A existência de todos esses problemas foi a tônica da criação e da atuação da entidade.

Alguns dias antes de sua fundação, o grupo que lançou a proposta do amparo aos nordestinos instalados em território sul-sancaetanense, divulgou, por meio de um panfleto distribuído na cidade, datado de 27 de junho de 1950, seus objetivos quanto à prestação de auxílios aos migrantes:

Caro conterrâneo: Desde que chegamos às plagas da Paulicéa, foi sempre a nossa maior preocupação patriótica

* *Mestre em História Social pela PUC/SP e historiadora da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul.*

proporcionar a todos os nortistas, que aqui residem ou venham em busca de trabalho, uma assistência moral e material. Daí nasceu a idéia de fundarmos um núcleo que, congregando-nos indistintamente, pudesse preencher as falhas, ainda existentes, que tantas dificuldades causam aos recém-chegados, principalmente (1950a)².

A força da presença nordestina e os problemas de um município recém-criado: cenário propício à atuação da Brasil Unido

Com a divulgação de tal proposta, o primeiro passo havia sido dado. A ideia daquele grupo mentor, que era constituído por 13 nordestinos³, foi a semente que originaria a Sociedade Beneficente Brasil Unido. Assim, com a institucionalização da proposta de amparo, seria possível tomar providências mais articuladamente, visto que os problemas levados ao conhecimento da entidade passariam a ser tratados não de forma isolada, mas sim a partir de um aparato institucional que orientaria e agilizaria os procedimentos ou caminhos a serem seguidos na busca por medidas que pudessem resolvê-los ou, no mínimo, amenizá-los. A proposta de congregação nordestina encaminhada por aquele grupo, ao se converter na criação de uma entidade de amparo, evidencia a presença maciça de nordestinos nos quatro cantos de São Caetano do Sul e também a dimensão de suas necessidades e demandas.

O episódio do aparecimento de uma entidade como a Brasil Unido, por si só, já se põe como uma constatação plausível da força nordestina junto ao montante da população de São Caetano do Sul, naquele início dos anos 1950. Mesmo não tendo sido possível encontrar índices ou estatísticas que pudessem informar, de modo preciso, a porcentagem de moradores provenientes do Nordeste estabelecidos no município, registros que fazem referência ao assunto apontam que eles estavam em grande número, na cidade. O jornalista e memorialista da região do Grande ABC, Ademir Medici, assegura que, em certos bairros do município, a presença nordestina se sobressaiu, como, por exemplo, no Bairro Nova Gerty, que, na sua concepção,

[...] representa a nova São Caetano e a síntese do processo migratório experimentado pela região do ABC, a partir da expansão industrial da era da produção de automóveis, da década de 1950 para cá. O bairro nasce migrante, com uma multiplicidade de loteamentos urbanos rasgados numa área que, em séculos passados, abrigou sítios e fazendas e que, a partir do final do século XIX, recebeu lotes coloniais destinados a imigrantes europeus (1993, p. 455).

O fato de o Bairro Nova Gerty ter concentrado grande número de nordestinos, assim como o Bairro São José, não significa que as demais regiões da cidade não tenham apresentado, entre os seus habitantes, grupos oriundos do Nordeste.

Pelo contrário. Em matéria publicada na edição de 18 de dezembro de 1954 do *Jornal de São Caetano*, o médico Manoel Gutierrez Durán fez uma análise acerca do perfil dos atendidos pelo Pronto Socorro Municipal, cujas atividades tinham se iniciado há apenas três meses, quando da publicação da aludida matéria. As considerações feitas por ele apontam o quão maciça era a presença nordestina em São Caetano do Sul, na década de 1950:

Si São Paulo é a ‘cidade que mais cresce no mundo’, S. Caetano do Sul é o município de maior aumento vegetativo no Continente. Poucas cidades haverá, talvez, no Universo, que apresentem um crescimento demográfico de tal forma impressionante; não devido ao crescimento normal de sua população estável, mas, e principalmente, às levas imensas, de retirantes que, dia-a-dia, chegam ao ‘Príncipe dos Municípios’. Já o dissemos uma vez e o reafirmamos aqui: não há nada como um Pronto Socorro para se medir a intensidade dos movimentos sociais especialmente das camadas menos favorecidas. Em 3 meses de serviço: atendemos a mais de 1.800 consultas. Pois bem: cerca de 75% era gente do Nordeste. [...] O Pronto Socorro, algumas manhãs, nem parece uma repartição de S. Caetano do Sul – Estado de São Paulo – parece um Pronto Socorro de Garanhuns, Caruarú, Alagoa de Baião ou Palmeira dos Índios (1954, 1ª página).

A transformação de São Caetano numa cidade de perfil essencialmente industrial reforça a matéria acima, na medida em que explica a alta porcentagem de nordestinos. Para acompanhar o crescimento demográfico verificado durante a primeira metade do decênio de 1950, para o qual a chegada de novas levas de migrantes nordestinos contribuiu imensamente, os loteamentos antigos da cidade precisaram sofrer sucessivos retalhamentos até, pelos menos, o final da década de 1960. Em decorrência disso, houve um aumento da oferta de lotes populares, o que acabou facilitando a entrada de migrantes nordestinos em diversas áreas do município. Esse quadro respalda, assim, a afirmação do baiano Raimundo da Cunha Leite, um dos fundadores e antigos diretores da Brasil Unido, segundo a qual, aproximadamente 50% da comunidade de São Caetano do Sul era representada por seus conterrâneos, “em especial na nascente Vila Gerty”, no início da década de 1950 (2002, p. 53).

Reforçam ainda as estimativas todas as marcas e sinais deixados por esse povo no tecido urbano local, como, por exemplo, os resultantes de suas trajetórias e inserção no próprio mercado de trabalho de São Caetano. Na medida em que as dificuldades iam surgindo, no processo de instalação dos migrantes em seu novo espaço de moradia e vivências, a necessidade do amparo tornava-se mais latente. Esse quadro ficaria ainda mais problemático em face das conjunturas históricas vigentes na localidade, no início dos anos 1950. Problemas ligados à

infraestrutura urbana e a outros aspectos básicos do viver na cidade, como os relativos aos segmentos da saúde pública e da assistência social, originariam um cenário propício à atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido.

Quando da sua criação, em 1950, São Caetano era apenas um recém-município, visto que sua autonomia política em relação a Santo André havia sido conquistada, por força do plebiscito de 24 de outubro de 1948, após intensa campanha junto à sociedade local. Por força dessa situação, a resolução de questões de infraestrutura urbana era o grande desafio que se impunha ao Poder Executivo local.

De acordo com os resultados do censo realizado em 1950, dos 65 municípios paulistas criados pela Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, o de maior densidade demográfica era São Caetano do Sul, com 60.200 habitantes. Comparando-se com os números apresentados por municípios antigos e já tradicionais, como Araçatuba, Guaratinguetá, Pinhal, Lorena, Caçapava, dentre outros, São Caetano colocou-se à frente, com uma vantagem significativa (NUZZI FILHO, 1951, p. 3).

Com uma alta densidade demográfica, o município não tardaria a apresentar grande déficit em sua infraestrutura urbana, cujas demandas, muitas vezes, eram veiculadas em tom de denúncia e cobrança pela imprensa local. Os problemas mais comuns eram relativos à deficiente distribuição de água e energia elétrica, ao estado de abandono das vias públicas, dentre as quais muitas não tinham recebido sequer calçamento, e à precária situação da rede de esgoto.

No início de 1951, o *Jornal de São Caetano*, ao publicar matérias que revelavam esse estado de coisas, colocava-se na qualidade de porta-voz dos interesses sul-sancaetanenses. Em uma dessas matérias, em janeiro daquele ano, o articulista Theophilo de Souza Carvalho teceu críticas à Administração Pública Municipal, apontando os melhoramentos prioritários para a população. Suas considerações fornecem um panorama acerca da realidade do município, pouco mais de dois anos após sua emancipação política em relação a Santo André:

À medida que os dias correm, as necessidades locais começam a fazer ponto saliente na cidade e é mister, por isso, que os poderes públicos se movam no sentido de atender aos justos reclamos da população. [...] Muita gente acha que ainda é cêdo para termos tudo quanto é necessário à vida regular de um município como o nosso, onde quase tudo está ainda por fazer. Entretanto, há certos melhoramentos que estão na pauta da urgência para serem atacados. Isto sem falar na rêde de água e esgotos, no calçamento da cidade, no aumento da iluminação pública [...]. Já tivemos em certa ocasião oportunidade de escrever alguns comentários a respeito da falta de defesa para a cidade. [...] defesa, também, contra os possíveis surtos de epidemias capazes de surgirem de uma hora para outra,

em vista do estado pouco lisonjeiro em que se encontra a higiene da cidade [...] (1951, última página).

A questão da higiene pública era, de fato, alarmante, em São Caetano. A matéria *Olhai os bairros, senhores*, publicada na *Folha do Povo*, jornal cuja circulação era de uma abrangência maior, visto que circulava em Santo André, São Bernardo e na própria cidade de São Caetano, abordou o assunto, destacando três bairros do município em que o problema estava mais notório. Vale lembrar que dois deles, Vila Gerty e Vila São José, apresentavam, entre os seus moradores, um grande número de nordestinos:

“Os bairros proletários desta cidade poucos benefícios gozam dos poderes públicos. Para não citarmos todos, citemos Vila São José, Vila Gerti e Vila Barcelona. Esses bairros são lembrados apenas pelos políticos em vésperas de eleições, porque no demais, neles tudo são abandono e sujeira.” (TOLEDO, 1953, última página).

As más condições de higiene, aliadas ao incipiente serviço municipal de limpeza, deixavam os moradores de São Caetano, sobretudo os de baixa renda, expostos a doenças e a epidemias, o que era extremamente preocupante, uma vez que a cidade ainda não contava com serviços médico-hospitalares na época da publicação das duas matérias citadas acima. Somente em 1954 seria criada a Diretoria de Assistência Social e, com ela, a prestação de serviços médicos gratuitos aos munícipes.

Diante do que foi exposto, é possível ponderar que a realidade de São Caetano do Sul era propícia ao associativismo de cunho assistencial, como uma forma de suprir as lacunas que não tinham sido ainda preenchidas pela Administração Pública Municipal. Não foi à toa que o início da década de 1950 marcou o surgimento, na cidade, de entidades beneficentes, como a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância (Apami) e o Rotary Clube, além, é claro, da Brasil Unido.

Os problemas decorrentes da falta de estrutura urbana adquiriam uma dimensão ainda maior em relação ao migrante nordestino. As condições sob as quais este chegava à cidade já eram caóticas, e, quando estabelecido, ele acabava enfrentando inúmeros outros obstáculos, como os relativos às dificuldades para obtenção de emprego, por conta de sua baixa ou nenhuma escolaridade. Tal situação, reforçada também pelo fato de, muitas vezes, o migrante não apresentar os documentos imprescindíveis ao ingresso nas empresas, desencadeava outros problemas, como um círculo vicioso: desemprego, falta de dinheiro e comprometimento das condições de vida, como má alimentação e saúde debilitada. E para agravar, a esta somava-se a ausência de assistência médica gratuita na cidade, pelo menos até 1954.

Raimundo da Cunha Leite, mais uma vez, fornece um relato precioso. Ao recordar a situação dos nordestinos recém-chegados a São Caetano do Sul, expõe, taxativamente: “Faltava-lhes tudo, desde documentos a um lugar para

se abrigar, terminando, via de regra, embaixo dos viadutos” (2002, p. 55). Essa questão, aliada à do quadro conjuntural do município, torna compreensível o surgimento da Sociedade Beneficente Brasil Unido. A conjugação de todos esses fatores deu origem a um cenário propício à sua atuação. Os meios que pautariam suas iniciativas ganhariam sentido em face das conjunturas históricas, que, assim, funcionariam como elementos ressonantes da atuação da entidade.

Mutualismo e filantropia: as duas faces do amparo promovido pela entidade

Diante das muitas carências, as associações beneficentes, por meio de suas ações, buscavam prestar auxílio, principalmente de natureza material, à parcela da população que mais se ressentia da falta de infraestrutura urbana e de serviços na localidade.

Com a Brasil Unido não foi diferente. Sua finalidade precípua consistia no amparo ao migrante nordestino. E este não precisava ser associado à entidade para receber auxílios. Os benefícios prestados aos não associados configuravam práticas filantrópicas, as quais, conforme Ronaldo Pereira de Jesus, “[...] visavam oferecer socorro aos necessitados sem que da parte destes houvesse contrapartida financeira” (2007, sem paginação).

Na concepção de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, a relação social decorrente da filantropia “tende a ter um trajeto verticalizado, no qual o doador estabelece com o receptor uma hierarquia, cujo tom, à revelia das intenções ou motivações, será o do poder de quem doa sobre quem recebe. Nessa situação, o receptor se encontrará submetido ao doador, mesmo que este último não se utilize da relação em seu próprio proveito” (2009, p. 293).

Por outro lado, nas práticas mutualistas, observava-se a tal da contrapartida financeira, garantidora de benefícios resultantes de situações adversas, como nos casos de desemprego, doença ou morte. As ações dessa natureza pressupõem “relações de reciprocidade que tendem a ser mais balanceadas. Todos contribuem e todos recebem a contribuição. Realçam o *ethos* da obrigação mútua e a responsabilidade coletiva pelo bem-estar dos outros. Nesse contexto as relações tendem a ser mais horizontalizadas, e as hierarquias, menos definidas. A dependência persiste, mas assume um caráter mútuo” (VISCARDI, 2009, p. 293).

Vale notar que, se as iniciativas de cunho filantrópico da Brasil Unido destinavam-se a migrantes não associados a ela, as de caráter mutualista estavam voltadas aos membros de seu quadro associativo. Embora a cúpula dirigente da entidade tenha atribuído duas orientações distintas à promoção do amparo, tanto a filantropia quanto o mutualismo foram as vias eleitas para o enfrentamento das conjunturas históricas. Ambas podem, nesse sentido, ser concebidas como estratégias de sobrevivência e de fortalecimento do grupo que presidiu os trabalhos iniciais da Brasil Unido. Para Michel de Certeau,

A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do querer e do poder próprios (1994, p. 99).

Partindo dessas ponderações, a Sociedade Beneficente Brasil Unido pode ser concebida como o lugar por meio do qual os seus dirigentes instituíram e articularam, estrategicamente, ações mutualistas e filantrópicas, tendo em vista uma exterioridade, representada, no caso, pela sociedade de São Caetano do Sul.

Apesar das distintas circunstâncias, contextos e cenários históricos em que apareceram e atuaram, as associações de mútuo socorro eram pautadas por iniciativas que visavam, primordialmente, à concessão de amparo e proteção aos seus afiliados. Em vista disso, o associativismo praticado e fomentado sob a bandeira do mutualismo pode ser interpretado e compreendido enquanto um sinalizador de adversidades e problemas verificados em um determinado tempo e espaço. Os obstáculos encontrados por um grupo ou categoria social, em seu correspondente raio, segmento ou âmbito de relações, foram a mola propulsora do mutualismo, a sua razão de ser.

O quadro conjuntural adverso de São Caetano do Sul contribuiu para a instituição de uma orientação mutualista, por parte da Brasil Unido, na promoção do amparo ao migrante. Embora a referida orientação tenha sido implantada em um momento considerado pelos estudiosos do assunto como sendo de recuo e esvaziamento das entidades mutuais, em razão da vigência de um Estado gerenciador de uma política previdenciária voltada para a seguridade social, a permanência de práticas mutualistas era de extrema importância, ainda mais se levadas em conta as constantes denúncias relativas à inoperância e ineficiência daquela política. Somadas a isso, se encontram as questões não só de caráter material, mas também as de fundo humano e moral, dentre elas, as ligadas à disseminação de práticas preconceituosas contra os nordestinos.

Diante dessa convergência conjuntural, torna-se compreensível e justificável a instituição, por parte dos primeiros dirigentes da Brasil Unido, do seguinte objetivo, expresso pelo item 3º do artigo 1º de seus estatutos: “Auxiliar, moral e materialmente, os seus associados” (1950, p. 1). Entre as motivações dos auxílios morais proporcionados pela entidade, estava o preconceito sofrido pelos migrantes.

Conforme endossa o baiano Cunha Leite, os nordestinos instalados na cidade “defrontaram-se com situações constrangedoras. Falta de moradia e dificuldades na obtenção de emprego foram alguns dos problemas, não apenas pela baixa

qualificação, mas também devido ao preconceito. Tudo isso levava aquela gente a um verdadeiro estado de miserabilidade” (2000, p. 68).

Se, por um lado, o amparo moral era deflagrado pela observância de questões atreladas à existência de preconceito em relação aos nordestinos, o amparo material fazia-se necessário frente a situações de doença de sócios da entidade e de morte destes. Nos casos de doença, a Brasil Unido reservava ao seu associado o direito de receber, semanalmente, uma pensão e uma visita médica, desde que ele se encontrasse impossibilitado de trabalhar a juízo de médico da Sociedade. Dentre os registros de práticas mutualistas lançados no Livro de Beneficências da entidade, entre os anos de 1951 e 1954, a maior parte deles refere-se a auxílios monetários por doença, conforme o destacado abaixo:

“São Caetano do Sul, 30 de Janeiro de 1952.

Nesta data, a Sociedade Beneficente Brasil Unido, prestou auxílio ao seu socio João Belarmino de Souza, ordenando e pagando uma visita medica feita pelo Dr. Oseas Fialho, de acordo com o artigo 9, itens 1 e 2 dos seus Estatutos” (1952, p. 11; 1950b, p. 3-4).

Quanto aos casos de morte de membros de seu quadro associativo, a Brasil Unido garantia aos seus familiares o recebimento do auxílio funeral, previsto pelo artigo 17 da primeira versão de seu regimento estatutário, e também a instituição de pecúlio, nos termos do artigo 18 de tal regimento. Preceituava ele que só recebia o referido benefício o sócio admitido acima de 90 dias pela entidade. O valor do pecúlio era fixado de acordo com o número de sócios existentes. A eles cabia o pagamento de um sinistro na importância de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por óbito ocorrido. O prazo estabelecido para tal era de 30 dias, a contar da data do falecimento do associado, de acordo com o que dispunha o artigo 19 dos estatutos da Brasil Unido (1950, p. 6-7).

Além dos benefícios destacados acima, os quais eram tradicionalmente assegurados pelas associações de mútuo socorro, de uma forma geral, outros foram ainda concedidos pela Brasil Unido, firmando-se como garantias peculiares ao mutualismo praticado por ela, como, por exemplo, as concessões de empréstimos financeiros e o encaminhamento de cartas de referência a empresas da região para sócios que buscavam colocação no mercado de trabalho.

No que concerne à filantropia, a outra face do amparo proposto pela Sociedade Brasil Unido, cumpre salientar que ela também ganha sentido em face das conjunturas e condições históricas verificadas no município de São Caetano do Sul. Como ocorria com as práticas mutualistas, as relações desencadeadas pelas iniciativas filantrópicas também evidenciavam as diferenças existentes entre os dirigentes e os migrantes nordestinos recém-chegados à cidade. Contudo, tais diferenças não eram motivadas e alimentadas pelo vínculo associativo que unia os sócios da Brasil Unido em torno de sua cúpula. No caso da filantropia, o amparo não dependia de uma ligação formal ou oficial do migrante com a entidade. Portanto, os benefícios destinavam-se a ele diretamente, sem a mediação das garantias advindas do associativismo, as quais, para serem usufruídas, exigiam

o pagamento de mensalidades por parte dos membros da entidade. Em outras palavras, os destinatários de suas práticas filantrópicas não precisavam dispor de nenhuma quantia para o usufruto delas.

Embora a execução da filantropia não estivesse inserida nas formalidades típicas do associativismo, os mecanismos de poder que ela compreendia eram tão incisivos quanto os inerentes ao mutualismo, pois também eles atuavam no sentido do reforço do *status* e das diferenças entre os que doavam e os que recebiam.

As práticas filantrópicas da Brasil Unido são indicativas da realidade dos migrantes nordestinos, a qual, em razão de ser revestida por problemas, dificuldades, carências e precariedades, já os colocava numa situação de adesão frente às ações dos dirigentes da entidade. Estes, por força de uma condição socioeconômica favorável, apresentavam-se em plenas condições não só de comandar os rumos da associação, mas também de gerir a distribuição da filantropia.

O gerenciamento das práticas filantrópicas fazia emergir dois mundos bastante distintos: o dos membros da direção da Brasil Unido, dotado de projeção social e material, e o dos recém-chegados do Nordeste, desprovido das condições mínimas necessárias à sua inserção na sociedade de São Caetano, quer pela ausência de dinheiro e emprego, quer por motivo de doença e por falta de grau formal de instrução desses migrantes. A lógica inerente a tais situações tão díspares explica a adesão dos migrantes em relação às ações filantrópicas provenientes da Brasil Unido, ao mesmo tempo em que evidencia as vantagens, em termos políticos e sociais, que podiam ser auferidas pelos integrantes de sua cúpula, enquanto promotores de atos caritativos e beneficentes.

A dura realidade na qual estava imerso o migrante nordestino era a polarizadora da face filantrópica da associação. Dessa forma, suas iniciativas de cunho filantrópico eram norteadas pelos problemas e mazelas que afetavam, comumente, aquele migrante, em seu cotidiano, em São Caetano. As ações que se constituíram na marca registrada da filantropia promovida pela entidade eram traduzidas, predominantemente, pelas concessões de abrigo, alimentação e auxílios monetários, além das providências tomadas no sentido da obtenção de documentos, emprego e tratamentos médicos para os seus migrantes amparados.

Para concretizar, efetivamente, todas essas ações, a Brasil Unido recorria à sua rede de contatos e relacionamentos, da qual faziam parte pessoas físicas e jurídicas. Dentre estas últimas, estavam instituições de referência local, como clubes recreativos e esportivos e entidades culturais e beneficentes, além das de abrangência nacional, como o Serviço Social da Indústria (SESI), patrocinador dos cursos de alfabetização de adultos e de corte costura oferecidos, gratuitamente, pela Brasil Unido, a partir de 1951.

Por força de tudo o que a Sociedade Beneficente Brasil Unido defendeu, incorporou e propagou, ela se torna emblemática da própria história da

presença nordestina, no município de São Caetano do Sul. Neste artigo, foram apresentados somente alguns dos principais aspectos de sua política de amparo. Outras questões que também marcaram a atuação da entidade poderão, em outra ocasião, ser discutidas, de modo a possibilitar ao público a continuidade do acesso aos demais capítulos da história da Sociedade Beneficente Brasil Unido, ponto de partida para a compreensão das próprias especificidades que envolveram os processos de deslocamento e instalação de migrantes nordestinos em solo sul-sancaetanense.

Notas

1 - O presente artigo é parte integrante das discussões realizadas na dissertação de mestrado *Migrantes amparados: a atuação da Sociedade Beneficente Brasil Unido junto a nordestinos em São Caetano do Sul (1950-1965)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em maio de 2012.

2 - Nas transcrições mantivemos a grafia original.

3 - Jorge de Souza Muniz Ferreira, Humberto Fernando Forte, Oséas Fialho, Arthur Estrella de Souza, Francisco Afonso Carvalho, Orlando Souza, Antônio Pereira Pontes, Aprígio Bernardino de Salles, Pedro Hermenegildo, Bernardino Borges de Salles, José Bernardino Cunha, Everaldino Alves de Carvalho e Caio Estrella de Souza.

Referências

- CARVALHO, Theophilo de Souza. Em defesa da cidade. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, nº 165, última página, 20 jan. 1951.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA LEITE, Raimundo da. Dois de julho de 1950: nascia a Sociedade Brasil Unido. *Raízes*, São Caetano do Sul, nº 22, p. 68-71, dez. 2000.
- CUNHA LEITE, Raimundo da. *Memórias – Raimundo da Cunha Leite (1923-1993)*. São Paulo; São Caetano do Sul: Alendaarte, 2002.
- DURÁN, Manoel Gutierrez. Beliscos e piparotes. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano IX, nº 483, 1ª página, 18 dez. 1954.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. Mutualismo e desenvolvimento econômico no Brasil do século XIX. *Oidles*, Málaga, v. 1, nº 1, sem paginação, set. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/01/Pereira-resum.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- MEDICI, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1993.
- NUZZI FILHO, José. Estatística demográfica. *Jornal de São Caetano*, São Caetano do Sul, ano V, nº 164, p. 3, 13 jan. 1951.
- SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Panfleto*. São Caetano do Sul, 27 jun. 1950a.
- SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Estatutos*. São Caetano do Sul, 1950b.
- SOCIEDADE BENEFICENTE BRASIL UNIDO. *Livro de Registro de Beneficências (1951-1954)*. São Caetano do Sul, 30 jan. 1952, p. 11.
- TOLEDO, João Batista de. Olhai os bairros, senhores. *Folha do Povo*, Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul, ano VI, nº 286, última página, 20 fev. 1953.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, nº 58, p. 293, 2009.

RESUMO

O presente artigo apresenta os principais aspectos da política de amparo empreendida pela Sociedade Beneficente Brasil Unido, surgida, em 1950, em São Caetano do Sul, com o propósito precípua de prestar assistência a migrantes nordestinos. Tal política concretizava-se a partir de duas vias: a mutualista e a filantrópica. Enquanto a primeira era caracterizada por práticas representadas, basicamente, pela concessão de auxílios monetários a sócios da instituição, em casos de doença, dificuldades financeiras e desemprego, a segunda estava voltada para os não associados e consistia, principalmente, na disponibilização de abrigo, alimentação e providências para a obtenção de emprego, documentos e tratamentos médicos para os migrantes.

Palavras-chave: nordestinos; mutualismo; filantropia.

ABSTRACT

This article presents the main aspects of a policy of the *Sociedade Beneficente Brasil Unido* providing assistance to northeastern migrants. The association was established in 1950 in São Caetano do Sul with the aim to provide them assistance. The objectives of the mentioned policy were achieved in two ways: a mutualist one and a philanthropic one. The first could be characterized by practices such as monetary aid to its members in case of illness, financial difficulties and unemployment. The latter regarded those who were not affiliated and consisted mainly of providing shelter, food, job opportunities and health service.

Keywords: northeastern migrants; mutualism; philanthropy.

BARRADOS: UM ENSAIO SOBRE OS BRASILEIROS INADMITIDOS NA EUROPA E O CONTO DA ALDEIA GLOBAL

Patrícia Duarte Rangel

Brasília (DF), Editorial Abaré, 2012, 160 p.

Barrados.pdf IN: <http://www.barrados.org.br>

A publicação desse pequeno livro de Patrícia Rangel, trazendo à luz para um público mais amplo o desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, vale acima de tudo pelo exercício de reflexão sobre uma experiência que normalmente fica nas sombras, vivida nos porões das relações atuais entre os Estados-Nação. Ela viveu o trauma de ser detida injustificadamente no Aeroporto de Barrajás em Madri, Espanha, em março de 2008, quando fazia uma conexão normal na sua viagem para participar de um Congresso de Antropologia em Portugal. Não fosse sua condição de estudante de classe média, o fato de ser aguardada num Congresso Internacional, com todos os requisitos para entrada na Europa preenchidos, talvez o seu caso passasse despercebido, como o de tantos outros imigrantes do assim dito Terceiro Mundo, rechaçados pela União Europeia. No entanto, a sua detenção chegou ao conhecimento da imprensa brasileira, devido ao inusitado do acontecimento, e sua divulgação ganhou grande repercussão, criando um constrangimento diplomático entre Brasil e Espanha. A autora não foi, em nenhum momento, alguém que se conformasse com essa situação, opondo seu olhar de estudante de ciências sociais e sua já adquirida bagagem de turista internacional como instância crítica da realidade que vivenciou. Trata-se, portanto, de um testemunho precioso, publicado para ser conhecido sem qualquer restrição. Por isso ele está amplamente difundido na internet para ser baixado livremente, sendo que sua edição em papel ficou reduzida a apenas cem cópias.

A reflexão sobre essa experiência, denominado por ela “um sequestro legitimado pelas regras da União Europeia” (p. 11), é o tema desse trabalho, que não busca um maior rigor científico, se limitando ao que seria um

estudo etnográfico, ou uma “conversação interior” (p. 13). O propósito da autora seria de: “com base em fragmentos de lembranças de minha experiência, montar um compêndio de reflexões, de forma a transcender minha vivência e relacioná-la a um problema estrutural que demanda soluções coletivas (...) Minha intenção não é de explicar os acontecimentos vivenciados, mas sim explicitar e problematizar o que observei”. É com essa intenção que ela vai introduzindo, um tanto aleatoriamente, vários autores, como Bauman, Hall, Kant, Foucault, Negri, entre outros, na medida em que eles sugerem pistas para o entendimento das situações por que passou. Sua escrita descreve, assim, livre de qualquer grande preocupação teórica ou conceitual, aquilo que foi vivido. É um livro feito para despertar interrogações e questionamentos. Ele busca sugerir inúmeras intuições novas de estudo dessa condição vivida atualmente pelos migrantes, mais do que articular análises bem elaboradas que ajudem no seu entendimento. Aí se encontra sua originalidade e grande riqueza.

O livro se divide em seis partes que, na medida em que avançam no relato de sua experiência, vão apresentando os diferentes níveis da problemática vivenciada. Em cada capítulo, numa narrativa solta, descrevem-se as situações pelas quais a autora passou, descrevendo os sentimentos e impressões vividos nas relações com as diferentes figuras com que se defronta no Aeroporto de Barrajas. Para refletir sobre esse “universo paralelo do Aeroporto” que aos poucos vai descortinando, e apresentar seus temas de debate, introduz as iluminações trazidas pelos autores citados. Uma técnica interessante que utiliza, tanto para segurar a atenção do leitor, como para sugerir de maneira mordaz o que as situações lhe sugerem, está no uso de intertítulos, às vezes longos, a cada duas ou três páginas, tais como: “fomos maltratados porque era natural que fôssemos”, “a identidade pode mudar de acordo com a ocasião”, “Kant morreu há dois séculos”, “de como já éramos todos, detidos e policiais, oprimidos e disciplinados, bem antes de cruzarmos a porta da prisão em Madri”, “quando a experiência do sofrimento não é apenas de uma pessoa, e sim um problema coletivo”. São como marcos que assinalam simultaneamente os paradoxos experimentados pela autora e um instigante convite para uma investigação sobre o que existe por trás de cada uma das situações.

O primeiro capítulo, “Quem é gente pra gente?”, reflete sobre o que sustenta o reconhecimento social entre pessoas diferentes, isto é, o que faz com que as pessoas sejam vistas como “um de nós” ou simplesmente como o “outro”. Desse reconhecimento dependeriam os sentimentos de respeito e estima, ou de preconceito e exclusão. Nele também se

apoiariam a vivência dos valores da cidadania. A autora, que vivenciou anteriormente a condição de turista em Londres, por ocasião de um projeto de intercâmbio, tendo viajado então por vários países da Europa, faz uma comparação com essa experiência de ser barrada no Aeroporto. Introduce a distinção prática, velada, entre os “turistas” (dos países do chamado Primeiro Mundo) e os “semi-turistas” (da América Latina, África, ou todos aqueles que vêm do dito Terceiro Mundo), ou explícita, entre os “turistas” e os “vagabundos”, um julgamento de valor dicotômico para enquadrar as diferentes pessoas que circulam pelo ambiente europeu.

O segundo capítulo, “Liberdade pra quem e até onde?”, relata sua chegada a Barrajas, e a sequência de acontecimentos que a levaram a um encarceramento não declarado, numa situação em que ficou submetida ao arbítrio dos policiais de plantão. É a oportunidade para lançar suas reflexões sobre o exercício da liberdade de qualquer pessoa poder circular pelas nações, referindo-se ao pensamento expresso na “Paz Perpétua” de Kant. É também motivo para questionar os contrastes da realidade atual e seus paradoxos em torno da liberdade de ir e vir, quando se trata da circulação de qualquer pessoa entre as democracias atuais. Procura levantar os significados e as condições, explícitos e implícitos, quanto à entrada numa comunidade estrangeira, e as práticas arbitrárias de rechaço de migrantes.

O terceiro capítulo, “Cadernos de Cárcere”, talvez seja o mais interessante, por trazer uma descrição minuciosa das condições de detenção pelas quais a autora passou, como também as impressões que ela reteve de suas relações com os funcionários do Aeroporto, os policiais, os outros estrangeiros que se encontravam nas mesmas condições. Interessante, sobretudo, pelas temáticas que ela levanta quando se trata da criminalização do migrante, e como ele se vê reduzido a “coisa”, na “terra de ninguém” em que se convertem os espaços internos do Aeroporto. Nesse mundo kafkiano, visto como uma situação fugaz de “campo de concentração”, impera a burocracia policial, a lógica cotidiana (ou a falta de lógica) do humor arbitrário dos pequenos funcionários, que humilham e abusam de seu “micro-poder”. A autora se serve de referências de Michel Foucault, para levantar os traços do que seria uma “instituição total”, com sua lógica própria de “encarceramento”, disciplinando discricionariamente o cotidiano, num controle do espaço que guarda a forma de um “panóptico”. Ao final, à semelhança de outros detidos, se viu obrigada a assinar uma declaração em que acatava a falsa acusação que lhe era feita, ou uma “profecia autorrealizável”: “uma afirmação inicialmente falsa que leva a

determinadas condutas que acabam por torná-la verdadeira” (p. 72). A esse propósito, a descrição do interrogatório final, com seus simulacros de “advogado fantoche” e “tradutora deportunhol”, foi o melhor retrato do desrespeito dissimulado dos direitos das pessoas detidas. Em síntese, trata-se da descrição de um “não-lugar”, isento de qualquer referência à cidadania ou aos direitos fundamentais da pessoa humana, pois aqueles que aí estão submetidos estão à margem de qualquer legalidade (pois se encontram num espaço de “limbo” até do próprio direito internacional), não podendo recorrer a ninguém.

No quarto capítulo, “Que soberania?”, a autora se debruça sobre o que uma situação como essa faz pensar a propósito da autoproclamada soberania do Estado. Ela parte do discurso de um dos policiais que vigiavam as pessoas detidas, que teria aproveitado a ocasião para discorrer frente àquelas que estavam para serem deportadas, utilizando-se do seu senso comum de agente de segurança do Estado, sobre a legitimidade da ação policial no controle de todos os estrangeiros que tentam entrar de maneira irregular no país. Também se serve dos infelizes pronunciamentos do embaixador da Espanha no Brasil, à época dos acontecimentos, ao procurar justificar o injustificado da situação vivida pela autora. É a oportunidade para estudar os anacronismos e anomalias da concepção de soberania que na prática são mobilizadas para resguardar as fronteiras da União Europeia, como também para enquadrar a identidade nacional, utilizando-se de conceitos como Estado, território e nação.

O quinto capítulo, “O Espetáculo”, retoma os enfoques dados pela imprensa brasileira ao seu caso, da denúncia aos efeitos de espetacularização que se seguiram, perguntando-se “em que medida a transmutação de uma notícia de uma denúncia em uma notícia pitoresca não reforça preconceitos e estereótipos” (p. 99). Aqui percebe claramente como ela, estudante branca de classe média, distingue-se dos milhares de migrantes que são cotidianamente barrados nos Aeroportos dos países mais poderosos do mundo, e que são continuamente ignorados. Na verdade, a imprensa, ao “pescar” seu caso pitoresco, e transformá-lo em espetáculo para os indignados expectadores brasileiros, acaba colocando na sombra o drama de milhares desconhecidos. De um lado, a autora se revela consciente dessa ambiguidade da imprensa, que noticia um fato e cria um personagem, para ao mesmo tempo excluir e estigmatizar indiretamente outros tantos fatos e pessoas. Contudo, por outro lado, acaba se traindo, ao mostrar involuntariamente seu olhar de classe, quando chama os migrantes de “multidão de sujeitos sem rosto, sem

história e sem individualidade” (p. 102). Na contraposição entre “turistas” e “vagabundos”, ela não chega a perceber que não é porque os migrantes são estigmatizados como “vagabundos”, que eles seriam “sem rosto, sem história e sem individualidade”. A grande tarefa é justamente trazer à luz e valorizar o verdadeiro rosto, individualidade e história de todo migrante.

O sexto capítulo, “Jihad VS. McWorld”, parece se colocar como a conclusão de seu trabalho. Também parece ser o capítulo mais fraco, seja porque não traz mais o conteúdo do relato de sua experiência em Barrajas, seja porque a autora sente a necessidade de discorrer sobre as questões políticas referentes à migração. Ela se vê obrigada a articular ideias, com fundamentação teórica frágil e pouco articulada, não lhe permitindo ir além do senso comum. Uma de suas fragilidades mais evidentes é considerar ingenuamente que os posicionamentos diplomáticos do Brasil e de outros países da América Latina são mais atualizados que os da União Europeia, apenas porque eles se contrapõem a medidas como a Diretiva de Retorno. Toda elogios ao posicionamento do Brasil, ela não chega a considerar outras motivações próprias da razão de Estado que estariam atuando nesse campo de disputa internacional. Sem entrar no mérito de suas ideias sobre a defesa da cidadania e dos direitos de todos os migrantes, as quais também partilhamos, seria de perguntar: por que não chegou a utilizar, e nem mesmo mencionar, a abundante bibliografia que trata com mais propriedade das questões políticas relativas à migração?

No entanto, essas lacunas não desabonam a iniciativa dessa publicação e sua proposta de refletir em primeira mão sobre uma experiência atualmente vivenciada de maneira dolorosa por tantos migrantes. O fato de uma estudante em ciências sociais se debruçar sobre os temas que ela suscita, servindo-se de suas impressões pessoais, dá um corpo novo às temáticas levantadas. A argúcia e indignação que percorrem sua narrativa ajudam a tornar sua reflexão mais candente, apesar de suas insuficiências teóricas. A dedicatória ao Embaixador da Espanha no Brasil à época é apenas um detalhe sutil, revelador da ironia afiada da autora. Todo material, enfim, com vários trechos das notícias publicadas, fotos, comentários, tornam o livro particularmente agradável de ser lido, e sua disponibilização via internet é um verdadeiro serviço à causa dos migrantes.

Sidnei Marco Dornelas

Comissão Episcopal para a Missão Continental
e Setor Pastoral da Mobilidade Humana – CNBB.

Feito com mais de mil pedaços

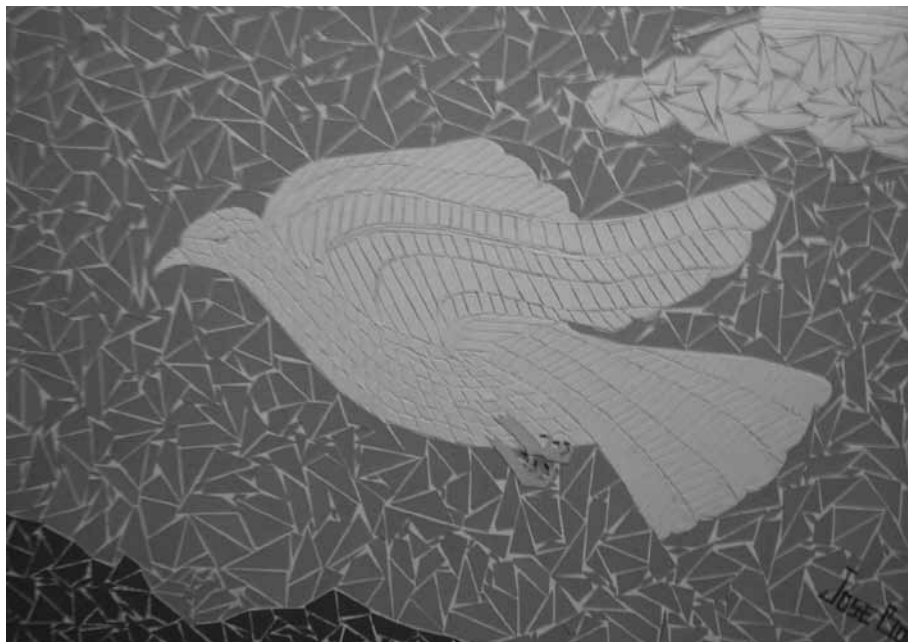
*Regina Petrus **

Fui visitar, há poucos dias¹, um grupo de jovens refugiados, moradores da primeira Casa de Acolhida para Refugiados no Rio de Janeiro. A casa foi inaugurada em 2005 e está situada no bairro de Brás de Pina, em localidade conhecida como Quitungo. Não fica propriamente dentro da favela que tem esse nome, mas logo no início de uma das ladeiras que dão acesso à “comunidade”. Assim explicou o rapaz que cuida da casa quando, já autorizada e confirmada a visita, orientou-me pelo telefone.

A visita à casa de acolhida foi precedida de muita expectativa de minha parte. Há quase dez anos tenho como objeto de estudo e de pesquisas grupos de estrangeiros que vieram para o Rio de Janeiro em busca de refúgio. Pelo fato de pesquisar a problemática do refúgio e de conviver com muitos desses emigrantes-imigrantes-refugiados por tanto tempo, sei que a questão da moradia é fundamental para quem chega a um país estranho, fugindo de sua terra natal, muitas vezes sem recurso algum e ainda sem contar com o apoio de redes sociais. Conseguir um lugar para morar é um grande problema a ser enfrentado pelos refugiados. Por isso, percebi a criação de uma casa de acolhida para refugiados como um projeto de grande importância que, sem dúvida, já chegara com atraso diante da realidade do refúgio no Rio de Janeiro. Projeto este que vem enfrentando dificuldades para se consolidar, mas que precisa e deve ser valorizado e apoiado com recursos de diversas fontes.

A novidade da visita à casa acendeu uma vez mais meu desejo de pesquisadora. Especialmente porque os objetivos e a questão central da minha pesquisa atual levaram-me a eleger, dentre os diversos grupos e subgrupos de refugiados recentes, os refugiados congolese como sujeitos centrais na trama de discursos sobre a integração de refugiados no Rio de Janeiro – o que pretendo estudar.

* *Profª do CAP/UFRJ e Pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios - NIEM/UFRJ.*



Visita agendada e confirmada. Cheguei ao local numa quarta-feira, no meio da manhã. Na porta, já à espera, estavam as duas assistentes sociais que coordenam o projeto. Acionei imediatamente meu “olhar de pesquisadora” ao grau máximo de capacidade de observação – pelo menos ao maior grau possível naquela circunstância, em que, objetividade/racionalidade e desejo/emoção se misturavam em mim de maneira inextricável.

Entramos na casa por um portão com grades altas e passamos por um pequeno corredor – também com grades – que separam “a casa” do quintal de uma creche mantida para as crianças da “comunidade”, pela Paróquia de Santo Antonio do Quitungo.

Meu lado nada racional já ia reagindo ao “cercamento” da casa, mas imediatamente pensei que a presença das grades ali era inevitável para uma sensação de proteção.

Imediatamente, um cheiro tentador de feijão cozinhando entrou pelo meu nariz – agradando os sentidos e amenizando a tensão.

Na cozinha – primeiro lugar da casa que conheci – estava um jovem alto, negro, bonito, em suas plenas funções de “cozinheiro da semana” – como me foi explicado – picando temperos com esmero, em pedacinhos bem pequenos que ia jogando aos poucos na panela. Como em um programa de TV. A postura altiva e orgulhosa dos africanos – que permanece com eles onde quer que estejam e que tanto aprendi a admirar e compreender em meu trabalho e convívio com os refugiados angolanos – me fez sorrir internamente. O imponente cozinheiro chama-se João. É esse o seu nome no Brasil.

João cumprimentou-nos com um “olá” meio sem jeito, um aceno de cabeça, e voltou a picar seus pedacinhos. Logo chegaram as outras profissionais que prestam serviços especializados na casa de acolhida: uma psicóloga, uma professora de artes e uma advogada.

Do corredor surgiram mais dois refugiados bem jovens, também negros, também africanos. A psicóloga conduziu as apresentações.

Vista a cozinha e o refugiado cozinhando – e já feita a apresentação geral – fui encaminhada para o interior da casa, onde tudo estava perfeitamente arrumado e preparado para a visita. A limpeza impecável da cozinha já havia chamado minha atenção. Mas o mesmo padrão de organização e cuidado estava presente por toda a casa.

Nos quartos não havia nada à vista além dos móveis, ou melhor, das camas-beliche. Todas elas etiquetadas com números de um a vinte, e impecavelmente arrumadas. Nem roupas, nem quadros, nem sapatos, nem fotos. Nenhum objeto pessoal, nenhuma marca individual se via por ali. Porém, ao olhar para um canto de um dos quartos, surpreendi-me com um violão encostado ao lado de uma das camas. Neste mesmo quarto havia ainda uma mesinha com uma cadeira. Na verdade, o lugar preferido para escrever cartas para os que ficaram (...) mandar notícias (...) estudar e treinar a nova língua que precisam aprender.

Conforme me foi explicado pela assistente social, na “casa de acolhida temporária” há um rodízio não só para as tarefas, mas também para o uso dos armários, das camas, dos quartos e da única mesinha com cadeira que vi em um deles. Afirmou que sabia o quanto era difícil a situação como um todo, mas ressaltou:

“Eles precisam internalizar que na casa tudo é de todos e ninguém deve se sentir dono individualmente de nada”.

Trata-se de uma casa de acolhida – como já expliquei. E acolhe. Mas tanta falta de rastros, pertences ou marcas das diferentes pessoas que a habitam, causaram-me uma estranha sensação de vazio. Respirei fundo para sentir mais forte o cheiro do feijão cozinhando e, então, fui conhecer os banheiros. Comprovação absoluta do padrão de limpeza.

Todas as tarefas de manutenção e funcionamento do espaço são de responsabilidade dos próprios “moradores”. Desde o feijão cheiroso até a arrumação, limpeza da casa e manutenção do que for necessário.

Já seguindo pelo corredor central, vi os armários embutidos usados pelos moradores. Bem em frente a eles, um quadro com uma escala de revezamento dos moradores para as tarefas cotidianas. A assistente social informou que havia regras a serem cumpridas para entradas e saídas, ausência por horas ou até por todo o dia, e mesmo por noites – o que também era permitido. Existiam regras, também, para o sistema em rodízio vigente para todas as tarefas, bem como horários determinados para a participação de todos nas “atividades obrigatórias” oferecidas pelas profissionais especializadas que cooperam com seu trabalho para o “projeto da casa”.

Além dessas profissionais, conheci o rapaz que confirmou a visita. Um morador da comunidade local, ligado à Paróquia, misto de gerente e zelador do funcionamento da casa, a quem, na prática, cabe lidar diariamente com os refugiados-moradores-temporários. Em uma pequena mesinha, ele me mostrou um caderno de anotações onde tudo é registrado e que serve de meio de comunicação entre todos: os moradores, as profissionais especializadas, as coordenadoras do projeto e ele (que gerencia e zela pela casa). Fui informada do limite de três advertências anotadas no caderno para que um refugiado pudesse continuar morando na “casa”.

Meu lado emocional e crítico começou a questionar a disciplina rígida. Imediatamente, contudo, minhas lembranças da dificuldade em organizar minimamente o trabalho que fiz durante alguns anos com os angolanos no complexo da Maré vieram temperar e amenizar minha crítica, acionando a objetividade e a racionalidade necessárias para pensar a importância das regras de convivência e conduta, em um projeto de acolhida que engloba um trabalho consistente para a integração dos refugiados em uma nova realidade sociocultural.

A psicóloga explicou que “as coisas vinham funcionando bem” porque tudo era muito bem explicado e conversado, discutido e acordado por todos (...) e também porque as regras eram muito claras, mas poderiam variar em situações específicas – desde que avaliadas com cuidado por todos os envolvidos e “dentro dos padrões gerais já estabelecidos”. Dentro de mim, emoção e objetividade continuavam em conflito no campo fértil da contradição e dos paradoxos.

A casa é uma comunidade. Espaço de vida cotidiana compartilhada em seus elementos da esfera das práticas, do nível do simbólico, das diferenças entre sujeitos concretos, ainda que submetidos ali a uma mesma condição. Embora esteja localizada fora da “comunidade”, ou melhor, bem no início da ladeira que dá acesso à “comunidade”, a “casa” não consegue ficar alheia e absolutamente separada do seu entorno. Explico. A “comunidade” é uma das muitas favelas no Bairro de Brás de Pina. Lugar sobre o qual os refugiados-moradores-temporários são alertados para ter muito cuidado e, especialmente, evitar envolvimento com os moradores da área. A não ser com aqueles já bem conhecidos e que frequentam as atividades que a paróquia Santo Antônio do Quitungo promove. Tudo para evitar problemas para “a casa” e para eles mesmos.

Meu trajeto de deslocamento pela “casa” chegou ao ponto principal. Fui conduzida à sala. Lá estavam reunidos todos os refugiados presentes na casa naquele momento – cinco homens jovens, negros, africanos.

Além de duas mesas grandes, havia algumas estantes com diversos materiais e cadeiras já arrumadas – onde todos nos acomodamos.

Fui invadida por uma chuva de informações, falas, silêncios, imagens, olhares, emoções, experiências e realizações dos refugiados e dos profissionais da casa. Tentava não perder nada (como boa observadora que precisava ser!). Meus dois lados (razão e sensibilidade) em saudável e preservado conflito – já

confessado a vocês leitores – agitaram-se e me deixaram em estado de alerta e expectativa total. Percebi flores sobre uma das mesas.

A psicóloga começou a falar agradecendo as flores aos refugiados-moradores e explicou: “são uma surpresa, preparada por eles para nos receber”. Sorrisos discretos, mas cheios de orgulho, encheram a sala.

A assistente social que coordena o projeto tomou a palavra, fornecendo as informações oficiais gerais. Esclareceu que o projeto da casa de acolhida é parte das políticas de acolhimento e do programa para a assistência e integração dos refugiados no Brasil. A “casa” é um lugar para moradia temporária, onde os refugiados podem permanecer por um prazo que não deve exceder sessenta dias. Os “moradores da casa” são todos eles migrantes forçados que, em função de guerra civil, conflitos armados em diversas escalas territoriais e/ou por motivo de perseguição política, étnica ou religiosa em seus países de origem, tornam-se imigrantes no Brasil. Imigrantes com um estatuto jurídico especial e diferente dos demais – o de refugiado. Ser um solicitante de refúgio ou já oficialmente um refugiado lhes garante a proteção das Nações Unidas e do governo brasileiro – porque o Brasil, além de ser um país signatário de todas as convenções, protocolos e acordos nessa área internacional dos Direitos Humanos, tem uma Lei Nacional para refugiados desde 1997.

Foi explicado também que a casa tem capacidade para acolher até vinte pessoas e que, de um total de vinte camas numeradas que “a casa” possui, cinco funcionam como uma reserva estratégica para a acolhida de casos considerados emergenciais. Aliás, emergências e situações inesperadas, de todos os tipos, fazem parte da problemática da proteção, acolhimento e integração no âmbito do refúgio. E todos os emigrantes-imigrantes-refugiados-moradores temporários sabem disso. Sabem muito bem disso, também, todos aqueles que se envolvem com a causa e o universo do refúgio, aqueles que trabalham em ações concretas junto aos refugiados.

Na sequência do roteiro preparado para a visita, a assistente social pediu que cada um dos refugiados se apresentasse e falasse alguma coisa (o que desejasse) para a “professora-visitante”. Só então, ouvi as vozes e os sussurros dos moradores-temporários. E fiquei sabendo que quatro deles eram da República do Congo e um de Angola. A psicóloga explicou que os congoleses ainda estavam começando a aprender o português e tinham alguma dificuldade para falar. “Por isso alguns estão um pouco tímidos...” – reforçou.

Observei em uma das paredes da sala um quadro de avisos com a programação das atividades internas e externas da semana. Outro quadro menor, bem na minha frente, informava alguns telefones úteis como o da emergência hospitalar mais próxima e algumas linhas de ônibus com os trajetos especificados. Em destaque, aquelas linhas que levam ao local onde fica a sede Programa de Atendimento a Refugiados da Cáritas, (instituição vinculada diretamente à Igreja Católica e à Arquidiocese do Rio de Janeiro) que coordena e é a principal responsável pelo projeto da casa. Essa instituição atua em parceria com o Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o CONARE e com o Governo Federal, nos diversos campos pertinentes ao âmbito do refúgio. Desde recepção e primeiras entrevistas com os solicitantes de refúgio, primeiras orientações sobre direitos e deveres, registro, documentação, assistência jurídica, bem como em várias esferas referentes ao processo de integração dos refugiados à sociedade.

É para a sede do Programa de Atendimento, situada no bairro da Tijuca, que os solicitantes de refúgio são encaminhados quando chegam à cidade. Esse local passa a ser o primeiro espaço de referência para todos os refugiados no Rio de Janeiro. Em geral, os solicitantes de refúgio e os refugiados chegados em tempos mais recentes comparecem com muita frequência à sede do programa da Cáritas; para atender a diversas exigências legais, resolver problemas em geral, receber orientação para obter seus documentos, tratar do ingresso em escolas, cursos de qualificação para o mercado de trabalho, aulas de português e outras necessidades mais prementes, além das mais variadas questões que se possa imaginar.

Voltando à casa e ao roteiro da apresentação. A psicóloga fez com que minha atenção se voltasse para outra parede da sala, onde estavam colados vários desenhos feitos pelos refugiados-moradores. Ela pediu que cada um deles mostrasse o seu desenho e explicasse o que significava. Sucessivamente, os desenhos foram apontados e “narrados” pelos seus autores: um Cristo Redentor, uma bandeira de Angola, uma casa com a fundação feita com pedras bem firmes...

Logo chegou a vez de João Boka – o congolês que estava ao meu lado e com quem eu tinha conseguido trocar algumas poucas palavras e comentários em voz baixa. Seu desenho era em tons suaves, com traços leves e bonitos que retratavam a figura de um pescador puxando uma rede cheia de peixes. Ao fundo, figuras que pareciam descansar em redes de dormir amarradas em árvores. João Boka falava baixo e lentamente, sobre o que estava pensando quando fez o desenho. Imaginação solta, memórias e lembranças no olhar, esperança no tom da voz e no ritmo da fala.

Meu coração se apertou. Mas meu escudo de pesquisadora, é claro, me faz pensar nos significados não explicitados do desenho: imagens como linguagem, memória e identidade, narrativa e posição dos sujeitos, os sentidos dos discursos falados, desenhados, dos silêncios (...). Abracei forte meu caderno de anotações de campo (e junto com ele meus conceitos tão firmes e seguros) enquanto via e ouvia os primeiros enunciados de sujeitos discursivos que compõem meu objeto de pesquisa.

João Boka – falando diretamente para mim – apontou seu nome no quadro e me deu um inesperado presente. Mostrou o nome que assinara, mas me contou que na língua falada na sua terra, seu nome era diferente e tinha outra pronúncia. Muito surpresa, tentei várias vezes repetir o nome, sem acertar. João ria de mim, achando graça no meu esforço. Sorri meio sem graça para ele, como que me desculpando, e fiz muitos elogios ao desenho.

Quando João voltou a sentar-se ao meu lado, agradei baixinho a confiança e o presente que me dera ao contar o seu nome de família. Sabia o valor que esta revelação tinha para ele. Percebi seus olhos um pouco molhados e imediatamente pensei em colocar meus óculos de professora. Mas me contive e lhe dirigi meu olhar e um sorriso livremente emocionados.

Seguiu-se a apresentação dos outros trabalhos. Agora, daqueles feitos nas aulas com a professora de artes. Os moradores-refugiados mostraram dois grandes quadros construídos como um mosaico de infinitos pedacinhos de papel; de muitas cores; em diversas formas triangulares; pequenas; algumas pecinhas minúsculas. Em uma das estantes estavam outros quadros de tamanho menor, feitos com a mesma técnica, paciência, perseverança, força de vontade e, certamente, em tempo demorado e necessariamente lento. A professora de artes explicou que os trabalhos menores tinham sido feitos individualmente. Os grandes, produzidos em conjunto, iriam para uma exposição.

Para finalizar a visita, a psicóloga pediu que o outro João – o do feijão – buscasse seu violão para cantar uma música que estavam ensaiando. Uma canção do norte do Congo – que me pareceu um hino evangélico – cantada em algum dialeto regional. Enquanto os refugiados do Congo cantavam, as pessoas que trabalham na casa se esforçavam para acompanhá-los, cantando junto com eles algumas partes já aprendidas.

Visita encerrada. Muitos agradecimentos de minha parte, parabéns a todos pelos trabalhos, pela casa, pela música. Uma anotação de meu nome e meus contatos no caderno de registros, muitos votos de boa sorte. Numa fala final, dirigida a todos, revele meu desejo de retornar à “casa” outras vezes: “Para podermos conversar mais” – disse eu. E expliquei que queria apresentar melhor a minha pesquisa e contar um pouco do meu trabalho, desde alguns anos atrás, com refugiados e imigrantes vindos de Angola. Contei que havia feito com os angolanos um trabalho com canções e histórias tradicionais, que se transformara em um CD. Afirmei que, se quisessem e fosse possível, poderia trazer para eles alguns CDs de cantores africanos, em várias línguas. Artistas já famosos na Europa e nos Estados Unidos. Vários deles do Congo e de Angola.

João – o cozinheiro que pica temperos em pedacinhos com tanto esmero, canta e toca violão – mostrou um sorriso e pareceu feliz com minha ideia de trazer os discos. O outro, João Boka nos desenhos, com nome ancestral tão difícil, não estava mais na sala.

Já estava eu saindo da casa em companhia das assistentes sociais da Cáritas quando João Boka apareceu. Nas mãos um dos pequenos quadros de mosaico. Que me ofereceu, esticando bem os braços. Depois, inclinou um pouco a cabeça e cruzou as mãos no peito. Sorri para ele, agradecendo. E olhei o quadro com cuidado.

Muitos e muitos pedacinhos de papel, de vários tamanhos, recortados em formas triangulares e retangulares, e colados com espantosa perfeição, formavam uma grande pomba branca da paz, voando acima das montanhas verdes, num céu azul claro onde brilhava um sol amarelo.

O cheiro do feijão do outro João mexeu mais uma vez com meus sentidos e se juntou às cores do mosaico que João Boca me deu de presente.

Joguei fora ali mesmo na calçada meu escudo de pesquisadora.

Nota

1 – Relato extraído do diário de pesquisa de campo sobre visita à Casa de Acolhida para refugiados no Rio de Janeiro, realizada no dia 31 de agosto de 2006.

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do novo e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Ano XX N° 39 – jul./dez. – 2012

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Migrações e dados estatísticos



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIQRATÓRIOS

Sumário

(REMHU, nº 39, jul-dez./2012)

EDITORIAL

MIGRAÇÕES E DADOS ESTATÍSTICOS

La migración internacional en los censos de 2010 en los países de América Latina y el Caribe

Jorge Martínez Pizarro e Laura Calvelo

Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados

José Marcos Pinto da Cunha

Fuentes demográficas para el estudio de la migración en España

Joaquín Susino

Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil

Rosana Baeninger

Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes

Wilson Fusco

La migración mexicana frente a la crisis económica actual. Crónica de un retorno moderado

Alejandro I. Canales

La migración internacional en Argentina hacia 2010

Laura Carvelo

Fluxos migratórios em Portugal: do *boom* migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanço e desafios

Beatriz Padilla e Alejandra Ortiz

Colombia y las migraciones internacionales. Evolución reciente y panorama actual a partir de las cifras

William Mejía Ochoa

ARTIGOS

O clamor das migrações e o Magistério da Igreja

Marileda Baggio e Luiz Carlos Susin

Isso é trabalho de imigrante! Aportes sobre migração, gênero e trabalho no Primeiro Testamento

Lília Dias Marianno

Pastorale interculturale in situazione migratoria nella chiesa locale

Sergio Natoli, omi

Normas para apresentação de textos

Travessia – Revista do Migrante deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 400 linhas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <....> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



Sob a coordenação de Francilene dos Santos Rodrigues e Mariana Cunha Pereira, o livro reúne estudos sobre a tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. Divide-se em duas partes: Fronteiras Culturais, Migração e Gênero, com sete artigos; e Estudos comparados e Políticas Públicas em Regiões de Fronteira, com quatro textos. Entre os vários aspectos abordados, destacamos a atenção dada aos processos migratórios envolvendo os três países, como no caso dos brasileiros em busca de ouro na Guiana; das mulheres brasileiras na Venezuela no ramo da prostituição e da presença de peruanos em Roraima, além dos enfoques dados a partir da questão de gênero e da construção da identidade.

Organizado por Tizuko M. Kishimoto e Zeila de B. F. Demartini, o livro abarca textos de pesquisadores que, ao longo de muitos anos, trocaram experiências e reflexões sobre a presença dos japoneses no Brasil e dos decasséguis no Japão no tocante à educação, entendida em sua concepção mais ampla. Possibilita acompanhar e compreender a trajetória do grupo japonês no Brasil, ao longo de cem anos, no campo educacional, evidenciando as marcas deixadas no contexto brasileiro de adoção e os problemas atuais no Japão.





Com base na história oral, Valéria Barbosa de Magalhães conta histórias reveladoras de brasileiros marginalizados ou privilegiados que procuram na Flórida um refúgio ou uma segunda chance, conseguindo elucidar e elaborar alegorias dos imaginários de “Miami” e do “Brasil” e analisar as fascinantes dimensões de suas interfaces. Realiza uma análise inovadora das complexas interseções e interações entre classes, gênero e orientação social, tratando a diversidade no interior da comunidade de gays e lésbicas brasileiros que vivem em Miami.

O estudo realça o sul da Flórida como um espaço liminar de latinidades por excelência, fornecendo reflexões não apenas sobre as conflituosas relações entre os brasileiros, mas também sobre suas posturas em relação a vizinhos hispânicos e anglo-americanos. Mostra que a história oral é capaz de produzir teorizações novas sobre transnacionalismo, memória e identidades em (re)construção.

Esta publicação, de Maria Beatriz Rocha-Trindade e Eugénia Costa Quaresma, retrata a história dos cinquenta anos de existência da Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM). Antes incursiona pelo pensamento da Igreja sobre a realidade migratória, para, na sequência, tratar de como, institucionalmente, se organizou e desenvolveu a pastoral do migrante em Portugal. Em 1962, no contexto da grande emigração portuguesa, foi criada a OCPM. Inicialmente esteve voltada para esta realidade, através das Missões Católicas de Língua Portuguesa e o envio de grande número de sacerdotes, mas progressivamente foi evoluindo para uma atuação direcionada a todas as categorias de migrantes. Em 1967 foi criada uma Comissão Episcopal da Mobilidade Humana, da qual passou a depender a OCPM, bem como surgiram os Secretariados Diocesanos de Migrações, os quais desempenharam papel fundamental na atuação desta pastoral, quer no passado, quer junto aos imigrantes que chegaram a Portugal nas últimas décadas. Destaque é dado à celebração do Dia do Migrante e das Semanas Nacionais de Migrações promovidos pela OCPM. Por fim, alguns anexos ilustram e enriquecem o conteúdo da obra.



Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente.....	ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;
Culturalmente.....	alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;
Economicamente..	são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;
Teoricamente.....	abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonetos da poesia.*

travessia@missaospaz.org

cem@missaospaz.org

www.missaospaz.org

Sumário

Apresentação

Dirceu Cutti

Feios, sujos e muito, muito malvados: Migrantes italianos e latinos entre as sombras de Hollywood - Breve introdução

Maurizio Russo

As interações entre Relações Internacionais e Migrações Internacionais e os desafios para a soberania do Estado no atual contexto globalizado

Leonir Mário Chiarello

Tráfico de Mulheres: Um novo/velho drama amazônico

Lúcia Isabel da Conceição Silva

Marcel Theodoor Hazeu

Ascensão da extrema-direita na Europa e a questão migratória

Lucas Valente da Costa

Entre o rural e o urbano:

Piauienses na citricultura paulista

Lidiane M. Maciel

Sociedade Beneficente Brasil Unido:

Entidade de amparo ao migrante nordestino em São Caetano do Sul

Cristina Toledo de Carvalho

Resenha

Feito com mais de mil pedaços (relato)

Regina Petrus

travessia@missaonspaz.org
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576